

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA**

**O ARTIGO DE OPINIÃO NA PERSPECTIVA PEDAGÓGICO-DISCURSIVA – UMA
EXPERIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR**

ULISSES JUNIOR LONGHI

FLORIANÓPOLIS

2005

ULISSES JUNIOR LONGHI

**O ARTIGO DE OPINIÃO NA PERSPECTIVA PEDAGÓGICO-DISCURSIVA – UMA
EXPERIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina, área de concentração Lingüística Aplicada, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Lingüística.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Terezinha Kuhn
Junkes

FLORIANÓPOLIS

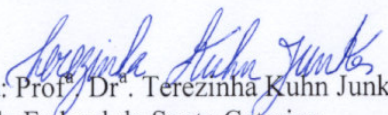
2005

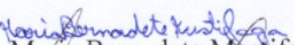
ULISSES JUNIOR LONGHI

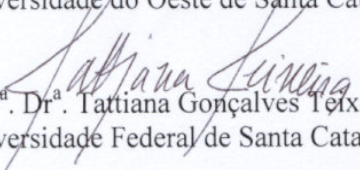
O ARTIGO DE OPINIÃO NA PERSPECTIVA PEDAGÓGICO-DISCURSIVA – UMA
EXPERIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Lingüística, pelo Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina, área de concentração Lingüística Aplicada.

BANCA EXAMINADORA:


Orientadora: Prof.^a Dr.^a Terezinha Kuhn Junkes
Universidade Federal de Santa Catarina


Prof.^a Dr.^a Maria Bernadete Mustifaga
Universidade do Oeste de Santa Catarina


Prof.^a Dr.^a Tattiana Gonçalves Teixeira
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 21 de dezembro de 2005.

À minha esposa, Adriana Bortoncello Longhi, pelo
amor, companheirismo e compreensão,
nas boas e más horas de uma existência em
comum.

À minha mãe, Antonietta Caregnatto Longhi, pela
confiança e incentivo constantes.

Ao nosso anjo, Leonardo Roberto Bortoncello
Longhi (*in memoriam*), que zela por nós com todo seu amor.

Ao meu pai, Ulisses Longhi (*in memoriam*), que eu
nunca soube compreender, mas que sempre me compreendeu.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora Terezinha Kuhn Junkes, pelo constante apoio, incentivo, contribuições teóricas e amizade.

Aos demais professores do Mestrado, pelos valiosos ensinamentos: Fábio Lopes da Silva, Heronides Maurílio de Melo Moura, Rosângela Hammes Rodrigues e Teresinha de Moraes Brenner.

À banca examinadora, pela leitura atenta e pelas sugestões.

Aos acadêmicos da primeira turma de Engenharia Florestal da Unoesc Campus de Xanxerê, pela colaboração, carinho e amizade. Sem eles, não seria possível este trabalho.

Aos meus irmãos, Ângela Adriane, João Guilherme (*in memoriam*), Luiz Henrique e Paulo Ricardo, pela amizade e incentivo.

Aos meus sogros, Santo Roberto e Lourdes, pelo incentivo e confiança.

Aos dirigentes, professores e funcionários da Unoesc Campus de Xanxerê, pelo apoio e incentivo.

Ao Márcio Norberto Maieski, companheiro de discussões teóricas, pelas sugestões.

Ao Hugo Paulo Gandolfi de Oliveira, pelo empréstimo de material e sugestões.

Ao Dirceu Hermes, pelas sugestões.

À Lúcia Morosini Frazzon, pelas sugestões.

Ao Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo atendimento prestado durante o curso de Mestrado.

E a todos os demais, não nominados aqui, que colaboraram de alguma maneira para que este trabalho fosse concretizado.

RESUMO

Esta pesquisa procura desenvolver atividades em sala de aula, no ensino superior, na perspectiva pedagógico-discursiva, com o objetivo de trabalhar uma proposta para o ensino-aprendizagem da produção textual escrita do gênero artigo de opinião, utilizando o procedimento seqüência didática. Como fundamentação teórica, baseamo-nos nos estudos de Bakhtin (1952-53/2003), para caracterizar o gênero discursivo; em Vivaldi (1979/1998), Beltrão (1980), Melo (1985/1994) e em Rodrigues (2001 a), para caracterizar o gênero artigo de opinião; além de estudos de Geraldi (1997 b) e de Dolz e Schneuwly (1996/2004), para o ensino. A metodologia pauta-se na pesquisa-ação, apresentada por Thiollent (2004), e tem como base pedagógica a seqüência didática, conforme Dolz, Noverraz e Schneuwly (2001/2004). Participam da pesquisa 39 acadêmicos do 2º. período de Engenharia Florestal da Unoesc Xanxerê. Observando a seqüência didática apresentada por estes autores, os acadêmicos, na disciplina de Produção de Textos, leram jornais impressos, localizaram artigos de opinião nos jornais lidos, identificaram as características do gênero, realizaram uma primeira produção (analisada lingüisticamente), trabalharam suas dificuldades através dos módulos apresentados pela seqüência didática e, então, reescreveram os textos, chegando à produção final. A seqüência didática culminou em uma publicação, contendo os artigos de opinião produzidos em situação escolar. Apresentamos os resultados da pesquisa, analisando nove textos produzidos por três acadêmicos, durante as etapas de produção inicial, reescrita e produção final. Os acadêmicos foram escolhidos aleatoriamente.

Palavras-chave: gênero discursivo, perspectiva pedagógico-discursiva, artigo de opinião, seqüência didática, produção textual.

ABSTRACT

This research tries to develop activities in classroom, in undergraduate programs, in the pedagogic-discursive perspective, with the aim of working a proposal to the teaching-learning of the written textual production of the opinion article genre (gênero artigo de opinião), using the didactic sequence procedure. As theoretical basis, we get support in studies by Bakhtin (1952-53/2003) to characterize the discursive genre; by Vivaldi (1979/1998), Beltrão (1980), Melo (1985/1994) and Rodrigues (2001 a) to characterize the opinion article genre; besides the studies by Geraldi (1997 b) and Dolz e Schneuwly (1996/2004) to the teaching. The methodology is based in the research-action, presented by Thiollent (2004), and has as pedagogic basis the didactic sequence, according to Dolz, Noverraz and Schneuwly (2001/2004). Thirty nine undergraduate students from the second semester of Forest Engineering program (Engenharia Florestal) at Unoesc Xanxerê participated in the research. Observing the didactic sequence presented by these authors, the undergraduate students, in the discipline of Textual Production (Produção de Textos), read printed newspapers, found out opinion articles in the newspapers read, identified the features of the genre, did the first production (analyzed linguistically), overcame their difficulties by the modules presented by the didactic sequence and, after that, rewrote the texts, getting to the final production. The didactic sequence was finished with a publication containing the opinion articles produced in school situation. We presented the results of the research analyzing nine texts produced by three undergraduate students, during the steps of initial production, rewriting and final production. The undergraduate students were chosen randomly.

Keywords: discursive genre, pedagogic-discursive perspective, opinion article, didactic sequence, textual production.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 LINGUAGEM, ENUNCIADO E GÊNERO: UMA PERSPECTIVA BAKHTINIANA	11
1.1 A LINGUAGEM NA CONCEPÇÃO SÓCIO-INTERACIONISTA.....	11
1.2 ENUNCIADO E GÊNERO.....	14
1.2.1 O enunciado.....	14
1.2.2 O gênero discursivo.....	17
1.3 O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO: ASPECTOS TEÓRICOS.....	22
1.4 O ARTIGO DE OPINIÃO COMO OBJETO DE ENSINO.....	39
1.5 O JORNAL IMPRESSO EM SALA DE AULA.....	45
1.6 A SEQÜÊNCIA DIDÁTICA.....	47
2 A PROPOSTA DE SEQÜÊNCIA DIDÁTICA PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM DA PRODUÇÃO TEXTUAL ESCRITA DO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO	60
2.1 A METODOLOGIA DA PESQUISA.....	60
2.1.1 A apresentação da proposta.....	63
2.1.2 Diálogo com a coordenação do curso.....	65
2.1.3 O planejamento da seqüência didática.....	69
2.2 A PRÁTICA: O DESENVOLVIMENTO DA SEQÜÊNCIA DIDÁTICA.....	77
2.2.1 O primeiro encontro: a apresentação do projeto.....	77
2.2.2 A primeira produção: hora de escrever.....	81
2.2.3 A análise lingüística dos textos.....	86
2.2.4 Os módulos.....	89
2.2.5 Os textos são reescritos.....	94
2.2.6 A produção final.....	97
2.2.7 Reflexões sobre a produção do artigo de opinião.....	100
2.2.8 O “Engenharia Florestal em Opinião”.....	101
2.3 ANÁLISE DOS TEXTOS: ARTIGO DE OPINIÃO.....	103
2.3.1 Acadêmico 1.....	106
2.3.1.1 Produção inicial: avaliação do professor/pesquisador.....	106
2.3.1.2 Produção inicial: avaliação de um colega-leitor.....	108
2.3.1.3 Reescrita.....	109
2.3.1.4 Produção final.....	111
2.3.2 Acadêmico 2.....	113
2.3.2.1 Produção inicial: avaliação do professor/pesquisador.....	113
2.3.2.2 Produção inicial: avaliação de um colega-leitor.....	115
2.3.2.3 Reescrita.....	116
2.3.2.4 Produção final.....	117
2.3.3 Acadêmico 3.....	119
2.3.3.1 Produção inicial: avaliação do professor/pesquisador.....	119
2.3.3.2 Produção inicial: avaliação de um colega-leitor.....	121
2.3.3.3 Reescrita.....	122
2.3.3.4 Produção final.....	124

CONCLUSÃO.....	127
BIBLIOGRAFIA.....	137
ANEXOS.....	142

INTRODUÇÃO

Muito se discute atualmente sobre como trabalhar a produção textual escrita em sala de aula. Nesse sentido, muitas e diversas são as orientações metodológicas que norteiam o trabalho escolar envolvendo a produção de textos nos mais diversos níveis de ensino. O horizonte teórico e metodológico escolhido pelo professor indica o caminho a ser percorrido em seu objetivo de proporcionar o domínio da produção textual em seus alunos.

Preocupados com essa questão diretamente envolvendo o ensino superior, procuramos desenvolver uma pesquisa-ação que contemplasse uma proposta de trabalho. Foi assim que surgiu a idéia de trabalhar com uma seqüência didática para o ensino-aprendizagem da produção textual escrita do gênero artigo de opinião, envolvendo uma turma de graduação da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), Campus de Xanxerê. O artigo de opinião é um gênero discursivo pertencente à esfera jornalística, e escrito, geralmente, por uma pessoa externa ao veículo de comunicação, que pretende levar a debate, através de um processo de defesa de uma opinião ou tese, um tema da atualidade.

Com a idéia na mente, sentimos a necessidade de buscar suportes metodológicos. Inicialmente, precisamos definir a concepção de linguagem que nortearia o nosso trabalho. Nesse sentido, a concepção de linguagem que adotamos nesta pesquisa é a sócio-interacionista, centrada na idéia de que a linguagem tem como fundamento a interação verbal. Dessa forma, apoiamos nossa concepção na perspectiva interacional e dialógica da linguagem, defendida por Bakhtin. Algumas das questões teóricas abordadas pelo autor, principalmente vinculadas à questão do enunciado e dos gêneros discursivos, avalizam nossa opção por essa perspectiva. Além desse teórico, também fundamentamos nossa pesquisa – para explicar as ressonâncias da linguagem no ensino – nos estudos desenvolvidos por Geraldi e pelos pesquisadores do Grupo de Genebra, Dolz, Noverraz e Schneuwly.

Depois, precisávamos compreender teoricamente os aspectos vinculados ao artigo de opinião. Assim, para questões específicas relativas a esse gênero, buscamos suporte nos estudos desenvolvidos por pesquisadores da área do jornalismo, notadamente Vivaldi, Beltrão e Melo.

Nesta dissertação, apresentamos a pesquisa, assentada em uma perspectiva pedagógico-discursiva, com o objetivo de desenvolver uma proposta para o ensino-aprendizagem da produção textual escrita do gênero artigo de opinião, utilizando o procedimento seqüência didática.

Este trabalho divide-se em dois capítulos.

No primeiro capítulo, estudamos os princípios bakhtinianos sobre linguagem, enunciado e gênero discursivo, fundamentais para que pudéssemos não apenas compreender as suas inter-relações, mas, principalmente, para que definíssemos o caminho que nos nortearia teoricamente no desenvolver da pesquisa. Além disso, trabalhamos com o artigo de opinião em seus aspectos teóricos e como objeto de ensino. Por fim, fazemos algumas considerações sobre o jornal impresso em sala de aula e desenvolvemos o procedimento seqüência didática. Entendemos que para trabalhar na prática de sala de aula com o gênero, precisamos antes compreender os aspectos teóricos vinculados à linguagem, ao enunciado e ao gênero, em correlação com a compreensão do artigo de opinião e da seqüência didática.

No segundo capítulo, apresentamos como ocorre o desenvolvimento da seqüência didática para o ensino-aprendizagem da produção textual escrita do gênero artigo de opinião. Expomos, inicialmente, a metodologia da pesquisa e o planejamento da seqüência didática. Depois, tratamos de seu percurso em sala de aula. Prosseguindo, realizamos a análise de nove textos – de um total de 117 – de três acadêmicos que foram escolhidos aleatoriamente, de três etapas da seqüência didática – produção inicial, reescrita e produção final –, de acordo com os objetivos a que nos propomos na pesquisa. Finalizando, procedemos à conclusão.

1 LINGUAGEM, ENUNCIADO E GÊNERO: UMA PERSPECTIVA BAKHTINIANA

1.1 A LINGUAGEM NA CONCEPÇÃO SÓCIO-INTERACIONISTA

A linguagem na concepção sócio-interacionista tem como fundamento a interação verbal, tese desenvolvida por Bakhtin, que compreende a linguagem sobre uma perspectiva interacional e dialógica, assentada, entre outros fatores, sobre as concepções de enunciado e gêneros do discurso.

Assim, Bakhtin (2003, p.261) afirma que “Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem.” Sem existir a linguagem não poderíamos pensar, conseqüentemente, no desenvolvimento humano, em qualquer que seja a área.

Nesse sentido, a língua, conforme o autor (1999, p.127), constitui um “*processo de evolução ininterrupto*”, que se realiza através da “*interação verbal social dos locutores*”. Esse processo é formado na situação social, com a participação do locutor/escritor e do interlocutor/leitor.

Para Bakhtin (1999), a interação verbal constitui “a realidade fundamental da língua”. Por isso, observa que “A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*.” (BAKHTIN, 1999, p.123, grifos do autor). A enunciação será estudada na seção 1.2.1 *O enunciado*.

Nesse aspecto, a palavra inscreve-se como produto da interação do locutor e do ouvinte, sendo orientada em função do interlocutor – a palavra, por isso mesma, de acordo com Bakhtin (1999), é entendida como um território comum. Conforme o autor, “Na realidade, toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede

de alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. [...] Toda palavra serve de expressão a *um* em relação ao *outro*.” (BAKHTIN, 1999, p.113, grifos do autor).

Aqui podemos afirmar que reside o cerne da concepção bakhtiniana de linguagem. A palavra como ponto de partida para a interação, sendo enunciada por alguém e dirigida para alguém, com o objetivo de cumprir um determinado propósito, servindo, por isso mesmo, de expressão do primeiro em relação ao segundo. Trabalhando nessa perspectiva em sala de aula, verificamos que o locutor/acadêmico sempre tem um propósito comunicativo – precisa interagir com seu (s) interlocutor (es), expressando algo – e para realizá-lo ele depende, essencialmente, da palavra. Em vista disso, é fundamental que o professor trabalhe com o acadêmico a imagem de um interlocutor real, em uma situação concreta de interação, pois, de acordo com Bakhtin, não é possível existir um interlocutor abstrato – se ele existisse, não haveria uma linguagem comum e, conseqüentemente, não haveria a interação, pois esta possui vínculo direto com a situação concreta, na qual só pode haver interlocutores reais, mesmo que distantes física e temporalmente do locutor.

Abordando a relação da linguagem com o ensino, apoiamo-nos em Geraldi e nos pesquisadores do Grupo de Genebra (Dolz e Schneuwly).

Geraldi (1997 b) destaca que a linguagem é produzida na interlocução, nas interações. Assim, segundo o autor, a interação verbal é o lugar da produção da linguagem e também dos sujeitos. Podemos entender, a partir daí, que a linguagem só acontece por força das interações mantidas entre os homens, principalmente as de natureza verbal.

O autor também enfatiza o papel do sujeito no uso da linguagem. Os sujeitos se constituem como tais à medida que interagem com os outros: “Neste sentido, o sujeito é social já que a linguagem não é o trabalho de um artesão, mas trabalho social e histórico seu e dos outros e é para os outros e com os outros que ela se constitui.” (GERALDI, 1997 b, p.6). Ou seja: não é possível pensar a linguagem no ensino como um evento isolado, dependente de

apenas um sujeito (o professor) para acontecer. Necessariamente, como já vimos acima em Bakhtin, há a necessidade de estarem presentes o locutor e o interlocutor; o professor e o aluno.

Na aprendizagem da linguagem, Dolz e Schneuwly, seguindo a esteira de Bakhtin, propõem que a linguagem ocorre no espaço situado entre as práticas e as atividades de linguagem: “Nesse lugar, produzem -se as transformações sucessivas da atividade do aprendiz, que conduzem à construção das práticas de linguagem.” (DOLZ e SCHNEUWLY, 2004, p.75). Assim, na visão dos autores, as práticas de linguagem são o reflexo e o principal instrumento de interação social na escola.

Práticas de linguagem que dizem respeito às dimensões particulares do funcionamento da linguagem em relação às práticas sociais em geral – a linguagem possui, aqui, uma função de mediação em relação às práticas sociais. Dessa forma, as práticas de linguagem implicam dimensões sociais, cognitivas e lingüísticas do funcionamento da linguagem em uma situação de comunicação particular. Segundo Dolz e Schneuwly (2004, p.73), “Estudar o funcionamento da linguagem como práticas sociais significa, então, analisar as diferenciações e variações, em função de sistemas de categorizações sociais à disposição dos sujeitos observados.”

Já as atividades de linguagem, conforme estes autores, funcionam como uma interface entre o sujeito e o meio e respondem a um motivo geral de representação-comunicação. Têm sua origem sempre nas situações de comunicação, desenvolvendo-se em zonas de cooperação social determinadas. Além disso, essas atividades atribuem às práticas sociais um papel determinante na explicação de seu funcionamento. Há, também, a possibilidade de decompô-las em ações. Nesse caso, implica diversas capacidades da parte do sujeito: adaptar-se às características do contexto e do referente (capacidades de ação), mobilizar modelos discursivos (capacidades discursivas) e dominar as operações psicolingüísticas e as unidades

lingüísticas (capacidades lingüístico-discursivas). Ao tratarmos da seqüência didática, na seção 1.6, estaremos retomando alguns desses termos.

Em vista do exposto sobre a linguagem, compreendemos que a escola – a universidade em nosso caso – é a instância social que possibilita ao sujeito, através de trocas verbais, inscrever-se na sociedade, interagindo com e sobre ela. Assim, a universidade tem por uma de suas funções principais intermediar o acesso do sujeito ao mundo, pelo caminho de sua linguagem. E a linguagem, seja oral ou escrita, ocorre necessariamente através da interação verbal.

Na seqüência, analisaremos a relação enunciado/gênero, sob a ótica dos estudos bakhtinianos.

1.2 ENUNCIADO E GÊNERO

1.2.1 O enunciado

Para Bakhtin (2003), a prática da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes dos diversos campos (esferas) da atividade humana. Assim, os enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada esfera, “não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional.” (BAKHTIN, 2003, p.261).

Depreendemos, pelas palavras do autor, que o uso da língua acontece sob a forma de enunciados. Os enunciados, por sua vez, estão presentes em todas as atividades humanas, trazendo especificidades e finalidades de cada campo de atividade. E o que os caracteriza, basicamente, é o conteúdo temático, o estilo e a construção (forma) composicional –

categorias que farão parte das características constitutivas dos gêneros.

O enunciado, de acordo com Bakhtin (2003), é de natureza responsiva ativa; em outras palavras, toda compreensão real e total do enunciado tem caráter de resposta ativa, pressupõe uma resposta, mesmo que ela não seja imediata. Podemos pensar, nesse sentido, que certos enunciados, tais como um diálogo familiar oral, geram – na maioria das vezes – respostas imediatas, enquanto outros, como o artigo de opinião, geram respostas posteriores, após a leitura do texto por parte do (s) interlocutor (es). E essas respostas podem ocorrer nas mais variadas possibilidades: concordância ou discordância (total ou parcial), complementação ou aplicação.

Essa natureza responsiva ativa também conduz à compreensão do enunciado como unidade da comunicação discursiva. Bakhtin afirma que cada enunciado é um elo na corrente (cadeia) complexamente organizada de outros enunciados. Assim, “[...] (o enunciado) não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas.” (BAKHTIN, 2003, p.300).

Reafirmando Bakhtin, Braith assinala que, em virtude dos elos, qualquer enunciado faz parte de um gênero e que “Se vou me expressar em um determinado gênero, meu enunciado, meu discurso, meu texto será sempre uma resposta ao que veio antes e suscitará respostas futuras, [...]” (BRAIT, 2000, p.19).

O enunciado, para assegurar o lugar de unidade real da comunicação discursiva, possui traços constitutivos específicos: a alternância dos sujeitos discursivos, a sua conclusibilidade e a sua expressividade, conforme Bakhtin (2003, p.275).

Bakhtin explica que é a alternância dos sujeitos discursivos “[...] que emoldura o enunciado e cria para ele a massa firme, rigorosamente delimitada dos outros enunciados a ele vinculados [...]” (p.279-280). Dessa forma, após o falante/escritor – em nosso caso, o

acadêmico – concluir seu objetivo discursivo (*dixi* conclusivo, pela terminologia bakhtiniana), ele termina o seu enunciado e passa a palavra ao outro, ao seu interlocutor – outro acadêmico ou o professor. A partir desse momento, o interlocutor pode dar a sua resposta, caracterizando a compreensão responsiva ativa.

Já a conclusibilidade (ou acabamento) revela a alternância dos sujeitos discursivos. A conclusibilidade é determinada por certos critérios particulares, entre eles a possibilidade de haver contestação (concordância ou discordância, por exemplo) ao enunciado. Bakhtin ressalta que alguma conclusibilidade é necessária para que se possa responder ao enunciado. E, complementando, relaciona os três elementos (ou fatores) intimamente ligados à conclusibilidade: 1) exauribilidade do objeto e do sentido – que podemos compreender como o tratamento que esgota o objeto e o sentido; 2) projeto de discurso ou vontade de discurso do falante – entendido como a intenção do falante com seu discurso; 3) formas típicas composicionais e de gênero do acabamento – compreendidas como as formas que garantem a conclusão do enunciado (BAKHTIN, 2003, p.280-281).

A expressividade do enunciado refere-se à entonação expressiva (estabelecimento de vínculo entre o enunciado e o seu contexto verbal e extraverbal) e ao fato de que existem autor e destinatário – com diferentes atitudes do enunciado face ao seu autor e face aos outros participantes da cadeia da comunicação discursiva (os elos). Assim, conforme o autor, “um enunciado absolutamente neutro é impossível.” (p.289) e só existe por estarem fortemente vinculados a ele o autor e o destinatário. São eles que marcam a existência do enunciado: o primeiro por torná-lo real através da enunciação e o segundo por se posicionar/replicar/contestar, através de sua compreensão responsiva ativa. Com referência ao (s) destinatário (s), Bakhtin (2003, p.301) observa que “Desde o início o falante aguarda a resposta deles, espera uma ativa compreensão responsiva. É como se todo o enunciado se construísse ao encontro dessa resposta.”

Em vista da concepção sócio-interacionista de linguagem – na qual todos os participantes da interação são ativos – é que se justifica a necessidade de que o enunciado, através dos gêneros do discurso e sua materialização em textos, deve se constituir como o verdadeiro objeto de ensino-aprendizagem. Nesse ponto faz sentido as diversas críticas que circulam no meio acadêmico sobre o trabalho na escola com as unidades da língua (palavras e orações) efetuado de uma forma descontextualizada. Conforme Bakhtin (2003, p.305-306), “À diferença dos enunciados (e dos gêneros do discurso), as unidades significativas da língua – a palavra e a oração por sua própria natureza são desprovidas de direcionamento, de endereçamento – não são de ninguém e a ninguém se referem.” Dessa maneira, o ensino centrado em regras gramaticais (da norma padrão) não possibilita uma aprendizagem significativa, pois a língua é apresentada como algo intocável, inflexível, sobre o qual não se pode trabalhar conforme os objetivos discursivos do falante/escritor.

Devemos ponderar também que é o enunciado total (o gênero do discurso) que vai orientar o falante/escritor em seu processo discursivo, desde o conteúdo temático até a seleção dos recursos lingüísticos e da forma composicional.

É a partir da compreensão de enunciado que chegamos à de gênero, que vamos desenvolver a seguir.

1.2.2 O gênero discursivo

Os gêneros discursivos, conforme Bakhtin (2003), são tipos relativamente estáveis de enunciados. Assim, podemos dizer que existe uma relação entre enunciado e gênero.

Segundo o autor, a riqueza e a diversidade dos gêneros são infinitas, porque há abundantes possibilidades para a atividade humana e em cada campo (esfera) dessa atividade há um repertório de gêneros do discurso, “que cresce e se diferencia à medida que se

desenvolve e se complexifica um determinado campo.” (BAKHTIN, 2003, p.262).

Bakhtin não propõe especificamente uma classificação para as esferas dos gêneros discursivos, mas diz, em sua teoria, que não há uma “classificação bem pensada dos gêneros discursivos por campos (esferas) de atividade” (p.267). Dessa maneira, sugere uma tentativa de classificação, fazendo referência – ao longo do capítulo sobre “os gêneros do discurso” – a alguns campos (ou esferas) da “multiforme atividade humana”, através de seus gêneros artísticos, científicos, cotidianos, literários, oficiais, da produção, publicísticos, retóricos, entre outros, que encontramos referências nas páginas 264, 268, 276, 279, 281, 283, 284 e 295.

Ampliando as colocações de Bakhtin (referente ao agrupamento dos gêneros), Rodrigues apresenta um agrupamento, pela concepção de esferas, para os gêneros do discurso:

Uma tentativa de elaboração de um agrupamento aberto dos gêneros do discurso, seguindo os *tipos* e variedades de intercâmbio comunicativo social, pode ser esboçada como:

- a) gêneros da esfera da produção: ordem de serviço, instrução de operação de máquinas, aviso, pauta jornalística etc.;
 - b) gêneros da esfera dos negócios e da administração: contrato, ofício, memorando etc.;
 - c) gêneros da esfera cotidiana: conversa familiar, conversa pública, diário íntimo, saudação etc.;
 - d) gêneros da esfera artística: conto, romance, novela etc.;
 - e) gêneros da esfera jurídica: petição, decreto etc.;
 - f) gêneros da esfera científica: tese, artigo, ensaio, palestra etc.;
 - g) gêneros da esfera da publicidade: anúncio, panfleto, *folder* etc.;
 - h) gêneros da esfera escolar: resumo, seminário, “texto didático” etc.;
 - i) gêneros da esfera religiosa: sermão, encíclica, parábola etc.;
 - j) gêneros da esfera jornalística: entrevista, reportagem, notícia, editorial, artigo etc.
- (RODRIGUES, 2001 a, p.73-74, grifos da autora)

O agrupamento sugerido por Rodrigues possibilita a compreensão dos gêneros não apenas em termos sociais, mas também no contexto de trabalho em situação de ensino-aprendizagem.

Assim, se fizermos uma breve análise do jornal impresso (esfera jornalística), especificamente, veremos que ele surgiu séculos antes da invenção da imprensa (RABAÇA;

BARBOSA, 2002), passou por diversas revoluções – tanto processuais quanto na formação de seus profissionais – e definiu/redefiniu seus gêneros ao longo do tempo: da notícia chegamos à reportagem; do editorial, ao artigo de opinião; e assim por diante.

Sobre essa esfera, Rodrigues (2001 a, p.76) ressalta que “[...] deve -se considerar que a esfera jornalística não pode ser confundida com o jornal propriamente dito. Também nem tudo que está nas páginas dos jornais, ou seja, que é veiculado pelo jornal, é necessariamente da esfera jornalística, como os anúncios, por exemplo.”

A observação de Rodrigues remete ao que Bakhtin defende sobre a heterogeneidade dos gêneros: por serem muitos e extremamente plásticos, é possível que eles estejam circulando em outras esferas, com variações temáticas, composicionais e estilísticas.

Voltando a Bakhtin (2003), o autor classifica os gêneros discursivos em primários e secundários.

Os gêneros discursivos primários, conforme o autor, são simples e pertencem às “ideologias do cotidiano”. O seu objetivo é a comunicação discursiva imediata. As cartas, os diálogos (íntimos, de salão, de círculo, familiares) e suas réplicas constituem exemplos de gêneros discursivos primários.

Em relação aos gêneros discursivos secundários, o autor afirma que “Os gêneros discursivos secundários (complexos [...]) surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo e relativamente muito desenvolvido e organizado (predominantemente o escrito) – artístico, científico, sociopolítico, etc.” (BAKHTIN, 2003, p.263). Dessa forma, os gêneros secundários são mais ideológicos e formalizados. Os dramas, as investigações científicas, os diversos gêneros jornalísticos, os romances e o diálogo em sala de aula constituem exemplos de gêneros discursivos secundários.

Segundo o autor, em seu processo de formação, os gêneros discursivos secundários incorporam e reelaboram diversos gêneros primários. Nesse caso, “Esses gêneros primários,

que integram os complexos, aí se transformam e adquirem um caráter especial: perdem o vínculo imediato com a realidade concreta [...]” (BAKHTIN, 2003, p.263).

Em nossa pesquisa, estaremos trabalhando com um gênero discursivo secundário – o artigo de opinião – em uma situação de produção que também contempla os gêneros discursivos secundários: a situação de sala de aula.

Entende-se como situação de produção a situação específica de interação que envolve os interlocutores. É nessa situação de interação que as características constitutivas do gênero manifestam-se.

Assim, segundo Koch (2003, p.55), “A escolha do gênero se dá em função dos parâmetros da situação que guiam a ação e estabelecem a relação meio-fim, que é a estrutura básica de uma atividade mediada.”

Portanto é, em grande medida, a situação de produção que define qual o gênero adequado ao momento de interação. Se a situação é a de um diálogo familiar, por exemplo, serão certos parâmetros que guiarão a ação. Se for uma situação de sala de aula, os parâmetros serão outros. O uso de um gênero inadequado para a situação provoca problemas na interlocução, prejudicando o alcance de seus objetivos, diz a autora.

A partir de agora, apresentamos as características ou dimensões constitutivas dos gêneros – tema, forma composicional e marcas lingüísticas (estilo) –, conforme Bakhtin (2003).

Quanto ao tema, compreende-se como o núcleo de interlocução, aquilo que está sendo abordado (tematizado) na situação de interação. O conteúdo temático, segundo Bakhtin, inclui a situação social de interação, os objetos e sentidos presentes nela, além da participação de outros enunciados. Bakhtin liga o tema à conclusibilidade, ao afirmar que o objeto é objetivamente inexaurível, mas ao se tornar *tema* do enunciado ele ganha uma relativa conclusibilidade em determinadas condições, em certa situação do problema, em um dado

material, em determinados objetivos colocados pelo autor.

O tema também influi sobre a escolha do gênero do discurso. Assim, são, entre outras, as considerações semântico-objetais (temáticas) que, conforme o autor, determinam qual gênero será utilizado em determinada situação de interação.

A forma composicional é a maneira como o gênero está estruturado. Por exemplo, um bilhete prevê um certo formato, que é diferente de uma carta. Bakhtin (2003) observa que falamos somente através de determinados gêneros do discurso e, assim, todos os nossos enunciados possuem *formas* relativamente estáveis e típicas de *construção do todo*. E essas formas precisam levar em conta o autor e os demais participantes da cadeia de comunicação discursiva, pois ao ouvir o discurso do outro conseguimos determiná-lo em termos de gênero, volume (extensão), construção composicional e finalização.

E as marcas lingüísticas (ou estilo), consoante Bakhtin (2003), configuram a seleção de recursos léxicos, fraseológicos e gramaticais da língua. Para o autor, onde há estilo há gênero – assim, todo estilo está indissolúvelmente ligado aos gêneros do discurso. O estilo tem uma ligação intrínseca com o tema e com a forma composicional: “O estilo é indissociável de determinadas unidades temáticas e – o que é de especial importância – de determinadas unidades composicionais [...]”, diz Bakhtin (2003, p.266).

Essas três características permitem que possamos identificar o gênero e com ele trabalhar, motivo pelo qual serão mais desenvolvidas na próxima seção quando tratarmos do gênero artigo de opinião.

Retornando ao aspecto da participação do destinatário na comunicação discursiva proposta pelo gênero, devemos considerar, segundo o autor (p.301), que “Cada gênero do discurso em cada campo da comunicação discursiva tem a sua concepção típica de destinatário que o determina como gênero.” Ou seja: o falante, ao conceber seu discurso, sempre aguarda uma compreensão responsiva ativa do destinatário. E é a noção acerca dessa

compreensão responsiva ativa que define o estilo e a composição do enunciado, além de determinar o próprio gênero.

Antes de finalizar esta seção, apresentamos a distinção que Bakhtin faz entre as formas da língua e os gêneros do discurso:

[...] ao falante não são dadas apenas as formas da língua nacional (a composição vocabular e a estrutura gramatical) obrigatórias para ele, mas também as formas de enunciado para ele obrigatórias, isto é, os gêneros do discurso: estes são tão indispensáveis para a compreensão mútua quanto as formas da língua. Os gêneros do discurso, comparados às formas da língua, são bem mais mutáveis, flexíveis e plásticos; entretanto, para o indivíduo falante eles têm significado normativo, não são criados por ele mas dados a ele. (BAKHTIN, 2003, p.285).

Dessa forma, é a interação cotidiana entre os homens, em suas diferentes instâncias, que determinará a escolha por um ou outro gênero entre aqueles que estão à disposição dos falantes para sua comunicação discursiva. E são os gêneros discursivos, e não as formas da língua, que, pela sua mutabilidade, flexibilidade e plasticidade, possibilitam ao homem interagir com seus semelhantes, fazendo com que ele seja compreendido e compreenda os seus interlocutores.

Dando seqüência à discussão teórica, vamos trabalhar o artigo de opinião, gênero que será desenvolvido na seqüência didática, base do ensino-aprendizagem da produção textual escrita.

1.3 O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO: ASPECTOS TEÓRICOS

A opinião, em linhas gerais, pode ser caracterizada como o modo de ver, de pensar sobre determinado assunto. Segundo Beltrão (1980), trata-se de uma função psicológica pela qual o homem, informado de idéias, fatos ou situações conflitantes, exprime o seu juízo a respeito. Assim, o homem, em interação com seus semelhantes, sente a necessidade constante de manifestar sua opinião, principalmente quando certas situações sociais o inquietam.

Nesse sentido, a opinião pode ser manifestada de diversas formas, seja pela oralidade, pela escrita ou até pela linguagem não-verbal (por exemplo: uma negativa, pelo movimento da cabeça, exprime que a pessoa discorda de determinada situação). Mediada pela escrita, especificamente, um dos canais para divulgar a opinião é a imprensa.

No jornalismo impresso brasileiro, a opinião pública, porém, até há alguns anos não possuía seu espaço. Isso ocorria, de acordo com Beltrão (1980), por dois motivos principais: o primeiro, é que se partia da idéia equivocada de que o jornalismo deveria ser imparcial e, por isso, somente poderia se deter ao relato dos fatos (notícias) de acordo com a visão do jornalista e do meio de comunicação; o segundo, é que, devido à ditadura militar, não havia liberdade para a opinião – independente do seu tipo – nos órgãos de imprensa. Com o fim da ditadura, a conseqüente abertura política e democrática – eliminando, mesmo que teoricamente, a censura –, além de diversas mudanças na sociedade brasileira, motivadas principalmente por reivindicações populares, o jornalismo precisou tomar novos rumos. Assim, os meios de comunicação social sentiram a necessidade de ouvir e manifestar a opinião pública externa a eles.

Nos estudos referentes ao jornalismo opinativo brasileiro destacam-se, principalmente, as contribuições de Beltrão (1980) e Melo (1985/1994), como seus precursores. Enquanto o primeiro dedicou-se a uma caracterização mais voltada para a opinião do veículo de comunicação (através do editorial, basicamente), o segundo procurou ampliar, trabalhando os diversos gêneros opinativos, recorrendo ao trabalho de Vivaldi (1979/1998) – um dos pioneiros dos estudos de jornalismo opinativo nos países de língua espanhola – para explicar o artigo.

Dessa forma, para embasar nossa pesquisa nos aspectos teóricos do gênero artigo de opinião, estaremos apresentando as contribuições desses autores e a tese de Rodrigues (2001 a).

Beltrão (1980) afirma que o jornal tem o dever de exercitar a opinião, pois ela valoriza e engrandece a atividade profissional, desde que seja expressa com honestidade e dignidade. Além disso, a opinião “[...] se torna fator importante na opção da comunidade pelo mais seguro caminho à obtenção do bem-estar e da harmonia do corpo social.” (BELTRÃO, 1980, p.14). Ou seja: é através da opinião das pessoas, sejam ou não leitoras do jornal, que mudanças sociais podem ocorrer, vindo a beneficiar toda a sociedade. E o jornal impresso, particularmente, exerce um papel preponderante para tornar visível a opinião pública.

Segundo Beltrão (1980, p.19, grifos do autor), o jornalismo veicula três categorias específicas de opinião: “[...] a do *editor*, a do *jornalista* e a do *leitor*, que, juntas, irão oferecer à comunidade a manifestação corporificada do tão discutido fenômeno social da *opinião pública*.”

Sobre a opinião do editor, Beltrão (1980, p.51-52, grifo do autor) destaca que ‘É através do *editorial*, principalmente, que o grupo proprietário e administrador do periódico manifesta sua opinião sobre os fatos que se desenrolam em todos os setores de importância e interesse para a comunidade e ligados à existência e desenvolvimento da empresa [...]’. Assim, a opinião, no editorial, expressa o ponto de vista da empresa jornalística. Contudo, não podemos afirmar que seja uma opinião imparcial, isenta, pois atende a interesses específicos, geralmente guiada pelo fator econômico – o veículo de comunicação muitas vezes não polemiza sobre temas que possam prejudicá-lo junto a anunciantes ou a patrocinadores, por exemplo, mesmo que esses temas sejam de interesse e possam beneficiar diretamente uma comunidade.

Já a opinião do jornalista – compreendido como um profissional assalariado e pertencente aos quadros da empresa –, conforme Melo (1994), ocorre através de comentário, resenha, coluna, crônica, caricatura e, eventualmente, artigo. Nesse sentido, Beltrão (1980) explica que a crônica e o artigo são gêneros que conseguem fugir dos limites da ideologia

restrita do editor, mesmo seu autor sendo funcionário do veículo de comunicação.

Com respeito ao leitor, ainda conforme Beltrão, a sua opinião pode transmitir juízos ou fazer considerações sobre temas em foco, concordando, discordando ou emitindo novos pontos de vista em resposta a proposições do editor, do jornalista ou até de algum outro leitor. Essa opinião é manifestada sobretudo através de entrevistas, palestras, depoimentos, cartas, e-mails, press releases, charges e respostas a enquetes, entre outros gêneros.

Melo (1994) classifica a opinião do leitor como externa, junto com a do colaborador. Enquanto a opinião do colaborador – geralmente personalidades representativas da sociedade civil que buscam os espaços jornalísticos para participar da vida política e cultural – é expressa através de artigos, “A opinião do leitor encontra expressão permanente através da *carta*.” (MELO, 1994, p.94, grifo do autor).

Em relação à classificação de Melo, consideramos, em nossa pesquisa, a categoria específica de opinião externa do colaborador, manifestada através do artigo de opinião.

Algumas definições de artigo são fundamentais para entendermos os seus aspectos teóricos.

Melo destaca que a palavra artigo possui duas significações. Para o senso comum, artigo tem o sentido de matéria publicada em jornal ou revista. O outro significado diz respeito às instituições jornalísticas, para quem o artigo é um gênero específico: “Trata -se de uma matéria jornalística onde alguém (jornalista ou não) desenvolve uma idéia e apresenta sua opinião.”, observa Melo (1994, p.116). Acrescenta que o artigo é escrito geralmente por colaboradores e publicado nas páginas editoriais ou nos suplementos especializados dos jornais impressos.

Vivaldi (1998, p.176) define artigo como “Escrito, de conteúdo amplo e variado, de forma diversa, no qual se interpreta, julga ou explica um fato ou uma idéia atuais, de especial transcendência, segundo a conveniência do articulista.” Para o autor, a opinião do articulista é

o eixo, a essência do artigo: “O fato ou a idéia que se comentam, ou analisam, ou interpretam ou avaliam são... o próprio artigo.” (VIVALDI, 1998, p.177). O autor observa que devido à sua variedade, multiplicidade e subjetividade, uma definição ou delimitação do artigo sempre é incompleta, somente aproximada.

Já para Bräkling (2000), o artigo de opinião é um gênero de discurso em que se busca convencer o outro (o leitor) de uma determinada idéia, tentando influenciá-lo, para que transforme os seus valores, por meio de um processo de argumentação. Nesse aspecto, o autor do artigo de opinião assume uma determinada posição e procura refutar as possíveis opiniões divergentes. “É um processo que prevê uma operação constante de sustentação das afirmações realizadas, por meio da apresentação de dados consistentes, que possam convencer o interlocutor.” (BRÄKLING, 2000, p.226).

Rodrigues (2000) considera que o artigo é um gênero característico do jornalismo impresso e multimídia (veiculado pela internet). O autor do artigo, normalmente alguém de fora da instituição jornalística – muitas vezes colaborador freqüente do jornal –, ocupa papel de destaque na sociedade (escritor, político, médico, advogado, jornalista, entre outros) e “[...] apresenta e sustenta seu ponto de vista sobre determinado fato, assunto da atualidade.” (RODRIGUES, 2000, p.215).

Rabaça e Barbosa (2002, p.42) apresentam definição para o artigo: “Texto jornalístico interpretativo e opinativo, mais ou menos extenso, que desenvolve uma idéia ou comenta um assunto a partir de determinada fundamentação.” Ainda segundo os autores, o artigo, geralmente assinado, distingue-se do editorial por não apresentar uma “receita” para a questão em debate e nem ter a obrigação de representar a opinião da empresa jornalística.

E para Lage (2003), o artigo é um texto jornalístico interpretativo ou opinativo, geralmente assinado e com fundamentação explícita.

Conforme as definições acima, podemos compreender o artigo como um gênero discursivo pertencente à esfera jornalística, e escrito, geralmente, por uma pessoa externa ao veículo de comunicação, que pretende levar a debate, através de um processo de defesa de uma opinião ou tese, um tema da atualidade.

Observamos, porém, que não há um consenso entre os autores para definir o gênero. Uns o denominam apenas de “artigo”, enquanto outros chamam de “artigo jornalístico” ou “artigo de colaborador”, havendo ainda o uso de “artigo assinado” e também de “artigo de opinião”. Em razão dessa diversidade terminológica, optamos, nesta pesquisa, pela denominação “artigo de opinião”, por dois motivos. Primeiro, esta terminologia parece -nos ser mais didática, na medida em que fica claro que pretendemos que os acadêmicos participantes da pesquisa compreendam o que se espera do texto que irão produzir: um “artigo” no qual manifestam sua “opinião” sobre uma temática ambiental. Segundo, dentro dos princípios da seqüência didática, procedimento utilizado nesta pesquisa para desenvolver a proposta para o ensino-aprendizagem da produção textual escrita do gênero, Dolz e Schneuwly (2004) fazem referência ao termo “artigo de opinião”, dentro dos domínios sociais de comunicação que tem por objetivo discutir problemas sociais controversos. Doravante, portanto, utilizaremos a denominação de artigo de opinião para nos referir ao gênero objeto de nossa pesquisa.

Fundamentados em Beltrão (1980), Melo (1994), Vivaldi (1998) e Rodrigues (2001 a), vejamos como o artigo de opinião pode ser caracterizado em termos de suas dimensões constitutivas: tema, forma composicional e estilo.

Melo (1994) afirma que o tema dos artigos de opinião deve privilegiar a atualidade, mas observa que o tratamento dado ao tema – igualmente devido à atualidade – indica que o artigo contém julgamentos mais ou menos provisórios, afinal é escrito, muitas vezes, enquanto os fatos ainda estão se configurando.

Nesse sentido, ao tratarmos de certos temas, como os que dizem respeito à questão ambiental, verificamos que o critério de atualidade – mesmo que os julgamentos feitos no artigo sejam provisórios – é satisfeito, pois, mais do que nunca em toda a história do homem há uma preocupação generalizada com os problemas que envolvem o meio ambiente e a prova disto está nos encontros de autoridades mundiais, nos quais este assunto constitui a pauta principal – vide os fóruns mundiais e as reuniões do Grupo dos 7 países mais ricos do mundo.

Para Vivaldi (1998), o tema dos artigos de opinião não possui limitações possíveis. Isso significa que tudo, qualquer assunto, pode ser tematizado. O autor assinala, entretanto, que ‘Esta liberdade temática não quer dizer uma liberdade absoluta. É enquanto ao tema, não enquanto ao modo de tratá-lo. Há que *humanizar e atualizar* o tema. Sem tais condições poderíamos escrever um *ensaio* ou um livro; não um artigo jornalístico.’ (VIVALDI, 1998, p.189, grifos do autor). Assim, situações sociais problemáticas (o consumo de drogas, por exemplo) ou controversas (pena de morte, por exemplo), podem constituir-se como tema dos artigos, desde que sejam de interesse humano e atuais.

Conforme Rodrigues (2001 a), o horizonte temático do artigo se constitui numa interseção: refere-se a acontecimentos que são próprios do universo da comunicação jornalística, mas que estão vinculados ou então dizem respeito à esfera de atuação do autor, constituindo-se em objeto da sua competência discursiva e do seu interesse. Compreende-se, então, que a escolha do tema vincula-se fortemente às crenças do autor; à forma como ele concebe um assunto em particular e como quer que os outros estejam aderindo à sua forma de pensar.

Ainda com relação ao tema, a pesquisadora, em sua tese de doutorado, levantou alguns critérios utilizados pelos jornais para publicar artigos de opinião: grau de conhecimento do autor sobre o assunto, qualidade do texto, atualidade jornalística do tema e caráter polêmico das opiniões defendidas no artigo. Além desses critérios, segundo Rodrigues, o artigo, para

ser publicado, passa pela aprovação prévia (conhecimento prévio) da direção de redação, a quem compete a decisão de publicá-lo ou não.

Sobre o critério qualidade do texto, podemos levantar um breve questionamento. Partindo-se do princípio de que o autor possui conhecimento sobre o assunto, afinal ele está explorando um tema que é, muitas vezes, de sua área de atuação (o professor escrevendo sobre educação, o político sobre política, o médico sobre medicina, o jurista sobre leis, etc.), esse critério é definido “subjetivamente” pela direção de redação do jornal. Assim, poderíamos pensar que muitos artigos atendem aos demais critérios, mas no quesito qualidade não passam pela “censura” do jornal. Mas, afinal de contas, o que seria um texto com qualidade? Seria, talvez, um texto que atendesse à norma padrão?

Dessa forma, na prática, muitos bons articulistas – que trabalharam exaustivamente sobre seus textos, escrevendo-os e reescrevendo várias vezes, compondo diversas versões, submetendo seus textos à leitura e à avaliação prévia de outros profissionais da área, só para citar algumas possibilidades – acabam ficando à margem e não conseguindo manifestar suas opiniões nos jornais impressos. Uma situação problemática que já prevemos em nossa pesquisa e suplantamos com a publicação, particular, contendo os artigos de opinião produzidos pelos acadêmicos de Engenharia Florestal.

Na situação cotidiana escolar, porém, nem sempre é possível encontrar formas alternativas para a publicação dos artigos. É aí que se questiona, também, o espaço fornecido, a princípio democraticamente, para que os interlocutores do jornal possam manifestar suas opiniões – convenhamos que a seção “carta do leitor” dos jornais não possibilita argumentar com consistência; quando muito, essa seção permite uma rápida argumentação, pois o espaço é muito limitado (geralmente apenas um pequeno parágrafo por carta).

Para fins de nossa análise, consideramos também importante vincular ao tema a frequência de publicação. Nesse caso, observa-se que o artigo é um gênero de publicação

diária e, como observa Melo (1994), presta-se mais à publicação no jornal. Complementando Melo, Rodrigues (2001 a) salienta que o aparecimento e a temporalidade do artigo se limitam ao período das vinte e quatro horas de circulação do jornal. Dessa forma, cumprido esse prazo (um dia apenas), o artigo, da mesma forma que o jornal, é substituído pelo novo. O leitor do jornal, a cada novo dia, procura novos textos para ler. Poucos são os que se interessam em ler jornais “antigos”, pois os consideram desatualizados.

A autoria é um outro aspecto vinculado ao tema, no artigo de opinião.

Melo (1994, p.122) assinala que a autoria do artigo de opinião é bem diversa: “Tanto pode ser um jornalista, pertencente aos quadros regulares da instituição noticiosa, quanto pode ser um colaborador – escritor, professor, pesquisador, político, profissional liberal – convidado a escrever sobre assunto de sua competência.” Porém, segundo o autor, a autoria vinculada ao colaborador é a mais presente no jornalismo brasileiro, principalmente por questões de legislação, afinal o colaborador é definido como um não-jornalista que presta, sob forma remunerada (ou não), de modo contínuo ou esporádico, serviços eventuais a uma empresa jornalística.

Devido a sua importância para nossa pesquisa, transcrevemos ainda uma observação de Melo (1994, p.122) sobre o papel do articulista, ou seja, do autor dos artigos de opinião:

A presença do articulista na imprensa brasileira tem papel significativo, pois contribui para dinamizar a vida do jornal ou da revista, superando as limitações naturais que perfazem a sua fisionomia informativa ou opinativa. Estando menos dependente dos ângulos de observação da realidade que aqueles circunscritos ao ambiente jornalístico, o articulista introduz diferentes prismas para analisar a conjuntura e traz novas informações e idéias para completar a crítica do cenário sociopolítico.

Assim, o articulista, por estar livre das limitações impostas por um vínculo empregatício com o jornal, auxilia sobremaneira em abrir novas frentes de debates para importantes causas sociopolíticas. Além disso, por ser, geralmente, uma pessoa muito conhecida pelos leitores do jornal, possui um destaque social e uma certa liderança em sua

área profissional, o que o autoriza a abordar determinado tema, lhe dá a autoridade suficiente para opinar, argumentar sobre determinada questão, ser um formador de opinião, além de lhe garantir um espaço “cativo” em certos jornais.

Observamos, porém, que essa situação revela-se um pouco diferente nos jornais de pequeno porte. Nos pequenos jornais, articulistas apenas conhecidos pela comunidade local ou regional dividem espaço com articulistas de projeção estadual ou nacional (principalmente política). Enquanto aqueles precisam “pagar” pelo seu espaço no jornal, estes têm seu lugar garantido e franqueado. Assim, o articulista “não notável” custeia seu espaço com a obtenção de anúncios publicitários, em um valor equivalente ao custo da página. É como se ele fosse o responsável pela página inteira, apesar de não fazer parte do quadro de funcionários da empresa jornalística. Essa prática, apesar de comum, é desconhecida pela maioria dos leitores do jornal, pois é um dado que não se divulga abertamente.

Para Vivaldi (1998), o escritor é o “sujeito -protagonista” do artigo de opinião: o autor – o articulista – está sempre em primeiro plano. Assim, na visão de Vivaldi, é a assinatura do autor o que impele alguém à leitura do artigo, pois, além de queremos saber o que determinada pessoa pensa, “buscamos no trabalho do articulista o prisma revelador que nos dará a estrutura, o segredo mais íntimo de um fato ou uma idéia.” (VIVALDI, 1998, p.189).

O autor (p.189) acrescenta que o articulista, ao escrever o seu artigo, deve levar em conta seu leitor, tê-lo sempre presente, afinal:

O contraste de um bom artigo jornalístico, sua “lei”, é o comentário do leitor. Comentário positivo, não negativo; elogioso, não vituperante; quando o que lê pensa ou comenta: “isto é o que eu digo”. E sente como um prazer íntimo de encontrar dito por outro – bem dito – o que ele havia pensado sempre. Então, quando o artigo obtém esse *eco* ou ressonância popular – no mais nobre sentido do vocábulo “popular” –, somente então pode se dizer que houve comunicação, mensagem: verdadeiro artigo jornalístico.

Dessa forma, é a participação do leitor que proporciona a sustentação para que o artigo de opinião exista e possa atingir seus objetivos. São os comentários do leitor, mesmo distantes

temporal e espacialmente, que motivam o articulista a assumir a autoria. Afinal, como o próprio Vivaldi observa, não escreveríamos se não tivéssemos leitores. O artigo, nesse sentido, possibilita a interação – aspecto analisado na seção *1.1 A LINGUAGEM NA CONCEPÇÃO SÓCIO-INTERACIONISTA* – entre escritor e leitor, este sentindo que aquele é seu porta-voz, fala por ele.

Para Rodrigues (2001 a), o termo articulista é o mais apropriado para ser utilizado no caso da autoria dos artigos de opinião do jornal impresso, porque remete mais especificamente à forma da autoria de um gênero específico: “A designação da autoria prevista para o artigo tem uma certa estabilidade semântica, quer dizer, há um reconhecimento social de sua posição discursiva no conjunto da comunicação jornalística [...]” (RODRIGUES, 2001 a, p.136-137).

A pesquisadora (p.138, grifos da autora) observa, contudo, que o articulista não está, necessariamente, diante de uma situação de comunicação na sua própria esfera, “[...] mas em uma *situação de interação em que um dos seus participantes dialoga com a sociedade, ou com uma parcela dessa sociedade.*” Assim, o autor escreve a partir do ponto de vista da sua esfera de atuação, como se fosse legitimado por ela, um porta-voz da esfera.

Em relação à forma composicional, outra dimensão constitutiva do gênero artigo de opinião, Beltrão (1980), com uma visão tradicional, argumenta que o artigo deve possuir uma estrutura determinada – semelhante à do editorial –, composta por: 1) título, 2) introdução, 3) discussão e 4) conclusão.

Analisemos cada um desses elementos, à luz das explicações do autor:

O título, da mesma forma que o de uma notícia ou o de uma publicidade, tem por finalidade atrair a atenção do leitor. A situação (um fato ou uma idéia) que provoca o artigo e a tese a ser defendida ordenam o título. Conforme o autor, o título deve ser escrito em poucas palavras e ser incisivo. Assim, o título é o primeiro elemento do artigo e tem por objetivo

despertar o interesse pela leitura do artigo, podendo, ainda, dar uma idéia do que o texto trata especificamente.

Vivaldi (1998) reconhece a importância do título, porém discorda de que seja este elemento que desperta o interesse pela leitura do artigo. Para o autor, “No artigo, o título – até sendo significativo ou sugestivo – não diz tudo: somente anuncia levemente o conteúdo sem revelá-lo.” (VIVALDI, 1998, p.188). Em sua opinião, é a assinatura no artigo que instiga a leitura.

A introdução, por seu turno, visa a despertar o interesse do leitor para que ele prossiga na leitura do artigo. Beltrão explica que ela deve ser breve, consistindo na formulação do fato ou da idéia que deu origem ao artigo. Dessa forma, a introdução deve situar o tema, orientando o leitor e procurando estimulá-lo para que continue sua leitura.

Já a discussão exhibe argumentos com vistas à interpretação dos fatos. É a fase mais importante do artigo e nela devem ocorrer a interpretação, a análise, o debate dos diferentes aspectos do tema. Conforme Beltrão (1980, p.59), “Aqui, há que expor as suas implicações, confrontá-lo com outros semelhantes, manipulá-lo, desintegrá-lo. [...] Há que se antecipar às críticas e destruir previamente as objeções que seriam formuladas ao ponto de vista expresso.” Nesse sentido, a discussão é a fase na qual o autor trabalha mais detida e vigorosamente o tema, através de seus posicionamentos, com argumentos que validam o seu ponto de vista e também com contra-argumentos que podem defender sua maneira de pensar.

Por último, a conclusão pretende conduzir o leitor a aceitar a idéia exposta e tenta mudar seu modo de ver e de se comportar frente ao tema trabalhado no artigo. A conclusão, de acordo com Beltrão, pode assumir diferentes modalidades: exortação, apelo, aviso, palavra de ordem, constatação pura e simples. Por isso, a conclusão é o elemento no qual o autor, além de finalizar o seu texto, procura aconselhar e dirigir a opinião de seus leitores, como que os conclamando a tomar determinadas atitudes, explícitas ou não no texto.

Melo (1994), ao posicionar-se quanto à forma composicional, diverge de Beltrão. Assim, Melo explica que o artigo, sendo uma colaboração espontânea ou uma solicitação nem sempre remunerada, concede completa liberdade – inclusive de forma – ao seu autor. “Trata-se de liberdade em relação ao tema, ao juízo de valor emitido, e também em relação ao modo de expressão verbal.” (MELO, 1994, p.121).

Vivaldi (1998), por sua vez, afirma que não se podem impor normas, pois é válida qualquer ordem, qualquer forma. O autor explica ainda que “[...] Pode-se escrever sem muitos parágrafos; ou dividindo o texto com asteriscos, segundo as diversas idéias que se expõem. Pode-se começar pelo princípio ou pela conclusão; pode-se ser definitivo ou ambíguo (segundo requer o tema); pode-se ser engraçado ou muito sério...” (VIVALDI, 1998, p.180).

A explicação do autor vai de encontro às teorias tradicionais de redação, segundo as quais um texto (com exceção da poesia) deve possuir uma estrutura convencional – dividida em introdução, desenvolvimento e conclusão – bem delimitada. Assim, conforme algumas vertentes dessas teorias, um texto, para ser “bom”, precisa ter um parágrafo de introdução, “tantos” parágrafos de desenvolvimento e um parágrafo de conclusão.

Em vista disso, concordamos com Vivaldi de que o articulista é dono e senhor da forma – afinal, esta lhe pertence – e com sua observação sobre a importância do leitor nessa questão: “A única exigência formal ineludível consiste em atrair o leitor para os pensamentos ou sentimentos do escritor.” (VIVALDI, 1998, p.180). Em outras palavras, o leitor não está preocupado com a forma composicional do artigo, mas sim no que ele tem a dizer.

É interessante observar ainda que, sob o ponto de vista do jornal em que são publicados, a forma composicional dos artigos, além de depender da natureza do veículo em que se publica, está condicionada a critérios definidos por cada veículo. Nesse sentido, ocorrem diversas variações em relação ao formato e à diagramação no espaço de página dos jornais impressos. Isso resulta que vemos diferentes formatos nos artigos de opinião

publicados. E esse fato ocorre porque o processo de produção da comunicação jornalística influencia a forma como o artigo de opinião deve aparecer nos jornais: “Assim, por exemplo, a extensão do artigo está condicionada ao tamanho da coluna do jornal impresso destinada à publicação do gênero.”, diz Rodrigues (2001 a, p.171).

Sobre o estilo, a terceira dimensão constitutiva do gênero artigo de opinião, não estaremos apresentando as análises de Beltrão e Melo. Isso porque enquanto Beltrão dirige sua análise especificamente sobre o editorial, Melo emite sua opinião sobre o estilo quando trata da forma composicional dos artigos (como podemos ver acima, na página 34 desta dissertação).

Já Vivaldi (1998) assinala que não deve haver normas nem regras: “O estilo do artigo é o estilo do articulista. Salvo as naturais limitações impostas pelo bom gosto, a moral, o direito e a sociedade em que se vive, o articulista escreve como quer e pode. E, naturalmente, sobre o imperativo da atualidade.” (VIVALDI, 1998, p.177).

O autor observa, entretanto, que a clareza é norma essencial do trabalho jornalístico e, neste sentido, também precisa ser uma característica ligada ao estilo do artigo. Além disso, segundo Vivaldi, o artigo – mesmo que seja sobre um tema científico ou filosófico – deve ser simples, conciso (exato), denso (compacto), natural e breve. Em vista disso, o vocabulário e a sintaxe rebuscados devem ser totalmente eliminados.

Transcrevemos o que diz Vivaldi (1998), ainda sobre o estilo:

Cada articulista tem, pois, seu estilo, sua maneira de fazer. O perigo, quando já se escreveu milhares de artigos, é o predomínio do *estilismo* e o pequeno vício da *repetição*. O estilo, ainda que sendo perceptível, deve ser quase invisível. O que devem ser observados são as idéias ou os sentimentos de quem escreve: não *pelas* palavras, senão *através das* palavras. Mas o estilismo, ainda que sendo condenável, pode ser desculpável; pode ser uma forma de estilo. O mal é a repetição: o empregar sempre as mesmas fórmulas expressivas, o mesmo tipo de frase, a mesma entonação. Todos somos como somos, segundo nossa maneira de ser. Mas no jornalismo há que se procurar não cair na repetição, o que se consegue – ainda que dentro de nosso inevitável estilo – adaptando sempre nosso estilo ao tema; quer dizer, procurando sempre um tom adequado. (VIVALDI, 1998, p.178, grifos do autor).

Em outras palavras, possuímos uma maneira de escrever, um determinado estilo que nos marca, nos identifica. O estilo, por isso mesmo, deixa perceptível que tal texto foi escrito por determinado autor. Poderíamos até dizer que é uma marca individual, como se fosse uma impressão digital, que pode estabelecer a nossa identidade em um mundo globalizado. Isso não significa, porém, que devemos ficar reféns do nosso estilo, escrevendo sempre da mesma forma, utilizando sempre a mesma sintaxe, as mesmas palavras. Ao contrário, como argumenta Vivaldi, é possível escapar da repetição, adaptando o estilo ao tema. Ou seja: é possível, no artigo, tratar o tema de diferentes maneiras ao longo do texto. Assim, em certas passagens, podemos ser mais incisivos; em outras, porém, devemos ser mais cautelosos. Em certos momentos, podemos conclamar o leitor; em outros, devemos adverti-lo. O estilo, nesse sentido, pode ser o atrativo, o diferencial que atrairá o leitor para o nosso artigo.

Diferente dos autores até agora abordados, Rodrigues (2001 a) não separa forma composicional e estilo. Ao analisar aspectos da dimensão verbal do artigo, a pesquisadora estuda essas duas características juntas, denominando-as de “projeções estilístico-composicionais”.

Nesse sentido, Rodrigues compreende que o articulista, para poder construir seu ponto de vista (seu texto), muitas vezes estabelece relações dialógicas com outras posições discursivas, outros enunciados já-ditos. Essas relações são os movimentos dialógicos de assimilação e de distanciamento.

O movimento dialógico de assimilação prevê a incorporação de outras vozes ao discurso do autor, avaliadas positivamente e que são convocadas para a construção do seu ponto de vista. Esse movimento, conforme Rodrigues, é caracterizado basicamente pelo acúmulo da autoria no artigo (articulista mais jornal) e pela relação do autor com a sua esfera de atuação (a esfera como argumento de autoridade).

O movimento dialógico de distanciamento subentende o apagamento, distanciamento, isolamento e desqualificação das vozes às quais o autor se opõe.

Na avaliação de Rodrigues, há certos traços estilístico-composicionais que marcam mais claramente as diferentes estratégias de utilização dos movimentos dialógicos em envolvimento com a reação-resposta ao já-dito: a) estratégias de inter-relação com o discurso do outro (no movimento dialógico de assimilação: uso de certos verbos introdutórios e de palavras e expressões avaliativas; e no movimento dialógico de distanciamento: uso de palavras e expressões avaliativas, da negação, de aspas, de operadores argumentativos, pela fala do outro, pela ironia e pelo uso de pronomes demonstrativos); b) formas composicionais de introdução e organização do discurso do outro (discurso relatado direto, discurso relatado indireto e discurso bivocal).

Já em outras situações, o articulista estabelece relações dialógicas com a orientação para o leitor. Nesse aspecto, Rodrigues observa que “No caso do artigo, a interação verbal entre autor-articulista e interlocutor-leitor, [...], não é uma relação dialógica direta, ou seja, face a face (‘de pessoa a pessoa’), mas mediada.” (RODRIGUES, 2001 a, p.208-209, grifos da autora). Assim, o interlocutor-leitor só manifesta sua reação-resposta ativa, refletindo sobre o discurso ou agindo a partir dele, entre outras possibilidades, após a leitura do artigo, mediada pelo jornal, o que ocorre, na maioria das vezes, em um momento bem distante da escrita do texto, situação já prevista por Bakhtin (2003, p.272): “Os gêneros da complexa comunicação cultural, na maioria dos casos, foram concebidos precisamente para essa compreensão ativamente responsiva de efeito retardado.”

As relações dialógicas com a orientação para o leitor, segundo Rodrigues, manifestam-se em três movimentos: a) movimento dialógico de engajamento: o articulista eleva o leitor à posição de aliado, de um co-autor do artigo. O discurso é construído como se o articulista incorporasse o ponto de vista do leitor, como se ambos falassem de uma mesma posição

valorativa, em uma relação de concordância; b) movimento dialógico de refutação: neste movimento, o autor antecipa as possíveis reações-resposta de objeção que o leitor poderia contrapor ao seu discurso, abafando-as. Assim, o autor provoca o silenciamento de enunciados pré-figurados – possível contra-palavra –, que ou incorpora no seu discurso, ou leva em conta na construção do seu enunciado; c) movimento dialógico de interpelação: neste movimento, *um* determinado ponto de vista é apresentado como *o* ponto de vista, como *a* verdade à qual o leitor deve se sentir compelido, persuadido a aderir.

Esses movimentos, por sua vez, possuem determinadas características estilístico-composicionais, marcadas pelo uso dos pronomes e dos verbos na primeira pessoa do plural, pelos indicadores modais, pela negação, pelo uso de certos operadores (como o *mas*) e pelas perguntas retóricas. (RODRIGUES, 2001 a, p.215).

É a partir da compreensão teórica do gênero artigo de opinião, passando necessariamente pelo entendimento de suas dimensões constitutivas – tema (ou conteúdo temático), forma composicional (ou construção composicional) e estilo (ou marcas lingüísticas) –, que podemos trabalhá-lo como objeto de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, nossa pesquisa também está dirigida para o conhecimento das dimensões constitutivas do artigo de opinião, possibilitado através do desenvolvimento de uma seqüência didática para o ensino-aprendizagem da produção textual escrita deste gênero em situação escolar do ensino superior e manifestado nos textos produzidos pelos acadêmicos do curso de Engenharia Florestal. Esse processo está apresentado no segundo capítulo da dissertação.

Na próxima seção, nossa análise estará centrada no artigo de opinião enquanto objeto de ensino.

1.4 O ARTIGO DE OPINIÃO COMO OBJETO DE ENSINO

Após desenvolver as características do artigo de opinião, podemos agora trabalhá-lo na perspectiva de objeto de ensino.

Inicialmente, porém, precisamos considerar o texto na perspectiva sócio-interacionista. Para isso, retomamos Bakhtin para quem “O texto é o dado (realidade) primário e o ponto de partida de qualquer disciplina nas ciências humanas.” (BAKHTIN, 2003, p.319). Na visão do autor, sem o texto não é possível estudar o homem social (inserido na sociedade) e a sua linguagem – mediação que é realizada pelo texto. Assim, em toda parte há um texto real ou eventual e a sua contraparte, a compreensão. Complementando, destaca o autor que “Estamos interessados primordialmente nas formas concretas dos textos e nas condições concretas da vida dos textos, na sua inter-relação e interação.” (p.319).

Pelas suas palavras, compreendemos que Bakhtin dirige, efetivamente, seu interesse para um texto concretizado na interação. Isso significa que o texto, para ele, tem um sujeito, um autor – aquele que fala ou escreve. O texto, portanto, passa a ser entendido como enunciado.

Para Bakhtin, há dois elementos que determinam o texto como enunciado: a sua idéia (intenção) e a realização dessa intenção. Em outras palavras, o texto-enunciado possui um projeto discursivo que necessita ser realizado pelo seu autor. Além disso, “[...] cada texto (como enunciado) é algo individual, único e singular, e nisso reside todo o seu sentido (sua intenção em prol da qual ele foi criado).” (BAKHTIN, 2003, p.310).

É importante esclarecer, então, que o texto, sob uma visão estruturalista, não se realiza como enunciado, mas sim como sistema – logo, difere da concepção de texto adotada nesta pesquisa.

A perspectiva sócio-interacionista, dessa forma, nos leva a compreender o texto como processo, “passando a ser abordado no seu próprio processo de planejamento, verbalização e construção.” (KOCH, 2002 b, p.26). A autora, dessa maneira, assinala que o texto pode ser concebido como resultado parcial da atividade comunicativa humana, que compreende processos, operações e estratégias que ocorrem em nossa mente e que são colocados em ação em situações concretas de interação social.

Junkes (2002 b, p.25-26, grifos da autora) compartilha da posição assumida por Koch:

[...] os textos, unidades em que se materializam os discursos, têm uma complexidade tal que não se pode exigir deles a “clareza das idéias”, no sentido de que se possa mostrar idéias preconcebidas, travestidas de palavras, em um produto absolutamente acabado. Os textos, pelo contrário, são construções sempre precárias, no sentido de não-acabamento, não-fechamento. A própria recusa de fechamento permite sugerir que a lição escolar explore o processo de retomada dos textos elaborados e os utilize como ponto de partida de lições mais proveitosas.

Há uma convergência entre os autores citados de que o texto efetivamente não pode ser concebido como um “produto plenamente acabado”; por isso, é preciso que o professor o explore considerando-o um processo, em um ir e vir que permitem novas formulações, novos conceitos e, também, novas materializações textuais. É essa visão do texto como processo que possibilita que ele seja retrabalhado, revisto, modificado e, principalmente, que seja constantemente retomado. Assim, ao conceber o texto como interação, não podemos aceitar que ele tenha um fim plenamente demarcado.

Além da concepção do texto como processo sócio-interativo, precisamos entender o gênero como um objeto de ensino. E para isso, citamos Rodrigues (2000, p.208):

As novas propostas teórico-metodológicas, centradas nas funções sociodiscursivas da escrita e nas condições de produção das diferentes interações verbais, redimensionam o processo de ensino-aprendizagem da produção escrita no contexto escolar. Assim, a consideração das diversas instituições sociais, dos diferentes gêneros do discurso com suas características constitutivas e de funcionamento singulares, das funções sociais da escrita, entre outros aspectos, reorientam as atividades de produção escrita: o texto se torna a unidade de ensino e o gênero o objeto de ensino; a escola se abre para textos autênticos, exemplares de gêneros que circulam nas diferentes esferas sociais.

Segundo Rodrigues, a produção de textos escritos – tendo por foco os gêneros do discurso e diante das novas propostas teórico-metodológicas, concebidas a partir de teorias sócio-interacionistas – passa por uma grande transformação. Nessa orientação, o gênero assume a função de objeto de ensino, enquanto o texto ocupa o lugar de unidade de ensino. Em virtude disso, podemos considerar que há um avanço, pelo fato de a escola (em nosso caso, a universidade) finalmente estar trabalhando com textos reais, de gêneros que estão presentes nas múltiplas esferas sociais.

Para Koch (2003), o gênero, na situação escolar, deixa de ser apenas ferramenta de comunicação para ser, ao mesmo tempo, objeto de ensino/aprendizagem. Nesse sentido, segundo a autora, a situação de comunicação é vista como geradora quase automática do gênero, que não é descrito ou ensinado, mas aprendido pela prática escolar.

Aqui se abre um espaço de reflexão quanto aos textos descontextualizados – aqueles que estão desvinculados de um contexto específico e, principalmente, significativo de produção para o aluno – que a escola (também aí se incluindo a universidade) utiliza para o ensino de leitura e produção textual. Tendo-se a compreensão de que o texto é unidade de ensino, comprova-se a necessidade de se utilizar efetivamente, em situação escolar, textos que configuram gêneros presentes nas mais variadas situações sociais, e não apenas textos artificiais que tentam, sem sucesso, “espelhar” a vida como ela é fora das paredes da sala de aula.

E isso ocorre, muitas vezes, porque o professor acaba apelando para o “improviso” e pede aos seus alunos que escrevam sobre um tema qualquer, utilizando a tipologia tradicional (ou narração, ou descrição ou dissertação). Sobre esse aspecto, Furlanetto (2002, p.85, grifos da autora) diz que “[...] os textos não são prototipicamente *descritivos*, *narrativos* ou *dissertativos*. Antes de usarem essas formas seqüenciais, eles são outra coisa: são manifestações de *discursos*.”

Barbosa (2000) também se manifesta contrário à tipologia tradicional, ao fazer diversas interrogações sobre o ato de dissertar. Para o autor, ainda que ocorra uma classificação em dissertação e dissertação argumentativa, não fica claro para o aluno o que seja fazer uma dissertação. Questiona, além disso, se o dissertar, entendido como defesa de uma opinião, sustentada com argumentos, ocorre da mesma forma em diversos gêneros: carta de leitor, editorial, resenha crítica e debate. Concluindo seu posicionamento, defende que ‘Da mesma forma que não se pode aprender e nem ensinar a narrar em geral, também não é possível ensinar e aprender a dissertar, ou mesmo a argumentar, em geral.’ (BARBOSA, 2000, p.156-157).

Voltando à questão do gênero como objeto de ensino, Machado (2000) relata uma experiência de assessoria docente sobre o ensino de produção de textos na universidade. Naquela situação, foram definidos três critérios para nortear a escolha do gênero a ser desenvolvido:

- a) que o gênero escolhido atendesse as necessidades dos alunos em situações escolares ou extra-escolares habituais, nas quais eles se defrontam com uma situação de ação de linguagem em que devem se **posicionar e argumentar** diante de um tema e de uma questão previamente dada por um terceiro;
- b) que o gênero escolhido não fosse totalmente novo para eles, isto é, que não estivesse muito distante dos conhecimentos dos alunos e dos professores;
- c) que, para a produção de textos pertencentes a esse gênero, houvesse restrições situacionais, temáticas e composicionais claras, que pudessem ser trabalhadas em aula. (MACHADO, 2000, p.12, grifos nossos).

Assim, com base nos critérios citados pela autora, centrados no objetivo de capacitar os alunos para ações de linguagem que requerem, principalmente, o posicionamento e a argumentação – e que ultrapassam as fronteiras das situações especificamente escolares –, a pesquisadora e sua equipe optaram por explorar o artigo de opinião.

Rodrigues (2000) também trabalha o gênero discursivo artigo, ressaltando a importância da entrada, em sala de aula, dos diferentes gêneros jornalísticos como objetos de ensino-aprendizagem. Segundo Rodrigues, isso se justifica pela necessidade de compreensão

e domínio dos modos de produção e significação dos discursos da esfera jornalística. Os gêneros jornalísticos atuam na escola, “[...] criando condições para que os alunos construam os conhecimentos lingüístico-discursivos requeridos para a compreensão e produção desses gêneros, caminho para o exercício da cidadania, que passa pelo posicionamento crítico diante dos discursos.” (RODRIGUES, 2000, p.214).

Dolz e Schneuwly (2004) destacam a notícia, a reportagem, a crônica social e a crônica esportiva (na tipologia do relatar); e a carta de leitor, o editorial e o artigo de opinião (na tipologia do argumentar). Conforme os autores, a tipologia do relatar prevê a documentação e memorização das ações humanas (como domínios sociais de comunicação) e a representação pelo discurso de experiências vividas, situadas no tempo (como capacidade de linguagem dominante). E a tipologia do argumentar pertence aos domínios sociais de comunicação relativos à discussão de problemas sociais controversos, tendo como aspecto tipológico o argumentar e desenvolvendo, como capacidades de linguagem dominantes, a sustentação, a refutação e a negociação de tomadas de posição.

Assim, inúmeras são as possibilidades de trabalhar significativamente a produção de textos pelo caminho dos gêneros da esfera jornalística. Além disso, os textos daí resultantes permitem que o aluno, independente de nível de ensino, esteja participando efetivamente de situações reais de interação, pois os meios de comunicação social atingem uma circulação em larga escala, sendo lidos/vistos/ouvidos por um grande contingente de leitores; só para se ter uma idéia e ficando restrito ao jornal impresso, mesmo que ele seja de pequeno porte, estima-se que cada exemplar é lido, em média, por quatro pessoas. Dessa maneira, sem dúvida que todo estudante sente-se orgulhoso de ver seu texto publicado – o que o desperta para continuar a escrever, pois vê uma finalidade social para sua escrita.

Continuando com as argumentações a favor do gênero artigo de opinião como objeto de ensino, Bräkling (2000) sustenta que “[...] as atividades de escrita necessitam privilegiar o

trabalho com um gênero no qual as capacidades exigidas do sujeito para escrever sejam, sobretudo, aquelas que se referem a defender um determinado ponto de vista pela argumentação, refutação e sustentação de idéias.”(BRÄKLING, 2000, p.223).

Dessa forma, no ensino superior, particularmente, o artigo de opinião constitui-se como um importante objeto de ensino. Afinal, o acadêmico está a todo o momento sendo solicitado a argumentar, seja pela oralidade, seja pela escrita: ao participar de debates em sala de aula; ao contestar afirmações feitas pelo colega e pelos professores; ao posicionar-se criticamente frente a questões complexas da atualidade ou mesmo das disciplinas de estudo; entre outras situações. Isso porque se espera que o futuro profissional, independente da área de formação universitária, tenha desenvolvido a argumentação como uma de suas competências/habilidades essenciais.

Nesse sentido, analisando o Plano de Desenvolvimento do Ensino de Graduação da Unoesc (2002), verificamos que a universidade tem definido, entre seus princípios e objetivos gerais, o desenvolvimento de competências/habilidades vinculadas à argumentação. Vejamos, primeiramente, o que diz o documento sobre os Princípios do Ensino de Graduação:

c) [...] oferecer aos acadêmicos dos cursos de graduação uma formação que possibilite experiências de aprendizagem articuladas às dimensões de: ensino, pesquisa e extensão, contribuindo, desta forma, para que estejam capacitados para **refletir sobre os problemas sociais com condições de analisarem criticamente, de se posicionarem e apontarem/construírem alternativas que interfiram no contexto no qual estão inseridos.** (UNOESC, 2002, p.17, grifos nossos).

Mais adiante, o mesmo documento destaca em relação aos Objetivos Gerais do Ensino Superior: ‘d) Propiciar um ambiente de formação que contemple a criatividade, ousadia, **capacidade de reflexão**, de produção de trabalhos individuais e coletivos; [...]’ (UNOESC, 2002, p.17, grifos nossos).

Na próxima seção, falaremos sobre a presença do jornal impresso em sala de aula.

1.5 O JORNAL IMPRESSO EM SALA DE AULA

A utilização do jornal impresso como material de trabalho em sala de aula constitui-se como uma alternativa viável. O jornal impresso oferece ao professor um amplo leque de possibilidades de exploração. Pela sua dinamicidade e sua característica palpável, esse veículo apresenta uma leitura atual de mundo, possibilitando que, através da análise dos textos jornalísticos – entre eles destacando-se o artigo de opinião –, o estudante possa compreender os acontecimentos do cotidiano sob outro prisma.

Nesse sentido, Faria (2001) critica o uso exclusivo do texto literário em sala de aula:

A crise do ensino de língua portuguesa se prende, entre outros fatores, à permanência do uso exclusivo do texto literário em sala de aula. Não um texto qualquer, mas aquele que uma elite selecionava como sendo o de “bons autores”, isto é, os que apresentavam um conteúdo ideológico que lhes convinha e que eram considerados “literários”, segundo seus exclusivos padrões estéticos, geralmente anacrônicos. Aqueles textos que ficaram conhecidos como os clássicos das antologias escolares. (FARIA, 2001, p.7, grifos da autora).

Assim, segundo a autora, a crise do ensino de língua pode ser creditada, em parte, à adoção quase que exclusiva do texto literário em sala de aula para as atividades envolvendo a leitura e produção de textos. Esse texto, muitas vezes selecionado por seu conteúdo ideológico – portanto servindo aos interesses econômico-financeiros de uma elite dominante –, não permite que o aluno possa expandir seus conhecimentos e desenvolver outras visões de mundo, através do conhecimento e prática de outros gêneros. Em outras palavras, a autora chama a atenção para a necessidade de o professor também incluir o jornal impresso como instrumento para desenvolver suas estratégias de trabalho, tendo em vista, ainda, a ampla variedade de gêneros nele presentes (artigo, carta do leitor, crônica, editorial, entrevista, notícia, reportagem, só para citar alguns).

Na visão da autora, o jornal impresso permite também associar a leitura e a escrita em uma relação dialética, “[...] pois partindo de sua leitura crítica, poderíamos chegar à redação

de textos jornalísticos e de jornais escolares, numa atividade prática de língua, pragmática, sem a interferência direta do treinamento gramatical ou da sistematização da língua.” (FARIA, 2001, p.12).

Menezes, Toshimitsu e Marcondes (2003, p.20) afirmam que “Trabalhar com os textos opinativos do jornal, com a análise, bem como com as ideologias embutidas nas palavras do analista ou do editor parece ser o melhor caminho para a escola [...].” As autoras acreditam que os textos opinativos do jornal impresso – com destaque para o artigo de opinião – viabilizam novas formas de trabalho, nelas podendo-se incluir o entendimento dos mecanismos de produção textual ligados à ideologia.

Além dos diversos gêneros jornalísticos em linguagem verbal, a viabilidade de se utilizar o jornal impresso em sala de aula é reforçada ainda pela possibilidade de o professor trabalhar com gêneros em linguagem não-verbal – também presentes nesse veículo –, tais como as charges, as fotografias e as ilustrações. Não nos deteremos em analisar esse aspecto, por não fazer parte dos objetivos da nossa pesquisa.

Após termos desenvolvido as concepções de enunciado, de gênero e suas relações, e, especificamente, da concepção do artigo de opinião – em seus aspectos teóricos e em suas possibilidades como objeto de ensino –, podemos apresentar, na próxima seção, a seqüência didática, de acordo com Dolz, Noverraz e Schneuwly, em virtude de que será o procedimento que utilizaremos para o ensino-aprendizagem da produção textual escrita do gênero artigo de opinião nas aulas objeto da nossa pesquisa.

1.6 A SEQÜÊNCIA DIDÁTICA

As atividades que envolvem a leitura e a produção textual escrita precisam ser sistematizadas para que possam atingir seus objetivos. Assim, atualmente há, à disposição dos professores, as mais variadas metodologias de ensino de leitura e produção textual, concebidas a partir das mais variadas teorias da linguagem. Nesta pesquisa, em virtude da concepção interacional de linguagem que adotamos – com foco no gênero artigo de opinião –, fizemos a opção pela seqüência didática, de acordo com os princípios apresentados por Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004). Segundo os autores, “Uma ‘seqüência didática’ é um conjunto de atividades escolares organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito.” (DOLZ, NOVERRAZ e SCHNEUWLY, 2004, p.97, grifos dos autores). Observamos que apesar de os autores fazerem referência constante a gênero textual, a sua compreensão de gênero segue a perspectiva bakhtiniana de gênero discursivo, como pode ser verificado ao longo do capítulo “Seqüências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento”, presente na obra “Gêneros orais e escritos na escola” (referenciada na bibliografia desta dissertação).

A seqüência didática parte do princípio de que, a todo o momento, o sujeito encontra-se em condições diferentes de comunicação: seja em família, na rua (com amigos ou realizando negócios), na escola (em situação específica de sala de aula ou mesmo conversando com alguém, em um intervalo), ou em qualquer outro local ou situação em que precisa interagir com os outros. E essa interação só é possível através de um determinado gênero. Dessa forma, segundo Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p.97, grifo dos autores), “Uma seqüência didática tem, precisamente, a finalidade de ajudar o aluno a dominar melhor *um* gênero de texto, permitindo-lhe, assim, escrever ou falar de uma maneira mais adequada numa dada situação de comunicação.” Aqui é importante observar que a expressão “maneira

mais adequada”, empregada pelos autores, rompe com uma concepção de linguagem na qual ou o sujeito fala/escreve “certo”, ou ele fala/escreve “errado”, sem considerar o contexto sócio-interacional.

Podemos compreender, então, que o aluno/acadêmico, após experienciar uma seqüência didática, não somente está melhor preparado para escolher o gênero mais adequado para a situação de interação que está vivenciando, como também tem condições de empregá-lo com mais desenvoltura.

A seqüência didática, conforme os autores, possui uma estrutura de base, representada por quatro etapas: apresentação da situação, produção inicial, módulos e produção final. Apresentamos cada uma das etapas, à luz das explicações de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004).

A **apresentação da situação** tem por objetivo expor aos alunos um projeto de comunicação que será efetivado na produção final. Com isso, a apresentação prepara os alunos para a produção inicial – uma primeira tentativa de realização do gênero que será, em seguida, trabalhado nos módulos. Dessa maneira, “A apresentação da situação é, portanto, o momento em que a turma constrói uma representação da situação de comunicação e da atividade de linguagem a ser executada.” (DOLZ, NOVERRAZ e SCHNEUWLY, 2004, p.99).

Duas dimensões principais devem ser pensadas aqui:

a) Apresentar um problema de comunicação bem definido: trata-se de trabalhar com a idéia de um ‘projeto coletivo de produção de um gênero oral ou escrito’. Esse projeto, proposto aos alunos de forma bem explícita, deve deixar claro o problema de comunicação que eles devem solucionar, através da produção de um texto oral ou escrito. O professor fornece, neste momento, indicações que respondam às questões: qual o gênero que será abordado; a quem se dirige a produção; que forma assumirá a produção; e quem participará da

produção.

b) Preparar os conteúdos dos textos que serão produzidos: trata-se de explicar quais conteúdos serão trabalhados e qual a importância deles. Segundo Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p.100), “A fase inicial de apresentação da situação permite, portanto, fornecer aos alunos todas as informações necessárias para que conheçam o projeto comunicativo visado e a aprendizagem de linguagem a que está relacionado.”

Já a **produção inicial** (ou primeira produção) é a etapa em que os alunos procuram elaborar um primeiro texto oral ou escrito, revelando para si mesmos e para o professor as representações que têm dessa atividade. Por isso, esta etapa, de acordo com os autores, tem um papel central como reguladora da seqüência didática. Em vista dessa produção inicial, o professor observa tanto as capacidades que os alunos já dispõem quanto as suas potencialidades. Para os autores (p.101), “É assim que se definem o ponto preciso em que o professor pode intervir melhor e o caminho que o aluno tem ainda a percorrer: para nós, essa é a essência da avaliação formativa.”

Essa primeira produção, conseqüentemente, envolve um primeiro encontro com o gênero (a realização de um texto oral ou escrito concretiza os elementos fornecidos na apresentação da situação e esclarece quanto ao gênero a ser abordado na seqüência didática) e a realização prática de uma avaliação formativa e de primeiras aprendizagens (as primeiras produções dos alunos constituem momentos fundamentais para aprimorar a seqüência didática, modulá-la e adaptá-la de maneira mais direta às capacidades reais dos alunos, em vista do ponto em que eles se encontram e das dificuldades que apresentam).

Nos **módulos**, o objetivo é o de trabalhar com os “problemas” que apareceram na primeira produção, fornecendo aos alunos os instrumentos necessários para superá-los. Os autores explicam que “O movimento geral da seqüência didática vai, portanto, do complexo para o simples: da produção inicial aos módulos, cada um trabalhando uma ou outra

capacidade necessária ao domínio de um gênero.” (DOLZ, NOVERRAZ e SCHNEUWLY, 2004, p.103). Nesta etapa devem ser observadas três questões relativas ao encaminhamento de decomposição e de trabalho sobre os problemas apresentados:

a) Trabalhar problemas de níveis diferentes: envolve a representação da situação de comunicação (o aluno deve aprender a fazer uma imagem do destinatário do texto, da finalidade visada, de sua posição como autor ou locutor e do gênero visado); a elaboração dos conteúdos (o aluno deve conhecer as técnicas para buscar, elaborar ou criar conteúdos); o planejamento do texto (o aluno deve estruturar seu texto de acordo com um plano que depende da finalidade que se deseja atingir ou do destinatário visado); e a realização do texto (o aluno deve escolher os meios de linguagem mais eficazes para escrever seu texto – usar um vocabulário apropriado a uma dada situação, variar os tempos verbais em função do tipo e do plano do texto, utilizar-se de organizadores textuais para estruturar o texto ou introduzir argumentos).

b) Variar as atividades e exercícios: envolve as atividades de observação e de análise de textos (orais ou escritos, autênticos ou fabricados, procurando colocar em evidência certos aspectos do funcionamento textual), as tarefas simplificadas de produção de textos (exercícios que permitem ao aluno descartar certos problemas de linguagem que ele deve, habitualmente, gerenciar simultaneamente; ele pode, então, concentrar-se mais detidamente num aspecto preciso da produção de um texto); a elaboração de uma linguagem comum (para poder falar dos textos, comentá-los, criticá-los, melhorá-los, os seus próprios e os dos outros).

c) Capitalizar as aquisições: envolve a aquisição de um vocabulário, uma “linguagem técnica”, comum à classe e ao professor. Conseqüentemente, são favorecidos uma atitude reflexiva e um controle do próprio comportamento. É importante que esse vocabulário e as regras elaboradas durante a seqüência sejam registrados em uma “lista de constatações” – lista que resume todos os conhecimentos adquiridos sobre o gênero durante o trabalho nos

módulos.

E a **produção final**, por sua vez, concretiza o encerramento da seqüência didática. Nela, o aluno tem a possibilidade de colocar em prática as noções e os instrumentos elaborados à parte nos módulos. Assim, segundo os autores, é na produção final que se pode “investir as aprendizagens” e fazer a “avaliação de tipo somativo”. Vamos ver como eles compreendem cada um desses itens:

a) Investir as aprendizagens: durante a produção final, o aluno tem um controle sobre seu próprio processo de aprendizagem (ele se pergunta: o que aprendi? O que resta a fazer?), tem a possibilidade de regular e controlar seu próprio comportamento de produtor de textos (durante a revisão e a reescrita), e permite que avalie os seus progressos realizados no domínio (gênero) trabalhado.

b) Avaliação de tipo somativo: neste momento, o importante é que o aluno encontre, de maneira explícita, os elementos trabalhados em aula e que devem servir como critérios de avaliação. O professor pode, então, utilizar a lista de constatações (construída ao longo da seqüência) ou uma outra grade diferente. Conforme os autores, essa forma de explicitação dos critérios de avaliação possibilita ao professor, mesmo que parcialmente, abandonar julgamentos subjetivos e comentários que não são entendidos pelos alunos; ou seja, o professor passa a referir-se a normas explícitas e a utilizar um vocabulário conhecido pelas duas partes. Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p.107) explicam que “Assim, a grade serve, portanto, não só para avaliar num sentido mais estrito, mas também para observar as aprendizagens efetuadas e planejar a continuação do trabalho, permitindo eventuais retornos a pontos mal assimilados.” Os autores afirmam ainda que a avaliação, compreendida como “uma questão de comunicação e de trocas”, orienta os professores para uma atitude responsável, humanista e profissional. Esse tipo de avaliação, por conseguinte, deve ser realizado exclusivamente sobre a produção final.

Para serem efetivamente compreendidas as especificidades da seqüência didática, os autores consideram quatro pontos cruciais: os princípios teóricos subjacentes ao procedimento; o caráter modular do procedimento e suas possibilidades de diferenciação; as diferenças entre os trabalhos com a oralidade e com a escrita; e a articulação entre o trabalho na seqüência e outros domínios de ensino de língua.

Em relação aos **princípios teóricos**, devem-se considerar três fatores que orientaram a elaboração da seqüência didática: as escolhas pedagógicas, as psicológicas e as lingüísticas.

Nas escolhas pedagógicas, considera-se que o procedimento inclui possibilidades de avaliação formativa; que ele insere-se em um projeto que motiva os alunos a escrever ou a tomar a palavra; e que ele maximiza (pela diversificação das atividades e dos exercícios) as chances de cada aluno se apropriar dos instrumentos e noções propostos, respondendo, assim, as exigências de diferenciação do ensino.

Já as escolhas psicológicas dizem respeito à situação de que a atividade de produção de textos escritos ou orais é trabalhada não somente como colocação em palavras ou frases de idéias prévias, mas em toda a sua complexidade, incluindo a representação da situação de comunicação, o trabalho sobre os conteúdos e a estruturação dos textos. Além disso, os autores ressaltam que “O procedimento visa a transformar o modo de falar e de escrever dos alunos, no sentido de uma consciência mais ampla de seu comportamento de linguagem em todos os níveis (por exemplo: escolha de palavras, [...] organização do conteúdo etc.).” (DOLZ, NOVERRAZ e SCHNEUWLY, 2004, p.109), e complementam: “Essa transformação ocorre porque diferentes instrumentos de linguagem são propostos aos alunos (por exemplo: regras de estruturação de um texto, fórmulas particulares para argumentar, meios para evidenciar informações etc.).” (p.109).

E as escolhas lingüísticas prevêem que a atividade de linguagem produz textos e discursos. Assim, a seqüência didática utiliza instrumentos lingüísticos que permitem

compreender essas unidades de linguagem. Além disso, conforme os autores, toda língua se adapta às situações de comunicação e funciona de maneira bastante diversificada. Os autores também consideram nessas escolhas, como “objeto do procedimento”, a noção de gênero, conforme a concepção bakhtiniana apresentada nesta pesquisa.

O segundo ponto crucial refere-se ao **caráter modular do procedimento e suas possibilidades de diferenciação**. Segundo Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p.110, grifos dos autores), “O procedimento deseja pôr em relevo os processos de observação e de descoberta. Ele distancia-se de uma abordagem ‘naturalista’, segundo a qual é suficiente ‘fazer’ para provocar a emergência de uma nova capacidade.” Aqui, os autores reafirmam que a seqüência didática está erigida sob uma perspectiva interacionista, pressupondo a realização de atividades intencionais, estruturadas e intensivas que devem ser adaptadas às necessidades particulares dos diferentes grupos de aprendizes.

Nesse sentido, observam que a modularidade deve ser associada à *diferenciação* pedagógica. Isso significa que as seqüências didáticas apresentam uma grande variedade de atividades que devem ser selecionadas, adaptadas e transformadas em função: das necessidades dos alunos, dos momentos escolhidos para o trabalho, da história didática do grupo e da complementaridade em relação a outras situações de aprendizagem da expressão, propostas fora do contexto das seqüências didáticas.

Destacam também (p.111) que “É a partir de uma análise minuciosa da produção inicial que o professor poderá adaptar a seqüência didática a sua turma, a certos grupos de alunos de sua turma, ou ainda, a certos alunos.”

A tarefa do professor nesse caso, porém, não é tão simples assim. A adaptação das seqüências às necessidades dos alunos exige, da parte do professor, uma análise das produções dos alunos em função dos objetivos da seqüência e das características do gênero; a escolha das atividades indispensáveis para a realização da continuidade da seqüência; e a

previsão e elaboração, para casos de insucesso, de um trabalho mais profundo e intervenções diferenciadas no que diz respeito às dimensões mais problemáticas.

Outro aspecto que merece cuidado, na opinião dos autores, é que a ordem dos módulos de uma seqüência didática não é aleatória. Assim, se vários caminhos são possíveis, certas atividades apresentam uma base para a realização de outras.

O terceiro ponto crucial envolve **as diferenças entre os trabalhos com a oralidade e com a escrita**. Em nossa pesquisa, em virtude de o objetivo ser a escrita, analisaremos o que se refere a esta modalidade. Nesse sentido, e norteados pelos autores, destacamos as três situações que estão envolvidas na escrita.

a) A seqüência didática elaborada com vistas à escrita apresenta a possibilidade de revisão. Assim, na atividade de escrita, segundo Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p.112), “[...] o processo de produção e o produto final são, normalmente, separados [...]. Dito de outra forma, o escritor pode considerar o seu texto como um objeto a ser trabalhado, revisto, refeito, mesmo a ser descartado, até o momento em que o dá a seu destinatário.”

Por isso é que o texto, enquanto estiver submetido ao trabalho de reescrita, tem caráter de provisório. A organização da seqüência didática em primeira produção e em produção final permite esse trabalho de retomada constante do texto. Salienta-se, através disso, que aprender a escrever é também reescrever.

b) O texto escrito permite também observar o próprio comportamento de linguagem. Assim, esse texto pode ser considerado como uma forma permanente, exteriorizada, do comportamento de linguagem do escritor. Como dizem os autores (p.113), “Pelo fato de ser permanente, esse comportamento torna-se, de uma certa maneira, observável, como um objeto exterior ao qual o próprio olhar pode orientar-se. Por meio desse objeto, é possível refletir sobre a maneira de fazer ou de escrever um texto.”

c) Ainda com respeito às situações que estão envolvidas na escrita, destaca-se a possibilidade de observar o comportamento de linguagem dos outros, através de textos de referência. Assim, o texto escrito pelo autor ou especialista, ou ainda por algum aluno, presta-se a uma análise aprofundada, à comparação, à crítica.

E o quarto ponto crucial relaciona-se com **a articulação entre o trabalho na seqüência e outros domínios de ensino de língua**. Nesse aspecto, são levantadas quatro questões pelos autores: a perspectiva textual, as questões de gramática e de sintaxe, a ortografia e o lugar da revisão ortográfica na seqüência. Como já procedemos até agora, continuaremos discutindo as questões pontualmente.

Inicialmente é preciso observar, conforme Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), que a seqüência didática, ao mesmo tempo em que constitui uma intersecção entre atividades de expressão e de estruturação escritas, não pode dar conta da totalidade do trabalho necessário para levar os alunos a um melhor domínio da língua – a seqüência precisa, então, apoiar-se em certos conhecimentos já construídos em outros momentos.

A perspectiva adotada nas seqüências é uma perspectiva textual, o que implica considerar os diferentes níveis do processo de produção de textos e “É no nível da textualização, mais particularmente, que o trabalho conduzido nas seqüências torna-se complementar a outras abordagens.” (DOLZ, NOVERRAZ e SCHNEUWLY, 2004, p.114). Neste nível, as seqüências didáticas possibilitam diversas atividades de observação, de manipulação e de análise de unidades lingüísticas. Dessa forma, o trabalho é direcionado particularmente para as marcas de organização características de um gênero, para as unidades que permitem designar uma mesma realidade ao longo de um texto, para os elementos de responsabilidade enunciativa e de modalização dos enunciados, para o emprego de tempos verbais e para a maneira como são utilizados e inseridos os discursos indiretos.

No que diz respeito às questões de gramática e de sintaxe – particularmente relativas à sintaxe da frase, à morfologia verbal ou à ortografia –, o seu tratamento não está diretamente integrado nas atividades propostas pela seqüência didática. Isso não significa, porém, que o professor deve deixar essas questões de lado; afinal, ao produzir seu texto, o aluno, independente de nível de ensino, confronta-se necessariamente com problemas dessa ordem e precisa dar conta deles. Em vista disso, vamos analisar como os autores em pauta concebem o trabalho com essas questões.

No plano da sintaxe, segundo levantamento realizado pelos autores, algumas dificuldades aparecem com mais freqüência nos textos produzidos pelos alunos: utilização de frases incompletas; falta de variedade na construção das frases; utilização de coordenação mais que de subordinação; e pontuação insuficiente – essas situações também estão presentes nos textos produzidos durante a pesquisa, conforme veremos na seção 2.3. *ANÁLISE DOS TEXTOS: ARTIGO DE OPINIÃO*. Uma possibilidade para solucionar essas dificuldades é, a partir dos textos dos alunos, produzidos durante as seqüências, levantar os pontos problemáticos e constituir uma *corpora* de “frases a serem melhoradas”, tendo em vista a reescrita do texto. Os autores observam que “Não se trata, porém, de realizar um trabalho sistemático no interior da seqüência, cujo objetivo principal continua a ser a aquisição de condutas de linguagem, num contexto de produção bem definido.” (DOLZ, NOVERRAZ e SCHNEUWLY, 2004, p.115). Ou seja: o enfoque não pode ser desviado do gênero, da produção de textos que evidenciem efetivamente o gênero que está sendo trabalhado, aquele que foi selecionado pelo professor para o trabalho na seqüência.

Ainda sobre a sintaxe, destacamos a reflexão dos autores:

O domínio de uma sintaxe mais elaborada não está ligado a um gênero preciso. Ele passa pela compreensão e pela apropriação das regras gerais que dizem respeito à organização da frase e necessita de conhecimentos explícitos sobre o funcionamento da língua nesse nível. Trata-se, portanto, de desenvolver nos alunos capacidades de análise que lhes permitam melhorar esses conhecimentos. Para tanto, é essencial reservar tempo para um ensino específico da gramática, no qual o objeto principal

das tarefas de observação e de manipulação é o funcionamento da língua. A bagagem que os alunos terão acumulado ao longo desses momentos de reflexão específica poderá ser reinvestida, com proveito, nas tarefas de escrita e de revisão previstas nas seqüências. Em contrapartida, as seqüências permitirão contextualizar certos objetivos de aprendizagem e dar-lhes mais sentido. (DOLZ, NOVERRAZ e SCHNEUWLY, 2004, p.116).

Dessa forma, a seqüência pode trabalhar, complementarmente, com aspectos vinculados à sintaxe, que serão úteis para o aluno-escritor na produção de textos de outros gêneros. Em certos momentos da seqüência, reservar espaços para um trabalho específico com a gramática. Esses espaços, em contrapartida, trarão como conseqüência tarefas de escrita mais refletidas e elaboradas por parte dos alunos.

Segundo os autores, em ortografia, os problemas não podem ser diretamente relacionados à questão dos gêneros, afinal “Mesmo que certas unidades lingüísticas sejam mais freqüentes em certo gênero de texto e possam, dessa maneira, favorecer mais facilmente grafias incorretas, as regras ortográficas são as mesmas em todos os textos.” (DOLZ, NOVERRAZ e SCHNEUWLY, 2004, p.116).

Para suplantar os problemas referentes à ortografia, os autores afirmam que proporcionar múltiplas ocasiões para escrever é uma condição indispensável para favorecer o desenvolvimento de capacidades nesse domínio. Isso se deve ao fato de que os obstáculos encontrados criam a possibilidade de questionamento, sendo possível, gradualmente, corrigir as regras provisórias elaboradas pelos alunos e identificadas muitas vezes por meio da análise dos erros cometidos.

Os erros encontrados nos textos produzidos ao longo da seqüência, por isso, são uma fonte de informação valiosa para o professor. A partir de um levantamento dos erros mais freqüentes, o professor pode definir a escolha das noções a serem estudadas ou revistas nos momentos dedicados à ortografia. Porém, os autores alertam que não se trata de retomar tudo de uma só vez, mas de determinar as intervenções prioritárias. Além disso, ainda com referência à ortografia, o professor pode fazer um trabalho diferenciado, levando em conta a

frequência dos erros. Assim, alguns pontos precisam ser abordados com todos os alunos, enquanto outros apenas com um pequeno grupo; sem contar a possibilidade daqueles alunos que precisam de atenção individual.

A questão da revisão ortográfica na seqüência deve ser tratada, de preferência, no final do percurso, após o aperfeiçoamento de outros níveis textuais, porque ‘Isso não só permite centrar os esforços em problemas textuais, mas também evita sobrecarregar o aluno com a correção de palavras ou de passagens que serão suprimidas.’, conforme Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p.118). Dessa forma, o professor também não fica preocupado somente com os erros ortográficos, podendo dispensar atenção a outros erros presentes em um texto, como: a incoerência de conteúdo, a organização geral deficiente, a falta de coesão entre as frases e a inadaptação à situação de comunicação.

Reforçam ainda os autores (p.118) que ‘[...] uma revisão fina, de um ponto de vista estritamente ortográfico, é necessária. [...] Deve-se insistir, particularmente, na importância dessa higienização ortográfica nos textos que serão lidos por outros, seja na sala de aula, seja fora dela.’

A tarefa de releitura e de correção dos textos produzidos pode ocorrer por diversos meios. Ainda com base nos autores citados, abordamos alguns meios.

A releitura dos textos deve ser realizada com o apoio de obras de referência: dicionários, gramáticas, manuais de ortografia, etc.

Com relação aos instrumentos, os alunos devem conseguir agrupar os seus erros mais frequentes de acordo com uma tipologia que lhes permitirá tratá-los melhor. Assim, por exemplo, a elaboração de um “guia de ortografia” envolve tanto o objetivo da seqüência quanto outras atividades relacionadas à ortografia.

A revisão dos textos, quando envolvendo a ortografia, constitui-se como um lugar de colaboração, podendo-se utilizar várias formas de colaboração: troca de textos entre dois

alunos, cujas capacidades em ortografia são bastante próximas; colaboração entre um aluno que tem facilidade e um que encontra mais problemas; utilização de um grupo de “especialistas” – alunos que têm um conhecimento maior em ortografia – e, naturalmente, recurso ao professor como leitor.

A intervenção feita no texto do outro pode ser variada. “Pode -se corrigir diretamente o texto, sublinhar o lugar onde se situa o erro (referindo-se ou não a um código comum de tipos de erro), indicar o número de erros a serem corrigidos numa passagem, etc.” (DOLZ, NOVERRAZ e SCHNEUWLY, 2004, p.119). O objetivo primordial, nesse caso, é que cada aluno, através das atividades de revisão, melhore gradualmente suas capacidades ortográficas.

Portanto, uma seqüência didática, de acordo com a visão dos autores, tem como objetivos principais: preparar os alunos para dominarem sua língua nas situações mais diversas da vida cotidiana, oferecendo-lhes instrumentos precisos, imediatamente eficazes, para melhorar suas capacidades de escrever e de falar; desenvolver nos alunos uma relação consciente e voluntária com seu comportamento de linguagem, favorecendo procedimentos de avaliação formativa e de auto-regulação, e construir nos alunos uma representação da atividade de escrita e de fala em situações complexas, como produto de um trabalho de uma lenta elaboração.

No próximo capítulo, apresentamos a parte prática da pesquisa, com a metodologia utilizada (o tipo de pesquisa, a universidade e os acadêmicos participantes, além do diálogo com a coordenação do curso e o planejamento da seqüência didática), o desenvolvimento da seqüência didática (relato das aulas) e a análise de textos produzidos.

2 A PROPOSTA DE SEQÜÊNCIA DIDÁTICA PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM DA PRODUÇÃO TEXTUAL ESCRITA DO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO

2.1 A METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa, com o objetivo principal de desenvolver uma proposta para o ensino-aprendizagem da produção textual escrita do gênero artigo de opinião, define-se metodologicamente pela pesquisa-ação – segundo as concepções de Thiollent (2004). Além disso, também nos apoiamos no procedimento seqüência didática – conforme a proposição de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) – como base pedagógica. Nesta seção, apresentamos os princípios vinculados à pesquisa-ação e fazemos considerações sobre a seqüência didática, especificamente em relação ao seu planejamento.

A pesquisa-ação, conforme Thiollent (2004, p.14),

[...] é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Compreendemos, pelas palavras do autor, que a pesquisa-ação envolve o pesquisador e os participantes da pesquisa em uma atmosfera de colaboração mútua para desenvolver uma ação ou resolver um problema coletivo. Ou seja: o pesquisador não está apenas “invadindo” o espaço do pesquisado, mas sim interagindo com ele de forma cooperativa ou participativa. Nesse aspecto, conseqüentemente, essa metodologia de pesquisa possibilita concentrar esforços para coletivamente – pesquisador e participantes – atingir resultados comuns.

Assim, o papel dos pesquisadores é ativo, envolvendo o equacionamento dos problemas encontrados e o acompanhamento e a avaliação das ações desencadeadas em função dos problemas. Nesse sentido, a amplitude da pesquisa-ação torna-se maior do que a

de uma pesquisa convencional, pois os pesquisadores “Querem pesquisas nas quais as pessoas implicadas tenham algo a ‘dizer’ e a ‘fazer’. Não se trata de simples levantamento de dados ou de relatórios a serem arquivados.” (THIOLLENT, 2004, p.16, grifos do autor). Conseqüentemente, o pesquisador encontra desafios: além da ação e da participação, a pesquisa-ação propõe produzir conhecimentos, adquirir experiência, contribuir para a discussão ou fazer avançar o debate acerca das questões abordadas.

Outro ponto importante que envolve esse tipo de pesquisa, conforme Thiollent, é que em seu desenvolvimento são utilizados métodos e técnicas de grupos para trabalhar com a questão coletiva e interativa da investigação, além de técnicas de registro, de processamento e de exposição de resultados.

Já em relação às hipóteses e sua comprovação, a pesquisa-ação, de acordo com o autor, inscreve-se como um procedimento capaz de explorar as situações e problemas para os quais é difícil – quando não impossível – formular hipóteses prévias e relacionadas com um número de variáveis precisas, isoláveis e quantificáveis. “É o caso da pesquisa implicando interação de grupos sociais no qual se manifestam muitas variáveis imprecisas dentro de um contexto em permanente movimento.”, explica Thiollent (2004, p.33). Com base nisso, verificamos que o ensino-aprendizagem da produção textual escrita envolve intensa interação entre os participantes, principalmente quando desenvolvida nas bases de uma seqüência didática. Nesse caso, a formulação de hipóteses torna-se inviável, em função dos constantes “movimentos” que ocorrem no desenrolar das atividades em sala de aula.

Thiollent propõe um “roteiro” com temas e itens relacionados com os aspectos práticos da concepção e da organização de uma pesquisa-ação. Contudo, o autor observa que o planejamento de uma pesquisa nesses moldes é muito flexível. Desse modo, não se deve seguir fases rigidamente ordenadas, pois “Há sempre um vaivém entre várias preocupações a serem adaptadas em função das circunstâncias e da dinâmica interna do grupo de

pesquisadores no seu relacionamento com a situação investigada.” (THIOLLENT, 2004, p.47).

Com relação ao roteiro proposto pelo autor, fazemos considerações em torno da representatividade qualitativa e da aprendizagem. Assim, em nossa pesquisa seguimos o que o autor observa com respeito aos participantes da pesquisa, que são escolhidos intencionalmente em função da relevância que apresentam em relação a um determinado assunto; ou seja, consideramos que os acadêmicos de Engenharia Florestal possuem representatividade social dentro da temática ambiental, pois uma de suas preocupações diz respeito às questões que envolvem o meio ambiente.

E com respeito à aprendizagem, Thiollent assinala que na pesquisa-ação uma capacidade de aprendizagem é associada ao processo de investigação:

Os “atores” sempre têm de gerar, utilizar informações e também orientar a ação, tomar decisões, etc. Isto faz parte tanto da atividade planejada quanto da atividade cotidiana e não pode deixar de ser diretamente observado na pesquisa-ação. As ações investigadas envolvem produção e circulação de informação, elucidação e tomada de decisões, e outros aspectos supondo uma capacidade de aprendizagem dos participantes. Estes já possuem essa capacidade adquirida na atividade normal. Nas condições peculiares da pesquisa-ação, essa capacidade é aproveitada e enriquecida em função das exigências da ação em torno da qual se desenrola a investigação. (THIOLLENT, 2004, p.66, grifos do autor).

Em vista disso, pretendemos com a pesquisa-ação, através do desenvolvimento da seqüência didática, habilitar os acadêmicos a escreverem artigos de opinião, tornando possível a sua manifestação perante a sociedade.

Segundo Thiollent, os pesquisadores em educação, com a orientação metodológica da pesquisa-ação, têm condições de produzir informações e conhecimentos de uso mais efetivo, o que contribui para o esclarecimento de microssituações escolares e para a definição de objetivos de ação pedagógica e de transformações mais abrangentes.

Além disso, ainda no caso do ensino, a pesquisa-ação também promove a participação dos usuários do sistema escolar na busca de soluções aos seus problemas. O processo, por isso

mesmo, exige que os pesquisadores escolham uma linguagem apropriada. Assim, “Os objetivos teóricos da pesquisa são constantemente reafirmados e afinados no contato com as situações abertas ao diálogo com os interessados [...]” (THIOLENT, 2004, p.75).

Ao final de uma pesquisa-ação é possível, como assinala o autor, ocorrer a produção de material didático, gerada pelos participantes, assim efetivamente contribuindo para que haja uma melhora substancial no processo de ensino-aprendizagem que estava sob investigação.

Com o suporte metodológico definido, desenvolveremos, a seguir, a base pedagógica da pesquisa, ou seja, o planejamento da seqüência didática para o ensino-aprendizagem da produção textual escrita do gênero artigo de opinião. Nesse sentido, a nossa pesquisa contempla três etapas: a) apresentação da proposta de ensino-aprendizagem da produção textual escrita do gênero artigo de opinião, utilizando o procedimento seqüência didática, para a coordenação do curso de graduação em Engenharia Florestal da Unoesc Campus de Xanxerê e seu planejamento; b) desenvolvimento da seqüência didática com os acadêmicos do 2º. período do respectivo curso; c) análise de textos produzidos pelos acadêmicos.

Prosseguindo, explicaremos como ocorreu a apresentação da proposta de ensino-aprendizagem da produção textual escrita do gênero artigo de opinião, utilizando o procedimento seqüência didática, para a coordenação do curso de graduação em Engenharia Florestal da Unoesc Campus de Xanxerê.

2.1.1 A apresentação da proposta

A apresentação da proposta é dividida em duas subetapas: diálogo com a coordenação do curso de Engenharia Florestal – para apresentação e discussão da proposta de ensino-aprendizagem da produção textual escrita do gênero artigo de opinião, utilizando o

procedimento seqüência didática – e planejamento da respectiva seqüência didática.

Antes disso, porém, vamos, de forma breve, contextualizar a Unoesc. Criada em 1971, como Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste), a Unoesc surgiu para atender a uma carência de ensino superior na região de sua abrangência (Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – Amosc). Após passar por diversas fases, em 1991 houve uma consulta, formulada por dirigentes da Fundação Educacional do Oeste Catarinense (Fuoc, de Joaçaba) e da Fundação Educacional e Empresarial do Alto Vale do Rio do Peixe (Femarp, de Videira), para saber se a Fundeste estava interessada em aderir a um projeto de integração, com o objetivo de constituir uma universidade. No mesmo ano, após consenso entre as três fundações, ocorreu o processo para criação da Unoesc, com solicitação formal junto ao Conselho Federal de Educação (CFE) que autorizou o funcionamento da instituição. A universidade consolidou-se efetivamente a partir de 1996, após reconhecida por parecer do Conselho Estadual de Educação (CEE) e credenciada pelo Decreto Presidencial de 14 de agosto daquele ano, agregando as três fundações citadas. Atualmente, possui um sistema multi-campi, com sedes administrativa e pedagógica nos municípios de Joaçaba, São Miguel do Oeste, Videira e Xanxerê. Cada Campus tem certa autonomia, podendo criar seus cursos, porém eles só entram em funcionamento após aprovação do Conselho Universitário (Consun).

Em relação ao Campus de Xanxerê, especificamente, ele foi criado em 1986, como extensão da Fundeste. Com a criação da universidade, em 1996, adquiriu sua autonomia relativa. Até esse ano havia somente dois cursos em funcionamento: Ciências Contábeis e Pedagogia. Uma reestruturação administrativa, ocorrida no ano de 1997, resultou em um rápido crescimento do Campus: 22 novos cursos, entre eles o de Engenharia Florestal, em um curto espaço de tempo (apenas oito anos).

No atual cenário, portanto, o curso de Engenharia Florestal é um dos mais recentes, como veremos a seguir.

2.1.2 Diálogo com a coordenação do curso

Inicialmente, observamos que o nosso trânsito pelo curso transcorreu de forma tranqüila, em virtude de que havíamos sido convidados pela coordenação, ainda no final do primeiro semestre de 2004 – época em que estávamos desenvolvendo o projeto de pesquisa da dissertação –, para trabalhar a disciplina de Produção de Textos no 2º. período de Engenharia Florestal. Naquele contato inicial, já informamos a coordenação sobre nossa intenção de desenvolver a pesquisa no curso e também recebemos, informalmente, seu aval positivo. Assim, não havia impedimentos para a realização da pesquisa com uma turma de graduação desse curso.

Porém, o primeiro diálogo oficial que mantivemos com a coordenação do curso, objetivando apresentar e discutir efetivamente a proposta, além de colher informações gerais sobre o curso (objetivos, funcionamento, horários, entre outras), a ementa da disciplina de Produção de Textos e a turma em que seriam desenvolvidas as aulas, ocorreu no final de outubro de 2004. A nova coordenadora havia assumido o cargo recentemente, apenas há três meses, e ainda estava conhecendo o curso. Engenharia Florestal, que na época possuía apenas uma turma, havia iniciado suas atividades no primeiro semestre de 2004. Portanto, no segundo semestre de 2004, havia somente o 2º. período em atividade.

Nesse diálogo com a coordenadora, obtivemos informações sobre aspectos gerais do curso, entre eles, mesmo que superficialmente – afinal não fazia parte de nossos objetivos –, conhecemos seu Projeto Pedagógico (PP).

Assim, verificamos que o curso de Engenharia Florestal foi aprovado no final do segundo semestre de 2003, pelo Conselho Universitário, através da Resolução nº 76/CONSUN/2003. Conforme destaca o PP do curso, Engenharia Florestal tem por objetivo geral a formação de profissionais capazes de definir e recomendar interferências nos

ecossistemas florestais, de modo a garantir o equilíbrio e a sustentabilidade na obtenção de benefícios que os recursos florestais possam proporcionar à sociedade, com vistas ao desenvolvimento do setor florestal e da melhoria da qualidade de vida da população. Para atingir o grau de bacharel em Engenharia Florestal, o acadêmico do curso deve concluir, com assiduidade e aproveitamento (frequência mínima de 75% e média semestral 7,0), as 71 disciplinas previstas em sua grade curricular, classificadas em básicas, profissionalizantes, profissionalizantes específicas/complementares, atividades curriculares complementares pré-estabelecidas, atividades curriculares complementares abertas e estágio/TCC, totalizando uma carga horária de 3.585 horas-aula. Em novembro de 2004, o PP do curso sofreu uma alteração, com a justificativa de adequar a matriz curricular para a realidade da região Oeste de Santa Catarina. Essa modificação, porém, não causou mudanças substanciais, nem influenciou diretamente na disciplina de Produção de Textos.

Dentre as disciplinas elencadas como básicas, está a de Produção de Textos. Com uma carga horária de 45 horas-aula, faz parte da matriz curricular do 2º. período do curso, juntamente com Bioquímica, Cálculo II, Ciência do Solo I, Genética Geral, Morfologia Vegetal e Zoologia Geral.

Em Engenharia Florestal, diferentemente de outros cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas da Unoesc Campus de Xanxerê, Produção de Textos possui a seguinte ementa: Texto: leitura e produção de textos. Coesão e coerência textuais: Argumentatividade e narratividade. Análise de estruturas básicas da língua portuguesa.

Dentro de nossa proposta, ao analisarmos a ementa da disciplina, verificamos que ela trazia algumas implicações. Se, por um lado, contemplava com pertinência o trabalho com o texto, através da leitura e produção; por outro, com “análise de estruturas básicas da língua portuguesa”, deixava a desejar o que poderia ser trabalhado neste quesito, pela sua não especificidade. Em relação ao item “coesão e coerência textuais”, não vimos dificuldade, pois,

desenvolvendo a seqüência didática, trabalharíamos estes elementos na produção de textos, quando da análise lingüística.

Quanto aos horários da disciplina, a coordenadora informou que seriam concentrados em nove encontros, durante os meses de novembro e dezembro de 2004, sempre no período vespertino (horário de funcionamento do curso), em função do ajuste de horários entre as várias disciplinas do período. Cada encontro corresponde a cinco horas-aula, das 13:30 h às 17:55 h (uma hora-aula correspondendo a 50 minutos), com um intervalo de 15 minutos entre a terceira e a quarta aulas.

Também através do diálogo com a coordenação, soubemos que a turma do 2º. período de Engenharia Florestal é constituída por 40 acadêmicos, com idades, atividades profissionais e procedências bastante heterogêneas.

Em relação às idades, elas variam entre 17 e 40 anos. Mais da metade da turma – 22 acadêmicos – situa-se entre 17 e 21 anos; portanto, uma turma que podemos considerar bastante jovem.

As atividades profissionais exercidas pelos acadêmicos são as mais diversas: agricultores, auxiliar de escritório, comerciante, comerciário, estagiária, médico, projetista mecânico, suinocultor, supervisor de produção, técnica em segurança do trabalho, técnico agrícola, técnico eletricitista, topógrafo. Contudo, 25 acadêmicos, a maioria da turma, somente estudam.

As procedências dos acadêmicos também são variadas. Há acadêmicos representando 11 municípios, de três microrregiões catarinenses: Associação dos Municípios do Alto Irani (Amai), Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (Amosc) e Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (Amauc). Xanxerê, com 25 acadêmicos, Chapecó, com cinco, e Pinhalzinho, com dois, são a maioria. Por coincidência, esses são os municípios de maior população de suas regiões. Já os demais acadêmicos provêm de Abelardo Luz,

Coronel Freitas, Galvão, Ouro Verde, Ponte Serrada, Quilombo, Xavantina e Xaxim, cada município tendo um acadêmico. Alguns acadêmicos que residem fora de Xanxerê dependem de transporte escolar para vir à universidade, enquanto outros moram provisoriamente (durante os dias de aula, de segunda a sexta-feira) no município, deslocando-se, aos finais de semana, para suas residências.

Consideramos de grande importância obter antecipadamente essas informações básicas sobre os acadêmicos, levando em consideração a necessidade de se conhecer, previamente, as características dos atores participantes da pesquisa, conforme propõe Thiollent (2004). Além disso, através dessas informações, não só conhecemos – mesmo que pouco, em um primeiro momento – quem são os participantes da pesquisa, como também, ao identificá-los, podemos nos colocar como seus reais parceiros, indo além de “mais um professor que vem trabalhar mais uma disciplina do curso”.

Após esse esclarecimento sobre o curso e seus acadêmicos, passamos à apresentação e à discussão da proposta de ensino-aprendizagem da produção textual escrita do gênero artigo de opinião, utilizando o procedimento seqüência didática.

Nesse sentido, explicamos à coordenação que estávamos em fase de desenvolvimento da pesquisa de dissertação do mestrado em Linguística da UFSC e que havíamos escolhido, dentro de nossa proposta de trabalhar o ensino-aprendizagem da produção textual escrita do gênero artigo de opinião, a turma de Engenharia Florestal como participante de nossa pesquisa, em virtude de sua representatividade qualitativa (THIOLLENT, 2004), ou seja, esses acadêmicos foram escolhidos intencionalmente em função da relevância que apresentam em relação à temática ambiental.

Assim, em linhas gerais, falamos sobre como seria desenvolvido todo o processo, desde o planejamento das aulas até a avaliação. Também comentamos, nesse momento, sobre a possibilidade de, ao final dos trabalhos, lançar uma publicação contendo os artigos

produzidos pelos acadêmicos em situação escolar. Ao final de nossa fala, a coordenação posicionou-se favorável a nossa proposta, inclusive colocando-se à disposição para auxiliar no que fosse de seu alcance.

Com a anuência da coordenação, prosseguimos com a pesquisa, passando ao planejamento da seqüência didática, que está descrito a seguir.

2.1.3 O planejamento da seqüência didática

Para o planejamento da seqüência didática, necessitamos elaborar dois instrumentos distintos: o Plano de Ensino da Disciplina (PED) e o Plano de Trabalho para a Pesquisa (PTP).

O PED foi elaborado pela necessidade de cumprirmos exigências burocráticas da universidade: pelo Regimento da Unoesc, toda disciplina deve conter, obrigatoriamente, este plano, entregue à coordenação de curso antes do início das aulas. O objetivo do plano é nortear o caminho a ser percorrido na disciplina. Assim, ele precisa estar estruturado com elementos mínimos: objetivos, conteúdos programáticos, metodologia, avaliação e bibliografia – levando em consideração que, durante o desenvolvimento da pesquisa, nosso elemento norteador não foi o Plano de Ensino, mas sim o Plano de Trabalho, não vamos entrar em maiores detalhes com relação a esses elementos.

Ainda de acordo com o Regimento, a coordenação providencia cópias do plano, que são entregues pelo professor, por ocasião da primeira aula da disciplina, aos acadêmicos. Além disso, há uma recomendação de que o Plano de Ensino deve ser cumprido na íntegra, porém não existe uma “fiscalização” para comprovar se isso de fato ocorreu ou não. Conseqüentemente, é responsabilidade do professor garantir o efetivo e completo cumprimento do Plano de Ensino.

De antemão, preocupamo-nos que o Plano de Ensino, dentro desses parâmetros, poderia estar “engessando” nossa pesquisa. Essa preocupação surgiu sobretudo em virtude das próprias características desse plano: é um instrumento de caráter normativo e burocrático, além de não possuir, pelo menos aparentemente, uma orientação metodológica consistente. Em outras palavras, sentimos que, somente com o Plano de Ensino, poderíamos nos desviar dos objetivos da pesquisa, percorrendo outros rumos diferentes dos previstos.

Diante dessa situação, revelou-se necessário também desenvolver um “planejamento paralelo” ao Plano de Ensino da Disciplina, que denominamos de Plano de Trabalho para a Pesquisa (PTP). Esse plano, em linhas gerais, especifica e detalha como trabalharemos a seqüência didática, em suas diversas etapas. Nos anexos, pode ser visualizado o “esqueleto” desse plano (Anexo 01).

Nesse sentido, no PTP procuramos organizar as atividades diretamente em torno da seqüência didática. Nossa principal preocupação, ao elaborar as atividades, era a de articular o gênero discursivo – conforme a teoria bakhtiniana – com o gênero específico de nossa pesquisa, o artigo de opinião – conforme os estudos de Beltrão, Melo, Vivaldi e Rodrigues, referenciados na seção *1.3 O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO: ASPECTOS TEÓRICOS*.

Inicialmente, definimos o objetivo principal a ser alcançado com o desenvolvimento da seqüência didática: investigar como ocorre o processo de escrita do gênero discursivo artigo de opinião, verificando a presença, nos textos produzidos em situação escolar pelos acadêmicos do curso de Engenharia Florestal, de seus traços constitutivos: tema, forma composicional e estilo.

Após estabelecer o objetivo principal, passamos ao planejamento das aulas. Procuramos, então, pontuar cada um dos nove encontros – consideramos importante esse planejamento prévio como maneira de termos uma orientação, mesmo que provisória, do que iria ser trabalhado durante a seqüência didática. Nesse momento, retomamos o procedimento

sugerido por Dolz, Noverraz e Schneuwly, para planejar, organizar e adaptar a seqüência didática em torno do gênero objeto de nossa pesquisa, o artigo de opinião.

Ao planejar as aulas, centramos nossa preocupação inicial em definir quais seriam as situações problematizadoras, base temática para a produção dos artigos de opinião. Assim, levando em consideração, principalmente, que os acadêmicos fazem parte de um curso ligado à questão ambiental e devem ter um compromisso ético e científico com o meio ambiente, como denuncia seu PP nas competências e habilidades a serem desenvolvidas durante o curso, resolvemos optar por situações voltadas a diversos e diferentes temas ambientais: água potável, florestas, poluição dos rios, natureza, queimadas, flora, meio ambiente, poluição ambiental, papel do Engenheiro Florestal.

Dessa forma, foram definidas dez situações problematizadoras: a) Por que devemos nos preocupar em preservar as fontes ainda existentes de água potável?; b) Como podemos preservar as poucas florestas ainda existentes? Por que essa questão é importante?; c) A poluição dos rios é um problema só das grandes cidades ou já devemos nos preocupar com esta questão?; d) É necessário penalizar as pessoas que cometem danos à natureza? Como isso pode ser feito?; e) Por que devemos evitar as queimadas? Quais os prejuízos que elas causam à natureza?; f) Em relação à flora, qual é sua importância para o equilíbrio ecológico do planeta?; g) Podemos elaborar um “código de conduta” em relação à preservação do meio ambiente? Como seria esse código?; h) Em uma redação do Enem, um dos candidatos destacou que “devemos nos preocupar com o ambiente inteiro, e não somente com o meio ambiente.” Você concorda com essa tese? Por quê?; i) É possível diminuir ou eliminar a poluição ambiental causada pelos dejetos de suínos? Quais medidas podem ser feitas para isso?; j) Qual o papel do Engenheiro Florestal diante dos problemas ambientais?

Em uma avaliação preliminar, entendemos que esses temas atendem alguns critérios para trabalhar com o ensino-aprendizagem da produção textual escrita do gênero artigo de

opinião. Em primeiro lugar, a atualidade da temática, pois são temas muito presentes na mídia (independente de veículo) que constantemente divulga dados sobre a situação do meio ambiente. Em segundo, a sua relevância, pois os problemas ambientais estão muito fortes no Oeste de Santa Catarina. Segundo pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), essa é uma das regiões que mais sofre com a poluição ambiental, em virtude da intensa prática agropecuária, principalmente suinícola. Sobre isso, Seganfredo (2004, p.1) afirma que “Os atuais sistemas de criação, especialmente no caso de suínos, aves e bovinos leiteiros, geram grandes quantidades de dejetos, cuja proporção de nutrientes mostra-se desequilibrada em relação à capacidade de absorção das plantas.” Outros dados da Embrapa (2000) revelam que a criação de suínos é uma das grandes fontes de degradação ambiental, notadamente no Oeste catarinense, que detém 75% da produção estadual de carne suína.

Por fim, consideramos que são temas, em certa medida, de conhecimento comum de qualquer pessoa, pelo mínimo de escolaridade que ela possua – afinal, qual é o ser humano que, nos dias atuais, não tem um ponto de vista, uma opinião formada sobre as problemáticas que envolvem o meio ambiente?

Definidas as situações problematizadoras, passamos à elaboração de alguns instrumentos que seriam necessários ao desenvolvimento da seqüência didática: **folhas identificadas para cada etapa da produção** – produção inicial (Anexo 02), reescrita (Anexo 03) e produção final (Anexo 04); **lista de constatações** para os acadêmicos anotarem as dificuldades encontradas na produção de textos do gênero e as possibilidades de saná-las, relatarem os conhecimentos que eles adquiriram sobre o gênero e sobre a norma padrão, suas reflexões sobre as atividades de escrita, análise lingüística e reescrita, e, finalmente, fazerem uma avaliação sobre os trabalhos realizados na seqüência didática; **ficha de anotações** para anotarem as características de gênero, levantadas durante uma discussão que realizaríamos, e os pontos discutidos durante um debate realizado com uma professora da área ambiental e

ficha de anotações sobre as aulas para uso exclusivo do pesquisador, a fim de fazer um relato e uma análise de cada aula trabalhada.

No planejamento das aulas, também escolhemos os jornais impressos que serviriam de suporte para a leitura de textos do gênero: um estadual, o Diário Catarinense (DC), e dois locais (publicados em Xanxerê), a Folha do Alto Irani (FAI) e a Gazeta Regional (GR).

O DC tem circulação diária, com uma tiragem média entre 40.000 (de segundas a sextas-feiras) e 60.000 exemplares (aos sábados e domingos) por edição. Possuindo 19 anos de existência, a quantidade de páginas do jornal varia conforme a edição: aos sábados são, em média, 56 páginas; aos domingos, 172 páginas; às segundas-feiras, 52 páginas; às terças-feiras, 84 páginas; às quartas-feiras, 76 páginas; às quintas-feiras, 124 páginas; e às sextas-feiras, 64 páginas. Após a semana de 04 a 10 de setembro de 2004, foi feita uma análise diária, na qual se obtiveram esses números.

Já a FAI – conhecida popularmente por Folha – tem periodicidade semanal, circulando nos finais de semana, e possui uma tiragem de 3.000 exemplares por edição (dados fornecidos pela empresa). O jornal tem 22 anos de existência e contém, em média, 20 páginas por edição.

E a GR – conhecida popularmente por Gazeta –, por sua vez, também tem periodicidade semanal, circulando aos sábados, e possui uma tiragem de 3.000 exemplares por edição (dados fornecidos pela empresa). É um jornal mais recente, com apenas cinco anos de existência. Ela contém, em média, 20 páginas por edição.

Tanto a FAI quanto a GR são jornais com destaque na Amai (composta por 16 municípios), em virtude de possuírem um contingente expressivo de leitores, em termos regionais, apesar de sua pequena estrutura operacional.

A necessidade de que um jornal diário estivesse disponível para a pesquisa justifica-se tendo em vista que as aulas foram desenvolvidas por um período determinado: 10 de novembro a 02 de dezembro de 2004. Assim, precisávamos possuir um jornal, no mínimo,

que estivesse à mão em um período de tempo mais curto do que uma semana, recaindo a escolha sobre o DC.

Além disso, a opção por três jornais permitiu termos um material mais diversificado para o trabalho em sala de aula, possibilitando também que pudéssemos fazer uma análise comparativa entre os diferentes espaços dedicados aos artigos de opinião pelos jornais.

Em relação às aulas, especificamente, prevemos, para o primeiro encontro, a apresentação pessoal dos acadêmicos e do professor/pesquisador; a apresentação e discussão do Plano de Ensino da Disciplina; a exposição do Projeto Coletivo de produção de um gênero escrito, o artigo de opinião; e o primeiro contato com o gênero, através da leitura de artigos de opinião de jornais impressos. Por fim, já pretendíamos encaminhar, igualmente nessa primeira aula, a organização da publicação, em vista do pouco tempo que teríamos entre o primeiro e o nono encontros.

Para o segundo encontro, que já aconteceria no dia seguinte ao do primeiro, planejamos uma discussão sobre as características do gênero; o estudo de como planejar um texto e a produção inicial dos artigos de opinião. Para a discussão, definimos que seria pedido aos próprios acadêmicos para que se manifestassem sobre as características do gênero, que seriam anotadas no quadro pelo professor e, posteriormente, na ficha de anotações, pelos acadêmicos. Depois, previmos falar sobre o texto e sua organização, abordando o planejamento textual. Além disso, também pretendíamos trabalhar, nesse encontro, com a produção inicial, com base nas situações problematizadoras. Então, resolvemos que iríamos distribuir, aleatória e individualmente, uma situação problematizadora diferente para cada quatro acadêmicos.

Já para o terceiro encontro, previsto também para ocorrer no dia seguinte ao do segundo, nossa intenção era a de analisar lingüisticamente os textos da produção inicial, para verificar a adequação ao gênero, em termos de forma composicional e estilo, e questões

relativas à textualidade (coerência textual). Essa atividade foi planejada para acontecer como um trabalho interacional entre o professor e os acadêmicos, tendo em vista que as poucas horas de intervalo entre o segundo e o terceiro encontros não permitiam, somente por parte do professor/pesquisador, fazer uma análise pontual nos textos produzidos. Além disso, não era nosso objetivo, dentro da concepção da seqüência didática, estar analisando os textos minuciosamente, mas sim proporcionando aos acadêmicos a possibilidade de analisarem e verificarem os problemas em suas próprias produções.

Antecipadamente, sentíamos que aqui chegaríamos a um ponto crucial da pesquisa. Isso porque nossa intenção era a de, com base nas dificuldades levantadas pelos próprios acadêmicos em produzir seus artigos de opinião (anotadas por eles em uma das listas de constatações), planejar a continuidade da seqüência didática a partir de módulos, conforme orientação de Dolz, Noverraz e Schneuwly.

Então, antes do quarto e do quinto encontros, que ocorreriam na semana seguinte, teríamos tempo para definir como trabalharíamos com os módulos. Dentro dos módulos, nossa intenção também era a de proporcionar, em um desses encontros, um debate entre os acadêmicos e uma professora da área ambiental, no qual seriam abordados os temas de seus textos.

Conseqüentemente, nossa previsão era a de que no sexto encontro a produção inicial seria retomada, agora com a reescrita do texto, tarefa mediada pelas observações já feitas pelo professor/pesquisador, pelos colegas e pelas novas informações obtidas através do debate. Prevíamos, aqui, também um trabalho interacional: tanto o acadêmico quanto o professor poderiam sugerir novas modificações no texto original. Além disso, caso houvesse tempo, realizaríamos um debate sobre a experiência de escrever, analisar e reescrever textos.

O sétimo encontro seria realizado em dois momentos: um, em sala de aula, e o outro, em um dos laboratórios de informática da universidade. Na sala de aula, trabalharíamos com a

produção final. E no laboratório de informática, com a preparação dos textos para publicação – digitação da produção final e diagramação da publicação. Isso decorria da necessidade de conseguirmos concluir, efetivamente, não somente a nossa pesquisa dentro do tempo previsto, mas, principalmente, imprimir a publicação até o último dia de aula, para que pudéssemos fazer seu lançamento e combinarmos o esquema de distribuição.

Cumprindo o planejamento dentro dessa previsão, no oitavo encontro estaríamos realizando a avaliação final dos trabalhos. Para isso, planejamos a produção de um novo texto, agora com o objetivo de refletir especificamente sobre a experiência de escrever o artigo de opinião. Esse texto serviria também para, em certo sentido, cumprir propósitos burocráticos, já que o utilizaríamos como instrumento para a avaliação final (G 2) da disciplina.

E finalmente, no nono encontro, teremos o lançamento da publicação, o que envolve a definição de um esquema para a sua divulgação e distribuição. Além disso, devolveremos e comentaremos os textos produzidos pelos acadêmicos na aula anterior. Por último, também por motivos burocráticos, estaremos divulgando as médias dos acadêmicos na disciplina.

Na Unoesc, a elaboração de planos para cada aula a ser ministrada fica a critério de cada professor. Assim, não existe uma definição ou formato específicos para os planos de aula, nem há uma cobrança de que o professor, em algum momento, os apresente para a coordenação do curso ou para os seus acadêmicos. Conseqüentemente, se o professor entende que um “esquema” no papel, com os tópicos principais do que ele vai tratar em determinada aula, é o suficiente, ninguém o estará cobrando ou fiscalizando para ver se ele cumpriu com o seu planejamento.

Na próxima seção, veremos como ocorreu o desenvolvimento da seqüência didática, através das aulas de Produção de Textos no 2º. período do curso de Engenharia Florestal.

2.2 A PRÁTICA: O DESENVOLVIMENTO DA SEQÜÊNCIA DIDÁTICA

Com as aulas planejadas, partimos para a prática, ou seja, o desenvolvimento da seqüência didática para o ensino-aprendizagem da produção textual escrita do gênero artigo de opinião. Por questões didáticas, estaremos percorrendo um percurso semelhante ao da seção anterior. Dessa forma, esta seção necessitou ser subdividida em outras oito, cada uma delas trazendo o relato e a análise das atividades desenvolvidas nos encontros, como apresentaremos a seguir.

2.2.1 O primeiro encontro: a apresentação do projeto

O primeiro encontro com os acadêmicos ocorreu em 10 de novembro de 2004. Apesar da experiência de oito anos de magistério no ensino superior, estávamos, por um lado, ansiosos pelo início da pesquisa; por outro, receosos, em vista de que estaríamos trabalhando na prática e isso gerava certas dúvidas sobre sua viabilidade, além do temor natural de falhar em face de um trabalho dessa envergadura.

No início, conforme planejado, apresentamo-nos aos acadêmicos, destacando nosso nome, local de residência e formação universitária (graduação e especialização). Além disso, falamos sobre o mestrado, observando que estávamos em fase de pesquisa.

Para a apresentação dos acadêmicos não utilizamos nenhuma técnica em especial. Apenas pedimos que cada um dissesse seu nome, idade, local de residência e profissão – dados que já possuíamos, mas que serviram para quebrar o “gelo” do primeiro encontro entre professor e alunos. Essa apresentação transcorreu de forma tranqüila, afinal todos já se conheciam, pois estavam estudando juntos há mais de dez meses. Não sentimos, em nenhum momento durante a apresentação individual dos acadêmicos, nenhuma espécie de rejeição

entre eles. Além disso, a fala dos acadêmicos causou-nos uma boa impressão – sentimos que constituíam uma turma unida, motivada e disposta ao trabalho. Fatores que se apresentavam como positivos nesta fase inicial dos trabalhos.

Apresentamos a eles, a seguir, o Plano de Ensino da Disciplina, etapa natural em todo início de disciplina de graduação na Unoesc. Assim, após entregar uma cópia do plano para cada acadêmico, fizemos considerações sobre a ementa, os objetivos da disciplina, o conteúdo programático, a metodologia, as formas e os critérios de avaliação e as referências bibliográficas. Em relação às referências bibliográficas, especificamente, sugerimos que os acadêmicos trouxessem um minidicionário para as aulas, que seria útil durante as atividades. Não nos detemos muito nesse plano, afinal, como já mencionamos na subseção 2.1.3, o PED foi elaborado pela necessidade de cumprirmos exigências burocráticas da universidade.

O momento seguinte, em contrapartida, mereceu toda uma atenção especial. Isso porque nele expomos e explicamos o “projeto coletivo de produção de um gênero escrito”, o artigo de opinião. Nesse momento, portanto, seguindo as recomendações de Dolz, Noverraz e Schneuwly, conforme apresentamos na seção *1.6 A SEQÜÊNCIA DIDÁTICA*, fizemos a “apresentação da situação”, destacando: a) o gênero que será abordado e a justificativa para sua escolha; b) a quem se dirige a produção; c) que forma assumirá a produção; d) quem participará da produção.

Sobre o item “a)”, acima, e explicamos que o gênero abordado é o artigo de opinião, justificando sua escolha tendo em vista ser um gênero que permitirá o desenvolvimento de habilidades/capacidades de produção de um texto que auxiliará os acadêmicos em diversas situações: outras escritas acadêmicas; Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); “provão” do MEC; participação em concursos; elaboração de artigos científicos/ensaios; divulgação de seus escritos na sociedade (via meios de comunicação); entre outras.

Já sobre os demais itens, “b)” a “d)”, citados anteriormente, salientamos que a produção se dirige a outros acadêmicos da universidade e à comunidade em geral; que ela assumirá, ao final dos trabalhos, a forma de um jornal impresso; e que os participantes do projeto são todos os acadêmicos regularmente matriculados no 2º. período do curso de Engenharia Florestal da Unoesc Campus de Xanxerê.

A idéia de organizar uma publicação impressa contendo os textos produzidos por eles durante a seqüência didática gerou uma motivação inicial em alguns acadêmicos. Porém, a maioria não acreditava nessa possibilidade, desconfiada sobretudo pela concepção de que não tinham capacidade para isso, além de julgarem que não fosse possível, no curto espaço de tempo que teríamos para todas as aulas, produzir os textos, corrigi-los e imprimir a publicação em gráfica. Após mostrarmos a viabilidade da publicação, desde que todos “abraçassem” a idéia, sentimos que conseguimos mais adesões ao nosso projeto. Nesse encontro, contudo, não entramos em maiores detalhes, porque pretendíamos cumprir o planejado para esse dia. Então, informamos que estaríamos retomando a questão a partir do dia seguinte.

Como não houvesse outras dúvidas por parte dos acadêmicos, resolvemos prosseguir, agora com a distribuição de edições dos jornais Diário Catarinense (DC), Folha do Alto Irani (FAI) e Gazeta Regional (GR), para que eles tivessem um primeiro contato com o gênero artigo de opinião. Após todos receberem um exemplar, solicitamos que desenvolvessem algumas atividades. A primeira foi localizar artigos de opinião nesses jornais. Como segunda atividade, deveriam ler os artigos. E a terceira, fazer uma breve anotação, em seus cadernos, sobre os artigos lidos: características do texto, jornal onde está publicado o artigo, título do artigo e seu autor, página em que aparece e data de publicação. Sobre as características do texto, não fornecemos maiores explicações; apenas orientamos os acadêmicos de que deveriam escrever aquilo que para eles caracterizava o texto lido como sendo um artigo de opinião, e não um outro texto (uma notícia, por exemplo). Utilizamos essa sistemática com o

intuito de não fornecer respostas prontas, não estar partindo de definições teóricas pré-concebidas – procuramos, com isso, nos distanciar do modo como a escola, de um modo geral, está muito acostumada a proceder e, por isso mesmo, é tão criticada –, mas sim procurando extrair dos acadêmicos hipóteses, desenvolvendo, conseqüentemente, o espírito de pesquisa, tão caro e necessário ao estudante dos dias atuais.

Desse trabalho inicial de localização, leitura e anotações sobre os artigos, podemos tecer breve comentário. O trabalho começou meio desorganizado, já que muitos acadêmicos não tinham um parâmetro para sua pesquisa, revelando dificuldades em localizar os artigos. Com isso, precisamos intervir muitas vezes, procurando reposicionar as concepções do que alguns pensavam ser um artigo de opinião (ex.: será que aqui temos apenas o relato de um fato ou a opinião sobre um fato?; esse sujeito que escreve tem autonomia para se manifestar ou está atrelado profissionalmente ao jornal?).

O resultado positivo disso é que, aos poucos, muitos acadêmicos começaram a criar, espontaneamente, suas próprias hipóteses sobre o que é um artigo. Além disso, também como fator positivo, manifestou-se uma grande interação durante o trabalho: quando algum acadêmico localizava os artigos e recebia a aprovação do professor, logo procurava auxiliar um colega em dificuldades – alguns agiam de forma mais ousada; outros, de forma velada (aqui talvez por medo de que fossem chamados a atenção pelo professor).

Ao final dessa atividade, tivemos uma média de leitura de dois artigos por acadêmico, o que consideramos um bom número em virtude do tempo disponibilizado para a atividade – 80 minutos – e da própria falta do hábito de leitura. Nos anexos, pode ser visualizada a tabela dos artigos lidos (Anexo 05).

Como pontos negativos, tínhamos poucos jornais para o trabalho, o que acabou prejudicando o desenvolvimento das atividades, já que os acadêmicos precisaram dividir os exemplares ao meio, procurando ter mais opções de pesquisa. Além disso, falhamos, de um

certo modo, ao não fazer uma pré-seleção dos exemplares: alguns não possuíam artigos de opinião – mesmo assim, colocamos à disposição dos acadêmicos 37 artigos para leitura.

Dois fatos curiosos chamaram a nossa atenção nesse dia. Um deles foi a rejeição que alguns manifestaram sobre os jornais locais, talvez motivada pela falsa idéia de que são “inferiores” se comparados a um jornal de maior porte. O outro foi quando alguns acadêmicos, após a solicitação das atividades por parte do professor, perguntaram se “era para entregar”, revelando a antiga sistemática pedagógica, arraigada na escola, de que todo trabalho, mesmo que seja de leitura, precisa necessariamente demandar uma tarefa escrita a ser entregue ao professor.

A aula terminou antes do previsto, em virtude de uma convocação emergencial da coordenação de curso para tratar de assuntos da universidade. Então, despedimo-nos dos acadêmicos, conclamando-os a estarem presentes no dia seguinte, para o segundo encontro, quando será desenvolvida a primeira produção.

2.2.2 A primeira produção: hora de escrever

O segundo encontro aconteceu no dia 11 de novembro. Nesse dia, iniciamos a aula promovendo uma discussão sobre as características do gênero artigo de opinião. Pensamos ser válida e oportuna essa discussão, pelo fato de que não estávamos fornecendo a eles uma resposta já pronta, mas sim construindo, de maneira interacional e conjunta (professor/pesquisador e acadêmicos), o conhecimento sobre as características do gênero, objeto do trabalho. Então, trabalhamos com a idéia de que o levantamento das características era necessário para auxiliar os acadêmicos em sua primeira produção, já que fornecia alguns subsídios, algumas idéias de como pode ser pensado/planejado um artigo de opinião. Além disso, estávamos complementando a leitura dos artigos. Nesse momento, porém, não nos

preocupamos em estar apresentando noções científicas, tanto é que não fizemos referência explícita às dimensões constitutivas do gênero, conforme os princípios bakhtinianos (tema, forma composicional e estilo).

Para iniciar a discussão, solicitamos aos acadêmicos que se manifestassem espontaneamente sobre o que haviam compreendido ser um artigo de opinião, o que perceberam sobre suas características durante a leitura dos textos nos jornais. Enquanto os acadêmicos falavam, o professor anotava os tópicos no quadro.

Durante a discussão, foram levantadas as seguintes características do artigo de opinião: descreve e analisa uma determinada situação; tenta trazer soluções para um problema apresentado; utiliza a 1^a. e a 3^a. pessoas gramaticais; a linguagem é direcionada ao interlocutor (leitor); usa uma linguagem elaborada (cult), evitando o uso de gírias; não procura ser apelativo; o autor, na maioria das vezes, possui conhecimento técnico sobre o assunto que está abordando; o texto é dividido em parágrafos, organizados em introdução, desenvolvimento e conclusão, e escrito em prosa; procura ser claro, coerente e objetivo; os assuntos abordados são atuais; o autor sempre se identifica (basicamente através do nome e da formação/profissão); possui título; às vezes, coloca interrogações para o leitor, como se quisesse saber sua opinião; possui uma determinada extensão (variável conforme o jornal em que é publicado); muitas vezes, explora um tema polêmico; procura argumentar, apresentando razões e provas; tenta, em alguns momentos, influenciar o interlocutor; é informativo, apesar de ser diferente de uma notícia (esta somente relata os acontecimentos); os verbos são, geralmente, utilizados no presente; é publicado em jornais.

Em nossa avaliação, a discussão foi muito boa, apesar de que as participações dos acadêmicos poderiam ter sido maiores. Além disso, fizemos comentários durante a discussão, sugerindo possibilidades para algumas características. Contudo, percebemos, ao final dessa atividade, que a maioria havia conseguido entender a noção acerca do gênero artigo de

opinião, em termos de suas dimensões constitutivas, mesmo que não tivéssemos trabalhado com uma caracterização formal, fechada. Até esse instante, portanto, podemos considerar que, em termos de leitura, os acadêmicos do 2º. período de Engenharia Florestal estão preparados para reconhecer um artigo de opinião quando tiverem contato com esse gênero. Reafirmamos que talvez, até agora, o resultado mais positivo seja o de que não foi necessário explicar conceitos teóricos sobre o gênero, formulados pelo professor/pesquisador com base em suas concepções, para levar os alunos a compreenderem o que é, em suma, um artigo de opinião. Em outras palavras, foi possível mudar o ângulo do ensino convencional – bastante teoria e pouca prática – realizando uma possibilidade diferente, que procura valorizar o acadêmico, colocando-o como sujeito capaz de participar ativamente da produção do seu conhecimento.

Feito o levantamento, os acadêmicos passaram para suas fichas de anotações (distribuídas no início da atividade) as características do gênero.

Em seguida, passamos a abordar o planejamento textual. Explicamos então, de uma forma bem simples, que todo texto, independente do gênero nele trabalhado, precisa ser planejado/organizado. Assim, falamos basicamente sobre a importância de pensar/organizar mentalmente as idéias antes de passá-las para o papel, da calma na hora de escrever, dos rascunhos (as várias versões que um texto deve ter, antes de sua versão final), da definição do título, entre outras questões, como a necessidade da revisão (análise lingüística) e da reescrita. Nossa preocupação não foi a de estar trabalhando com uma teoria cristalizada sobre a escrita – apesar das muitas existentes –, mas de fazer alguns apontamentos sobre como pode ser pensado e articulado um texto, algo que os acadêmicos já aprenderam e reviram diversas vezes ao longo de sua vida escolar – qual é o professor de português que ao iniciar um trabalho de produção textual não acaba inevitavelmente abordando “regras básicas” de escrita com seus alunos? Não conseguimos fugir à regra.

Também aproveitamos esse momento para abordar, mesmo que brevemente, a diferença entre a noção de gênero e as seqüências textuais (narração, descrição e dissertação). Assim, para surpresa de alguns acadêmicos – que nunca haviam ouvido falar em gênero na questão de produção de textos –, assinalamos que as seqüências estão presentes nos textos que manifestam os mais diversos gêneros, podendo ocorrer, em um mesmo texto, seqüências narrativas, descritivas e dissertativas. Nesse raciocínio, portanto, não podemos pensar em uma narração “pura” ou mesmo em uma dissertação “pura”, pois ambas fazem parte de uma tipologia tradicional, conforme nos alerta Barbosa (2000), citado na seção *1.4 O ARTIGO DE OPINIÃO COMO OBJETO DE ENSINO*.

Como última atividade do encontro, realizamos a produção inicial dos artigos de opinião. Antes de iniciar a produção, entretanto, pedimos que os acadêmicos, ao escreverem seus artigos, levassem em consideração os fatores trabalhados na primeira aula, referentes à “apresentação da situação”: o gênero a ser abordado (artigo de opinião), a quem se dirige a produção (outros acadêmicos da universidade e comunidade em geral) e que forma assumirá a produção, ao final dos trabalhos (a forma de um jornal impresso). Informamos que eles teriam aproximadamente 100 minutos para escreverem seus textos.

Depois dessas observações, distribuimos aleatoriamente uma situação problematizadora (conforme definidas na subseção *2.1.3 O planejamento da seqüência didática*) para cada acadêmico. Como havíamos definido dez situações, cada quatro acadêmicos estariam produzindo seu texto com base em uma mesma situação, mas individualmente.

Como estratégia para distribuir as situações, escrevemos cada uma delas em papeletas, entregando-as (viradas) para os acadêmicos. Essa sistemática foi tomada para que não houvesse, por parte dos acadêmicos, a idéia de que o professor escolheu o tema que cada um deveria abordar. Concluída a distribuição, um pequeno fato tumultuou o trabalho: houve

rejeição, por parte de uma acadêmica, em abordar a sua temática (i – É possível diminuir ou eliminar a poluição ambiental causada pelos dejetos de suínos? Quais medidas podem ser feitas para isso?). Como estavam faltando quatro acadêmicos no dia e, por isso, sobravam quatro papeletas, acrescido da forte insistência da acadêmica, acabamos trocando a sua papeleta por outra. Antes, porém, questionamos o motivo de não querer escrever sobre o tema, ao que ela alegou não ter nenhum conhecimento sobre o assunto. Preocupou-nos, nesse momento, que outros também quisessem fazer trocas diante dessa nossa aceitação, porém, para nosso alívio, os demais não se manifestaram. Caso houvesse manifestações nesse sentido, provavelmente teríamos de desenvolver outra estratégia para a distribuição das situações problematizadoras.

Quanto ao processo de produção em si, sugerimos, conforme havíamos discutido nos estudos sobre o planejamento textual, que trabalhassem com rascunho. Posteriormente, cada um receberia uma folha identificada, para “passar a limpo” a produção inicial.

A produção inicial transcorreu, a partir daí, de forma tranqüila. Enquanto andávamos pela sala, percebemos que alguns acadêmicos estavam bastante concentrados e escrevendo, praticamente debruçados sobre o papel; já outros, pareciam um pouco distantes, pensativos, e demoravam mais para escrever algo. Em nossa reflexão, acreditamos que isso se deve às dificuldades para organizar mentalmente as idéias e transpô-las para o papel, fruto certamente da falta de prática da escrita espontânea e descompromissada. Além disso, parece que a própria tradição escolar (em sala de aula, escreve-se, invariavelmente, para se obter uma nota) acaba por causar uma espécie de “bloqueio criativo” (essa mesma nota que se precisa obter, gera uma dúvida cruel para o aluno-escritor: meu texto será bem avaliado ou mal avaliado?). Nesse sentido, a figura do professor como avaliador ainda provoca insegurança, mesmo que tenhamos explicado que essa seria uma primeira produção; conseqüentemente, haveria outras e a nota definitiva seria somente sobre a produção final – como orienta o procedimento

seqüência didática.

Outro aspecto marcante foi que alguns acadêmicos solicitaram auxílio, principalmente com referência à ortografia. Não vimos problema em ajudá-los, afinal era apenas a produção inicial de um texto que seria revisto várias vezes e que sofreria, por isso mesmo, diversas modificações. Além disso, sentimos que, auxiliando nesse momento, também estávamos conquistando a confiança dos acadêmicos e, ao mesmo tempo, incentivando-os na escrita. Igualmente, não nos opomos que utilizassem o dicionário para consultas.

Não deixou de faltar a clássica e tradicional pergunta: “quantas linhas deve ter o texto?”. Para “driblar” essa questão e com o intuito de desafiá-los, apenas sugerimos que a quantidade de linhas que fosse o suficiente para “dizer tudo aquilo que deveria ser dito sobre o assunto”.

A maioria dos acadêmicos necessitou da totalidade do tempo combinado para produzir seu texto. Ao final dos trabalhos do dia, avaliamos que foi uma tarde “puxada”, mas produtiva. Logo no dia seguinte, daríamos prosseguimento à pesquisa, agora com a análise lingüística dos textos produzidos, que procuramos desenvolver de na perspectiva interacional, como pode ser observado na próxima subseção.

2.2.3 A análise lingüística dos textos

O terceiro encontro ocorreu no dia 12 de novembro. Nosso objetivo, nesse dia, foi o de trabalhar, junto com os acadêmicos, uma primeira análise lingüística dos textos da primeira produção.

Antecipadamente, já havíamos realizado uma breve análise dos textos, com anotações em um espaço reservado no final da folha identificada para a produção inicial. Para nossa análise, buscamos destacar três pontos: a) avaliação do texto como artigo de opinião, em

termos de adequação às características do gênero (tema, forma composicional e estilo); b) sugestão de pontos para refletir/rever: comentários sobre problemas de coerência textual; c) indicação de “problemas gerais”, relativos à questão propriamente gramatical. Observamos aos acadêmicos que essa análise não era definitiva – portanto, não deveriam se pautar nela para fazer as suas análises – e que sua contribuição, analisando os textos dos colegas, era muito importante para a melhoria das/nas próximas versões.

Enfim, orientamos para que, nesse trabalho, procurassem deter-se em aspectos da adequação do texto ao gênero (principalmente em relação à forma e ao estilo, com base nas características que havíamos levantado na aula anterior e que eles haviam repassado às suas fichas de anotações) e relativas à textualidade (basicamente, se o texto possui coerência; se, na leitura, ele será compreendido pelo seu interlocutor/leitor). Então, pedimos aos acadêmicos para trabalharem em duplas: um analisou o texto do outro, apontando as dificuldades encontradas no texto, além de sugerir possibilidades para saná-las, em uma lista de constatações. Com isso, seguindo o previsto no planejamento, nossa pretensão era efetuar um trabalho interacional entre o professor e os acadêmicos, já que não constituía nosso objetivo, dentro da concepção da seqüência didática, analisar os textos solitária e detalhadamente, como se apenas a opinião do professor-corretor valesse nesse momento.

Fazendo uma breve análise das atividades desenvolvidas pelos acadêmicos, sentimos que houve receptividade ao trabalho e compreensão do que deveria ser feito. Percebemos também que alguns acadêmicos levaram o trabalho a sério, concentrando-se e procurando contribuir com o texto do colega, enquanto outros não deram tanta importância à atividade, muitas vezes estando distraídos ou preocupados com outras questões – uma situação normal, em vista de que não estavam realizando algo rotineiro, pois ainda há a visão de que o papel de “analista e revisor” de textos compete unicamente ao professor. Além disso, outros pontos despertaram nossa atenção: houve várias solicitações de auxílio ao professor, para dirimir

dúvidas; alguns acadêmicos fizeram análises parciais e generalistas, mais focados em questões essencialmente gramaticais (ortografia, acentuação, concordância, por exemplo); e outros surpreenderam, pela capacidade de análise e nível de sugestões propostas, como, por exemplo, uma acadêmica observou que “à conclusão do artigo, ficou vaga, ou seja, sem argumentação, é isso e pronto (é por que é), não dando provas ou mais informações” e sugeriu à colega que revisse o texto, pois “[...] a argumentação, ou as provas do conteúdo textual são de extrema importância para convencer o leitor”. Já outra acadêmica assinalou que o título do artigo estava muito longo e propôs “diminuir o título, centrando-o no foco principal do texto”. E outra destacou que “o uso de [da palavra] ‘cuide’ demonstra que somente o leitor deve cuidar, se isentando [o autor] do problema”. Um outro acadêmico, por sua vez, avaliou que o texto do colega estava com uma linguagem muito elaborada e sugeriu “procurar escrever em uma linguagem mais simples para leigos, entenderem melhor (interpretarem)”.

Apenas um ponto deixou a desejar: pensávamos que o trabalho em duplas favoreceria a interação e a troca de idéias entre os acadêmicos, porém sentimos que isso não ocorreu, motivado por duas situações. A primeira, cada um estava preocupado mais em fazer a sua atividade, e não em estar auxiliando o colega. A segunda, havia uma preocupação de que o trabalho do colega-leitor poderia ocorrer no sentido de depreciar o texto, desmerecê-lo. Como era um trabalho inicial e em virtude de que o texto passaria por novas versões, não nos preocupamos tanto com essas situações, apesar de que deveríamos pensar em alternativas para os módulos, em casos que envolvessem atividades em equipe.

Tanto o trabalho de análise lingüística efetuada pelos acadêmicos quanto o do professor foram muito importantes, pois possibilitaram, a partir daí, selecionar os pontos a serem trabalhados por ocasião dos módulos, objeto de estudos do quarto e do quinto encontros.

Após a atividade de análise, e como forma de descontração, propomos, para a segunda parte do encontro, uma dinâmica de equipe chamada de “argumentação e persuasão”. Então, distribuimos a turma em cinco equipes, cada uma recebendo um “produto” para ser vendido. A tarefa das equipes consistia em produzir um texto, com argumentos para convencer o interlocutor a comprar o seu produto. Após produzidos, os textos seriam socializados. Os produtos eram bem inusitados: um terreno na lua, um palito de fósforo (queimado), um bilhete de loteria (já corrido e não premiado), um monumento histórico e a praça da cidade. Ressaltamos que a equipe com o maior número de argumentos “válidos” (factíveis) seria a vencedora e receberia, conseqüentemente, “um prêmio”. Isso despertou o espírito de competição entre os acadêmicos. Durante a produção dos textos, percebemos muita interação e descontração nas equipes, afinal, sendo os produtos fora do convencional, isso provoca uma verdadeira “tempestade de idéias”, desde as realistas até as fantasiosas. Encerramos a aula com a apresentação dos textos produzidos nessa dinâmica.

Prosseguindo, estaremos apresentando o desenvolvimento dos módulos previstos na seqüência didática.

2.2.4 Os módulos

Com a primeira produção analisada lingüisticamente, no quarto e no quinto encontros desenvolvemos os módulos. Observa-se que os módulos, na concepção da seqüência didática, têm por objetivo principal trabalhar sobre os problemas apresentados pelos alunos em sua primeira produção. Assim, no primeiro módulo, trabalhamos com as capacidades necessárias ao domínio do gênero artigo de opinião, através de atividades centradas em dois pontos: a) o trabalho com problemas de níveis diferentes e b) a capitalização de aquisições.

No trabalho com problemas de níveis diferentes, discutimos novamente com os acadêmicos a *representação da situação de comunicação*, ou seja, qual a imagem que fazemos do destinatário/interlocutor do texto, a finalidade visada com nosso texto – convencer a comunidade sobre a urgência em discutir soluções para os problemas ambientais –, a questão da autoria – a escrita como aluno do curso de Engenharia Florestal – e o gênero a ser explorado, o artigo de opinião, que prevê um texto no qual o objetivo é o de convencer o outro de uma determinada idéia, influenciá-lo, transformar os seus valores por meio de um processo de argumentação a favor de uma determinada posição. Ressaltamos, nesse momento, que a autoria prevê responsabilidade, compromisso e conhecimento sobre o que se escreve.

Também tratamos da elaboração dos conteúdos, questionando os acadêmicos sobre duas situações: se eles possuem as informações necessárias para escrever ou se precisam buscá-las em outras fontes e, nesse caso, como podem buscar essas informações. Instigados pelo professor/pesquisador, os acadêmicos levantaram possibilidades para obter as informações, sugerindo a leitura de jornais e revistas, além da pesquisa *in loco* onde os problemas ambientais ocorrem. Outra possibilidade para ter maiores conhecimentos sobre os problemas ambientais, sugerida pelo professor/pesquisador, é a conversa ou entrevista com um especialista no assunto. Nesse sentido, articulamos um debate, que acontecerá na próxima aula, com uma professora da área ambiental (como segundo módulo da seqüência didática). Orientamos, então, a pensarem em perguntas a serem feitas no debate, vinculadas às suas situações problematizadoras.

E sobre o planejamento e a realização do texto, discutimos sobre a estrutura que o artigo de opinião deve conter, tendo em vista a finalidade que desejamos atingir e os destinatários visados pelo nosso texto, além de alguns meios de linguagem mais eficazes para escrever o texto: vocabulário apropriado (títulos e palavras acessíveis à compreensão do leitor), utilização de verbos no tempo presente (para presentificar as nossas idéias, situá-las

aqui e agora) e o cuidado com a unidade do texto, mantida através da coesão e da coerência nas idéias trabalhadas. Nessa atividade, utilizamos o levantamento feito pelo professor/pesquisador e pelos acadêmicos durante a análise lingüística, juntamente com as características sobre o gênero, levantadas na discussão ocorrida no segundo encontro – estas características estão relatadas na subseção 2.2.2 *A primeira produção: hora de escrever*.

Nesse momento, com a finalidade de capitalizar as aquisições, isto é, observar uma das questões relativas ao encaminhamento de decomposição e de trabalho sobre os problemas apresentados – conforme o procedimento seqüência didática –, solicitamos que os acadêmicos fizessem anotações na lista de constatações dos conhecimentos que eles adquiriram sobre o gênero artigo de opinião e sobre a norma padrão.

Em seguida, tratamos da organização da publicação, compondo equipes de trabalho: projeto gráfico e diagramação, digitação dos textos, custos/negociação e revisão. Salientamos que cada equipe é responsável pela sua área e do compromisso de estarmos trabalhando de forma integrada. Sentimos um envolvimento maior dos acadêmicos, com sugestões, motivação e disposição para que o nosso (do professor/pesquisador e dos acadêmicos) projeto coletivo de produção do artigo de opinião atingisse seus resultados.

Já no segundo módulo, desenvolvido no quinto encontro, realizamos o debate com a professora da Unoesc, Gerusa Panigalli, mestre em Ciências Biológicas (Zoologia). Nossa intenção foi a de fornecer mais subsídios aos acadêmicos sobre a problemática ambiental do Brasil – com destaque para a região Sul –, para facilitar a retomada do texto, em sua próxima versão. Previmos em torno de 150 minutos (três horas-aula) para a realização dessa atividade. Antes da chegada da professora, distribuimos as fichas de anotações para tomarem nota dos pontos discutidos.

O encontro ocorreu de forma descontraída e proveitosa. Após cumprimentarmos a professora, que agradeceu o convite formulado, ela sugeriu que utilizássemos um sistema bem

descontraído: iria expondo e, à medida que surgissem dúvidas, os acadêmicos podiam intervir.

Ao final dos trabalhos, agradecemos, em nome da turma, as informações prestadas e foi dada uma salva de palmas para a professora.

Em nossa avaliação, o encontro foi muito proveitoso. Dinâmica, a professora também demonstrou muito conhecimento sobre os temas abordados, utilizando transparências para apresentar dados estatísticos sobre os problemas ambientais. Além das informações que foram de fundamental importância para os acadêmicos, forneceu sugestões de leitura, nas quais eles poderiam encontrar mais subsídios para desenvolver seus textos de acordo com suas situações problematizadoras.

Aproveitamos o tempo restante para desenvolver um novo módulo (o terceiro), agora centrado nos meios de linguagem mais eficazes para escrever o artigo de opinião. Aqui, nosso objetivo foi o de trabalhar as dificuldades na escrita dos textos, através da análise de aspectos pontuais da gramática, efetuada sobre a primeira produção dos acadêmicos. Em outros termos, procuramos analisar o emprego da gramática (norma padrão) na produção do gênero artigo de opinião.

Diferente da atividade anterior, o módulo três não saiu a contento. Houve muita dispersão dos acadêmicos, devido, segundo depoimento deles próprios, ao fato de a gramática ser muito “abstrata” e “chata”; portanto, difícil de se r compreendida. Além disso, na noite desse mesmo dia, eles teriam aula e queriam descansar um pouco antes – até compreensível, pois o encontro da tarde finaliza às 17h55min, apenas um pouco mais de uma hora até a próxima jornada, de mais quatro horas-aula.

As questões que trabalhamos diziam respeito à acentuação (diferenças entre “influencia” e “influência”, entre outras), uso de aspas (para os casos de ironia/palavras estrangeiras/termos técnicos/realce), regras básicas de concordância verbal e nominal, crase, diminutivos, separação silábica, ortografia, pontuação (incluindo o trema), uso dos porquês,

repetição de palavras, uso pronominal (“êsta” x “está”, por exemplo) e usos verbais (regência verbal). Portanto, efetivamente pontuais, e não generalizações e definições abstratas (substantivo é isso... pronome é aquilo..., por exemplo) ou exercícios “fechados” (assinale a alternativa correta... siga o modelo..., por exemplo). Ou seja: promovemos mais uma explicação rápida, descomplicada, de como deveriam utilizar certas situações da gramática pela necessidade de manter/estabelecer a coerência do texto, sua compreensão por parte do interlocutor.

Porém, sentimos (o professor/pesquisador) dificuldades, pois não conseguimos nem a colaboração dos acadêmicos (havia muita dispersão e conversas paralelas), nem o interesse deles pelos aspectos estudados. Notamos que se fazia presente uma das dificuldades que o professor enfrenta em seu cotidiano: não são raras as vezes em que o professor de português, em sua lida diária, depara-se com o desinteresse dos alunos por conteúdos que envolvem a gramática, mesmo que ele procure variar as atividades, utilizando estratégias que fujam do tradicionalismo da “regra pela regra”.

Assim, nesse momento pelo menos duas questões nos preocupavam: como que isso vai refletir na continuidade da seqüência didática? Será que vai prejudicá-los na próxima versão do texto, por faltar um “suporte” gramatical mais consistente?

Para tentar amenizar nossa dúvida, disponibilizamos, na central de cópias da universidade, uma espécie de mini-apostila, que solicitamos fizessem cópia para estudo em casa. Além disso, sugerimos que, após a leitura desse material, poderíamos rever alguns tópicos, para esclarecer dúvidas específicas.

Como finalização desse encontro, propomos a escolha de um nome para a publicação. Para isso, pedimos que escrevessem, em um pedaço de papel, uma sugestão, que foi depositada em uma urna “improvisada”. Ao final, tínhamos 33 sugestões, algumas mais criativas e inusitadas, tais como “Jornal Verde”, “Cerne”, “Consciência Ambiental”, “Diário

Florestal”, “Informativo Vegetal”, “Jornal Capoeirão”, “O Mensageiro Ambiental”, “Jornal Preservado” e “Tribuna Florestal”. Após várias divergências sobre os nomes sugeridos, só chegamos a um consenso após a proposta, feita pelo professor-pesquisador, de que fizéssemos uma votação. Depois de apurados os resultados, o vencedor foi o nome “Engenharia Florestal em Opinião”. Ao final, lembramos que nosso próximo encontro será reservado à reescrita dos textos.

2.2.5 Os textos são reescritos

No sexto encontro, concentramos nossos esforços na reescrita dos textos, efetuada sobre a produção inicial dos artigos de opinião.

Logo no início da aula, fomos avisados de que um dos acadêmicos havia desistido do curso, por motivos pessoais. Ele havia participado de todas as etapas até agora desenvolvidas. A partir desse momento, então, prosseguiremos as aulas com 39 acadêmicos.

Antes do início da atividade de reescrita, orientamos os acadêmicos sobre alguns pontos fundamentais a serem observados: a importância desse trabalho e da colaboração de todos, concentrando-se na atividade; os cuidados que devem ter ao reescrever o texto, observando os apontamentos do professor e dos colegas, efetuados sobre a produção inicial; a possibilidade de utilizar as anotações feitas no debate com a professora Gerusa; a necessidade de fazer a atividade com calma; a revisão do título, procurando torná-lo “chamativo”, mas não “apelativo”; e que o trabalho deve ser escrito em rascunho e depois passado a limpo na folha de reescrita. Essas orientações foram passadas no quadro pelo professor/pesquisador. Logo a seguir, devolvemos aos acadêmicos a produção inicial e a lista de constatações das dificuldades encontradas na produção de textos do gênero em estudo. Com eles já estava a ficha de anotações do debate.

A reescrita, conforme já abordamos na seção *1.6 A SEQÜÊNCIA DIDÁTICA*, constitui um momento fundamental do processo de produzir um texto. Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) observam que o texto, entre a primeira produção e a produção final, é um objeto que pode ser retrabalhado, revisto, refeito. Com essa visão de provisoriedade ligada à escrita, procuramos promover um retorno ao texto, com uma nova versão, antes da produção final.

A atividade transcorreu em um ambiente de interação, pois tanto os acadêmicos/escritores quanto o professor/pesquisador sugeriram outras modificações nos textos, seus e dos colegas – além daquelas que estavam contempladas na lista de constatações –, com vistas a torná-lo mais “profundo” e coerente. Além disso, foi possível o uso de dicionários e gramáticas, algo previsto no procedimento seqüência didática.

Como ocorre na maioria dos trabalhos de produção textual, alguns terminaram mais cedo. Então, pedimos que eles auxiliassem seus colegas com mais dificuldades. Em um primeiro momento, até que essa estratégia surtiu efeito, mas, depois de algum tempo, os monitores relaxavam e perdiam a concentração. Mesmo assim, acreditamos que contribuíram um pouco com seus colegas.

Consideramos que a reescrita foi uma etapa bastante produtiva, mas também cansativa: muitos acadêmicos solicitaram auxílio constante do professor/pesquisador. Em vários casos, as dúvidas eram puramente de ordem gramatical. Isso significa, por um lado, que eles sabiam o “que escrever”, tendo insegurança no “como escrever”, provavelmente pelo medo da avaliação crítica aos seus textos por parte dos seus interlocutores reais, afinal os seus escritos seriam publicados e teriam uma ampla circulação. Por outro lado, revela que as atividades até o momento desenvolvidas – apresentação da situação, produção inicial e, principalmente, os módulos – haviam tido resultados positivos.

Ao final da atividade, pedimos a todos para entregarem os quatro diferentes textos produzidos até o momento: a folha de produção inicial, a lista de constatações, a ficha de

anotações do debate e a folha de reescrita. Essa atividade ocupou praticamente todo o encontro. Nos poucos minutos que ainda restavam, solicitamos que seis acadêmicos escrevessem, em uma lista de constatações, suas reflexões sobre as atividades de escrita, análise lingüística e reescrita, procurando destacar: o que aprendem com isso; quais as maiores dificuldades que possuem nessas “etapas”; o que precisam cuidar ao escrever/analisar/reescrever seus textos; como podem melhorar continuamente o texto, entre outras questões importantes. Os acadêmicos destacaram os seguintes pontos: o trabalho foi um aprendizado e uma tentativa de melhorar a escrita; por meio das informações abordadas, é possível criar um texto melhor em relação ao texto inicial; a importância e a necessidade da escrita no cotidiano, pois sem ela a comunicação seria difícil; deve-se ter um ponto de vista crítico e estar informado sobre o assunto a ser abordado; ter uma boa escrita é essencial para o futuro profissional (“uma pessoa culta, que sabe abordar suas idéias, geralmente é respeitada em seu cotidiano”); a importância da reescrita (“um bom texto deve ser sempre escrito mais de uma vez”) e da leitura (“está clar o que para se produzir um bom ‘escrito’, necessitamos de conhecimentos prévios sobre os assuntos a serem tratados, e só os conseguiremos lendo”); entre outros.

Finalizando o encontro, realizamos uma reunião com os envolvidos diretos com a publicação, para verificar como estavam sendo agilizadas as questões referentes aos contatos com as gráficas (orçamentos), o projeto gráfico/diagramação e os patrocínios. Ficamos satisfeitos com o andamento dessas questões, afinal já havia sido acertado com a gráfica; tínhamos um projeto gráfico definido e quem seriam os patrocinadores, inclusive em relação à forma como participariam financeiramente do projeto. Era importante verificar o andamento desses itens, pois, já no próximo encontro, trabalharemos com a produção final e, conseqüentemente, com a preparação dos textos para publicação.

2.2.6 A produção final

A produção final realizou-se no sétimo encontro. Chegávamos quase ao final da seqüência, pois, em virtude da necessidade de preparar os textos para publicação – digitá-los, diagramá-los e salvá-los em CD, a fim de que pudessem ser encaminhados à gráfica para impressão –, nesse dia faríamos uma última retomada do artigo de opinião.

Dividimos o encontro em duas partes: retomada da reescrita e digitação dos textos.

Na primeira parte, realizada em sala de aula, os acadêmicos receberam a folha com a reescrita e foram orientados a trabalhar novamente sobre o texto, fazendo as modificações (acréscimos ou supressões) que fossem necessárias. Pedimos que trabalhassem novamente em um rascunho, a ser passado a limpo, na seqüência, em uma folha de produção final. Ao término desse trabalho, explicamos, tínhamos a versão final (produção final, na terminologia da seqüência didática) pronta para ser digitada.

Diante de uma pequena resistência de alguns frente à nova versão, explicamos que havia necessidade tendo em vista que – como orienta o procedimento seqüência didática – é na produção final que podemos “investir as aprendizagens”, ou seja, refletir sobre o que já escrevemos e o que ainda nos resta a fazer (escrever) em nossos textos. Após essas reflexões, notamos que alguns acadêmicos entenderam a importância da retomada do texto, passando a refletir sobre o que escreveram e promovendo novas mudanças no texto. Já outros não perceberam a importância desse trabalho, não viram necessidade de mudança em seu texto, praticamente não alterando nada – mesmo que o texto efetivamente precisasse de modificações. Voltaremos a essa questão, analisando suas conseqüências, na seção 2.3 *ANÁLISE DOS TEXTOS: ARTIGO DE OPINIÃO*.

E na segunda parte, realizada em um dos laboratórios de informática da universidade, os acadêmicos digitaram a produção final. Antes de iniciar o trabalho, passamos algumas

orientações: a atividade deve ser em duplas – enquanto um lê, o outro digita; após a digitação do texto, ele deve ser salvo em disquete; é importante a concentração; devem digitar os textos com calma; no caso de dúvidas, solicitar a intervenção do professor; quem termina antes, auxilia os colegas; não devem utilizar o corretor de ortografia e gramática do *word* (observamos que suas sugestões nem sempre são condizentes com aquilo que queremos dizer em nosso texto). Além disso, também sugerimos uma “forma composicional” para os textos: destacar o título, com uma fonte maior, e colocá-lo centralizado, em maiúsculas e em negrito; colocar à direita o nome completo do autor, em fonte menor e apenas com as letras iniciais em maiúsculas; e abrir parágrafos no texto (formatados com alinhamento justificado). Essas observações visavam a facilitar, na seqüência, o trabalho de diagramação.

Durante a atividade de digitação, dois imprevistos surgiram: nem todos tinham facilidade para digitar (alguns acadêmicos não sabiam como “trabalhar” com o programa *word*, aliado à falta de prática em digitação) e houve frequentes quedas de energia que desligaram os computadores várias vezes (chovia forte no momento, inclusive com queda de raios). Apesar disso, verificamos que o trabalho fluiu, sendo produtivo e promovendo a interação – aqueles que terminavam seu trabalho antes, auxiliaram os colegas que tinham dificuldades. Procuramos, porém, intervir o mínimo possível no trabalho, para não desconcentrar os acadêmicos.

Enquanto as duplas digitavam, dois acadêmicos com mais experiência em informática fizeram os últimos ajustes no projeto gráfico da publicação, criando editorias específicas, conforme os temas das situações problematizadoras, para receber os textos: Água Potável/Poluição dos Rios, Florestas, Natureza/Flora, Queimadas, Meio Ambiente, Poluição Ambiental, Engenheiro Florestal. E conforme as duplas finalizavam a digitação, passavam o disquete para esses acadêmicos, que dispunham os textos nas respectivas páginas, diagramando a nossa publicação. Uma nova situação surgiu nesse momento: para que todos

os 39 textos pudessem ser publicados (havíamos acordado isso com os acadêmicos), juntamente com as informações necessárias em uma publicação – espaço destacado para a sua identificação, texto de apresentação, fotos (a pedido dos acadêmicos), expediente, espaços publicitários – houve a necessidade de adequá-los ao espaço físico disponível em cada página/editorial. Assim, nessa etapa, os diagramadores precisaram promover ajustes em alguns textos (pequenos “cortes” ou acréscimos), após consulta e autorização dos autores e com sugestões/orientações do professor/pesquisador. Isso gerou, em alguns casos, pequenas e quase imperceptíveis diferenças entre o texto original (o da produção final) e o texto diagramado.

Conforme prevíamos, o tempo de aula não foi o suficiente para concluir toda a diagramação. Assim, combinamos com um dos diagramadores que efetuaríamos a finalização do trabalho naquele final de semana. Dessa forma, na segunda etapa da diagramação, os textos restantes foram diagramados, fazendo-se os ajustes, quando necessário, para adequá-los ao espaço das páginas. Além disso, incluímos pequenas frases (com “alertas ambientais”) para preencher os espaços vazios de algumas páginas e procedemos a uma revisão geral dos textos, preocupados, nesse momento, com aspectos gramaticais. Esse trabalho, denominado de “revisão fina” dentro dos princípios da seqüência didática, é importante, principalmente levando-se em consideração que os textos serão lidos por muitas pessoas. Essa revisão final também é um procedimento convencional em uma empresa jornalística e envolve, geralmente, poucas pessoas, pois é impossível, no curto espaço de tempo entre a finalização da diagramação e a impressão, estar, juntamente com os seus respectivos autores, revisando texto por texto. Assim, o professor/pesquisador foi delegado pelos acadêmicos a realizar essa tarefa.

Finalizada a diagramação, encaminhamos, no início da semana seguinte, o arquivo para a gráfica. A partir daí, para concluir a seqüência didática, ficou pendente o trabalho de reflexão sobre a escrita do artigo de opinião, previsto para ocorrer no encontro seguinte.

2.2.7 Reflexões sobre a produção do artigo de opinião

Como uma das últimas etapas da seqüência didática, no oitavo encontro realizamos a avaliação dos trabalhos, através da produção de um novo texto refletindo sobre a experiência de escrever o artigo de opinião. Esse texto serviu também como instrumento para a avaliação final (G 2 – segunda média semestral) da disciplina, dentro das exigências da Unoesc. Da mesma forma que nas produções anteriores, pedimos aos acadêmicos para primeiro escreverem um rascunho, que depois seria passado a limpo em uma lista de constatações.

Orientamos para que nesse texto os acadêmicos escrevessem sobre o que foi positivo, o que não foi, as dificuldades encontradas, o que foi aprendido, a importância do trabalho de produção do artigo de opinião, o alcance de suas expectativas em relação à disciplina e outros pontos relevantes.

Não tivemos dificuldade para que os acadêmicos escrevessem esse texto, por dois motivos. O primeiro, é que se sentiram “motivados” para escrever, em virtude de se tratar de uma nota (a segunda semestral) – sem dúvida que a nota, em muitos casos do cotidiano escolar, age como “combustível” para a produção de um texto, não que concordemos com isso. E o segundo, por se tratar de um texto mais descontraído, uma avaliação da seqüência como um todo, e não somente um teste avaliando os conteúdos trabalhados. Repetindo-se o que já acontecera em outras produções, novamente o professor/pesquisador foi bastante solicitado pelos acadêmicos.

Um acadêmico, por sentir-se mal nesse dia, realizou sua avaliação no encontro seguinte.

Além desse texto, havíamos programado para nessa aula fazer o lançamento do “Engenharia Florestal em Opinião”, combinando também o esquema de divulgação e distribuição da publicação. Porém, como houve problemas na gráfica, que não conseguiu

terminar a impressão a tempo, precisamos adiar essas atividades para a aula seguinte. Os acadêmicos, ao receberem a notícia de que a publicação não estava pronta, ficaram um pouco frustrados. Mas a frustração, conforme nossas previsões, seria compensada no próximo encontro.

2.2.8 O ‘Engenharia Florestal em Opinião’

Grandes eram as expectativas neste último encontro, em razão de que, nesse dia, faríamos o lançamento da publicação. Logo cedo, o professor/pesquisador foi à gráfica buscar o material.

Em sala de aula, já com os vários pacotes ainda fechados, os acadêmicos aguardavam ansiosos para ver o resultado de seu trabalho. Quando cada um recebeu seus três exemplares, vimos, em cada face, a satisfação do “dever cumprido” e sentimos, juntos, o orgulho de ver o texto publicado.

Para o lançamento da publicação, não preparamos um evento especial. Por ser final de semestre, momento em que os professores estão finalizando aulas, preparando e aplicando provas, preenchendo diários, consideramos difícil mobilizar suas participações. Assim, apenas preparamos uma fala simples e tiramos algumas fotos. Em breves palavras, elogiamos o empenho e a dedicação dos acadêmicos. Afirmamos também o sentimento de orgulho pela publicação e que, sem dúvida alguma, eles, a partir deste momento, eram verdadeiros autores.

Na seqüência, conforme planejado, esquematizamos a distribuição dirigida e a divulgação do ‘Engenharia Florestal em Opinião’. Nesse momento, sentimos um envolvimento espontâneo e o interesse dos acadêmicos, que ajudaram a definir quais os locais mais indicados para receber a publicação (bibliotecas das escolas e das faculdades/universidades, secretarias de desenvolvimento regional, prefeituras, órgãos de

defesa do meio ambiente, cooperativas agropecuárias e de crédito, instituições bancárias, clubes de serviço) e os canais de imprensa que poderiam estar divulgando nosso trabalho (empresas jornalísticas, emissoras de rádio e de televisão). No caso da divulgação, sugerimos que os acadêmicos conseguissem um espaço nos veículos para falar sobre a publicação.

No final, praticamente todos os acadêmicos estavam mobilizados para a distribuição de 250 exemplares, que atingiriam os 11 municípios de suas residências e mais três outros municípios próximos. Além disso, o professor/pesquisador ficou responsável pela entrega de mais 50 exemplares, entre a biblioteca da universidade, professores do curso, coordenadores de curso e dirigentes da instituição, ficando ainda com mais 43 exemplares de reserva técnica, isto é, para outras necessidades de distribuição. Por fim, reservamos 40 exemplares para os patrocinadores (cinco cada um). Com isso, no final das contas, incluindo os três exemplares que cada acadêmico recebeu, foram distribuídos os 500 exemplares da publicação.

Podemos afirmar que a publicação superou algumas expectativas do professor/pesquisador e também dos acadêmicos envolvidos. Sem dúvida, a principal delas foi em relação ao projeto gráfico, que se mostrou, no papel impresso, ser de alta qualidade, bem superior ao que inicialmente projetamos. Outro ponto foi com respeito ao número de exemplares impressos: nossa meta era de 250, mas, graças ao esforço e ousadia dos acadêmicos, a tiragem alcançou 500 exemplares.

Como última atividade da seqüência didática e das aulas, atendemos individualmente cada acadêmico, comentando o texto produzido sobre a reflexão da experiência de escrever o artigo de opinião e repassamos as médias finais, critério necessário estabelecido pela Instituição.

Na próxima seção, realizaremos a análise dos textos produzidos durante a seqüência didática. De início, será apresentada a metodologia utilizada para efetuar a análise.

2.3 ANÁLISE DOS TEXTOS: ARTIGO DE OPINIÃO

A análise/avaliação de um texto escolar, notadamente em disciplinas da área de língua portuguesa, pauta-se, na maior parte das vezes, em critérios previamente definidos. Geralmente, uma das maiores preocupações do professor, nesse momento, recai sobre os aspectos gramaticais, ou seja, acredita-se que um texto bem escrito é aquele que observa a norma padrão: acentuação, pontuação, concordância verbal e nominal, regência verbal e nominal, entre outras situações.

Ao planejarmos um trabalho sob a concepção de gênero discursivo, na perspectiva metodológica de seqüência didática, a avaliação não utiliza critérios tradicionais. Assim, precisamos mudar o foco da análise: não ficar mais atentos somente à “forma como o aluno diz”, mas voltar nosso olhar e preocupação para “o que ele diz” e o “como é dito”.

Nesse sentido, nos princípios do procedimento seqüência didática, precisamos ter uma percepção diferente em relação à produção textual. Em outras palavras, precisamos conceber e desenvolver uma avaliação que realmente valorize o aluno como sujeito-escritor, reconhecendo que o seu texto faz parte de um processo e, por isso mesmo, não pode estar finalizado em uma única versão (DOLZ, NOVERRAZ e SCHNEUWLY, 2004).

Na análise dos textos, de acordo com o objetivo proposto durante a seqüência didática, ou seja, verificar a presença, nos textos produzidos em situação escolar pelos acadêmicos do curso de Engenharia Florestal, dos traços constitutivos do artigo de opinião – tema, forma composicional e estilo –, a análise se realiza à luz da concepção bakhtiniana de gênero discursivo, em correlação com as características específicas do gênero, objeto de estudo. Em consequência disso, também verificamos como ocorre o processo de escrita do gênero discursivo artigo de opinião no contexto da pesquisa.

Inicialmente, observamos que durante as aulas da seqüência didática, em suas diversas

etapas, os acadêmicos produziram, em média, seis textos cada um: 1) uma produção inicial, 2) uma lista de constatações (com as dificuldades encontradas na produção de textos do gênero e possibilidades de sanar estas dificuldades), 3) uma ficha de anotações dos pontos discutidos no debate com a professora da área ambiental, 4) uma reescrita (da produção inicial), 5) uma produção final e 6) uma lista de constatações (refletindo sobre a experiência de escrever o artigo de opinião).

Assim, em virtude da grande quantidade de textos produzidos durante a seqüência – um total de 234 diferentes textos –, necessitamos proceder a uma delimitação. Nesse sentido, fizemos a opção pela análise dos textos produzidos por três acadêmicos, nas três etapas da seqüência didática que envolvem efetivamente a escrita: produção inicial, reescrita e produção final. A escolha dos três acadêmicos, entretanto, foi aleatória.

Para as análises levamos em consideração situações relacionadas às dimensões constitutivas do gênero em estudo: tema, forma composicional e estilo.

Em relação ao tema, observamos que o professor/pesquisador direcionou-o, através da definição de situações problematizadoras para a produção dos textos, pois o objetivo foi o de manter a unidade temática dos textos, tendo em vista sua posterior publicação e divulgação em um suporte único – o “Engenharia Florestal em Opinião” –, contendo todos os textos da produção final, de todos os acadêmicos participantes da pesquisa. Assim, essas situações problematizadoras, descritas na subseção 2.1.3 *O planejamento da seqüência didática*, abordam diversos temas ambientais: água potável, florestas, poluição dos rios, natureza, queimadas, flora, meio ambiente, poluição ambiental e papel do Engenheiro Florestal, sendo ordenadas em letras (“à” a “j”) que foram distribuídas para os acadêmicos – tendo sido selecionadas dez situações problematizadoras, cada quatro acadêmicos produziram seus textos sobre uma mesma situação, porém individualmente. Com isso, procuramos focar a escrita dos textos dos acadêmicos para uma temática que diz respeito diretamente a sua área de atuação:

os problemas ambientais. Em vista disso, nos textos analisados, não estaremos analisando especificamente a questão do tema.

Com referência às duas outras dimensões constitutivas do artigo de opinião – a forma composicional e o estilo – estaremos nos baseando nas características levantadas com os acadêmicos no segundo encontro, já referenciadas na página 82. Isso porque houve a participação dos acadêmicos nessa caracterização, o que procuramos valorizar também no momento de avaliar os textos produzidos por eles. Além disso, nossa intenção não foi, como já ressaltamos anteriormente, estar trabalhando com definições fechadas ou com caracterizações formais e abstratas. Não significa, porém, que tenha havido uma caracterização subjetiva: baseamo-nos nos estudos de pesquisadores da área do jornalismo – Beltrão (1980), Melo (1994) e Vivaldi (1998) – e em Rodrigues (2001 a), referenciados na seção *1.3 O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO: ASPECTOS TEÓRICOS*. Em Rodrigues, particularmente, encontramos “projeções estilístico-composicionais”, abordando a forma composicional e o estilo do artigo de opinião. Dessa maneira, no que é possível no contexto de nossa pesquisa, seguimos aspectos da metodologia de análise utilizada pela autora, analisando essas duas características, sem diferenciar especificamente o que seja forma composicional e o que seja estilo. Reafirmamos, com isso, um dos objetivos da pesquisa, que é o de verificar a presença, nos textos produzidos em situação escolar pelos acadêmicos do curso de Engenharia Florestal, dos traços constitutivos do artigo de opinião, e não o de fazer uma distinção do que corresponde a cada traço específico deste gênero.

Destacamos, também, que a análise está focada no todo do enunciado, e não apenas em partes isoladas do texto, nas três versões que foram analisadas. Acreditamos que, com base nesses critérios, podemos também verificar o progresso que houve no espaço entre a produção inicial e a produção final, conforme apresenta o procedimento seqüência didática.

Finalmente, assinalamos que a análise mais específica dos textos incide sobre a produção final, isso porque, conforme orientam Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), é sobre esta produção que o professor deve efetivamente avaliar se os objetivos da seqüência didática foram alcançados, ou seja, se os alunos atingiram o domínio do gênero trabalhado.

A fim de preservar os nomes dos autores, estaremos identificando-os como acadêmicos 1, 2 e 3. Observamos que cada recorte ou texto mostrado na íntegra está com suas linhas numeradas, a fim de situar o trabalho de análise. Além disso, não efetuamos correções dos problemas gramaticais, mantendo-os como manifestados nos textos originais. O percurso das análises inicia com o acadêmico 1, através da sua produção inicial – avaliada pelo professor/pesquisador e por um colega-leitor –, prosseguindo com a análise da reescrita e depois da produção final. Após isso, seguimos a mesma trajetória com os textos produzidos pelos acadêmicos 2 e 3.

Iniciando, apresentamos, a seguir, a análise do texto da produção inicial do acadêmico 1, avaliada pelo professor/pesquisador.

2.3.1 Acadêmico 1

2.3.1.1 Produção inicial: avaliação do professor/pesquisador

O acadêmico 1 teve como situação problematizadora o tema: j) Qual o papel do Engenheiro Florestal diante dos problemas ambientais? Em sua produção inicial (Anexo 06), com o título “Impacto Florestal”, o autor desenvolveu um texto sucinto, transcrito abaixo:

1 Atualmente no Brasil, a conscientização por parte da
2 população em geral, vem crescendo no sentido de preservar o que
3 nos resta. Sabemos que em décadas anteriores a natureza, como um
4 todo, sofreu uma grande perda de suas riquezas. O desmatamento
5 desenfreado por parte de madeiros e pecuaristas, causou um grande

6 impacto florestal, sem contar com a poluição das águas por
 7 agrotóxicos.
 8 Diante de tal situação, nossos governantes preocupados com
 9 o futuro de nossas riquezas ambientais, criaram políticas e órgãos
 10 ambientais que viessem a fiscalizar e coibir a degradação de nosso
 11 ecossistema.
 12 Portanto o papel do Engenheiro Florestal, diante de tais
 13 problemas, é de empregar projetos ambientais que venham a
 14 incentivar a recuperação de nossa natureza. Com projetos que vão
 15 desde o reflorestamento até o manejo sustentável. (ACADÊMICO 1:
 PRODUÇÃO INICIAL)

O texto traz características do artigo de opinião, tais como a descrição e a análise de uma determinada situação: *o impacto causado pelo desmatamento* (linhas 4 a 6); tenta apontar soluções para o problema apresentado: *projetos ambientais, desde o reflorestamento até o manejo sustentável* (linhas 14 e 15); utiliza a 1ª. pessoa gramatical, *nós*, mantendo interação com o leitor: *Sabemos..., nossos governantes..., nossas riquezas..., nosso ecossistema..., nossa natureza...* (linhas 3, 8, 9, 10 e 11, e 14); o texto está organizado em parágrafos, com introdução, desenvolvimento e conclusão “bem marcados” (um parágrafo para cada item).

Por outro lado, apresenta características mais informativas do que propriamente argumentativas. Em nosso parecer – colocado no final do texto do acadêmico –, apontamos que o texto necessita de uma reavaliação em alguns pontos a serem observados na etapa de reescrita: focar a argumentação no tema (papel do Engenheiro Florestal); argumentar sobre os problemas ambientais colocados; ampliar o texto, procurando relacionar a questão “existência do profissional x necessidade/possibilidades de solução para os problemas ambientais”.

Nossas considerações, nesse momento, tiveram por objetivo propor uma reflexão sobre pontos “frágeis” que a produção inicial apresentava. Em vista disso, não nos detemos em problemas gramaticais (como a ortografia de *madereiros* – linha 5 –, por exemplo) ou outros de ordem estrutural. Pensamos, como observam Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), que essa primeira produção corresponde a uma primeira tentativa de escrita do artigo de opinião. Sendo assim, a produção inicial foi um momento de revelação do que o acadêmico já

dispunha em termos de conhecimento/capacidade para escrever seu texto e do que ele ainda necessita alcançar nas demais etapas – a reescrita do texto e a produção final –, concebidas justamente para permitir um avanço no texto. Relembramos o que dizem os autores que é sobre a produção inicial “[...] que se definem o ponto preciso em que o professor pode intervir melhor e o caminho que o aluno tem ainda a percorrer: para nós, essa é a essência da avaliação formativa.” (p.101).

Na seqüência, vejamos como foi a avaliação do colega-leitor com respeito à produção inicial do acadêmico 1.

2.3.1.2 Produção inicial: avaliação de um colega-leitor

A avaliação do texto por um colega está concebida no procedimento seqüência didática com a idéia de que a intervenção de um outro, que não o professor, pode sugerir novas possibilidades para a continuidade do texto, em sua etapa de reescrita. Em outros termos, considera-se que essa colaboração pode auxiliar a superar dificuldades (a partir do momento em que o colega faz sugestões viáveis), possibilitando melhorias no texto.

E isso de fato ocorreu, na medida em que a análise feita pelo colega (lista de constatações – Anexo 07) também sugere modificações para o texto, com destaque para um desdobramento do primeiro parágrafo que, em sua opinião, ficou muito extenso e a troca da palavra *pecuaristas* (linha 5) por “agricultor” (ele justificou pelo fato de que “pecuarista não trabalha com agrotóxico, e sim o agricultor”). Além disso, observa que houve a repetição da palavra *ambientais* no segundo parágrafo (linhas 9 e 10), propondo a troca, no primeiro caso, por “naturais”. E sugere acrescentar mais idéias, no parágrafo final, para concluir sobre o papel do Engenheiro Florestal.

Mesmo sendo uma análise centrada em poucos aspectos, podemos considerar que o colega compreendeu o que se esperava dele nesta atividade. Não podemos exigir mais de sua análise, em virtude de que não tem uma preparação específica para fazer um trabalho mais profundo.

Passemos à avaliação da reescrita do texto.

2.3.1.3 Reescrita

Na segunda versão do texto do acadêmico 1 – a reescrita (Anexo 08) –, percebemos melhorias em relação ao texto da produção inicial, não somente em termos de estrutura (o novo texto passou a ter 30 linhas), como também em conteúdo. Assim, seguindo as observações feitas pelo professor/pesquisador e pelo colega-leitor, o acadêmico 1 efetuou modificações no texto original, ampliando os argumentos, que agora mostram mais consistência, como podemos verificar no quarto parágrafo, que não existia na versão anterior:

1 Algumas possibilidades como fiscalização por satélite,
 2 fiscalização in loco, aplicações de multas, exigindo a recuperação da
 3 área degradada, e uma das mais importantes, a denúncia da própria
 4 comunidade atingida. Só assim iremos nos educar para a preservação
 5 de nosso ecossistema. (ACADÊMICO 1: REESCRITA)

A sugestão de possibilidades para ações visando à preservação, presentes na reescrita, demonstra que o acadêmico sentiu a necessidade de reforçar a argumentação no seu artigo. Além disso, ele continua propondo a interação com o interlocutor, estratégia obtida com o uso da 1ª. pessoa do plural: *iremos nos educar...* (linha 4), uma característica mostrada por Rodrigues (2001 a, p.217) como marcando a relação do autor com o leitor (eu + tu) que “[...] cumpre o efeito de colocar o leitor no papel de um aliado da perspectiva do articulista.”

Os argumentos também se mostram mais desenvolvidos na nova conclusão do texto:

1 Portanto o papel do Engenheiro Florestal, diante de tais
2 problemas, é amplo. Empregando projetos ambientais que venham a
3 incentivar a recuperação e a manutenção de nossa natureza.
4 Fiscalizando, conscientizando e auxiliando a comunidade, tanto da
5 cidade como do interior. Com projetos que vão desde o
6 reflorestamento até o manejo sustentável. (ACADÊMICO 1:
 REESCRITA)

Nela, percebemos a preocupação do autor em clarear as funções (o papel) do Engenheiro Florestal, pouco trabalhadas na conclusão do texto da produção inicial.

Sem dúvida que o avanço ocorrido no novo texto é reflexo da interação proporcionada pela seqüência didática, através das intervenções realizadas pelo professor/pesquisador e pelo colega-leitor na produção inicial, e das novas informações obtidas no debate realizado com a professora Gerusa, no momento do segundo módulo. Podemos verificar, conseqüentemente, que a ativa compreensão responsiva proposta por Bakhtin (2003) torna-se presente no momento da reescrita do texto, quando mediada pelas intervenções do (s) outro (s): “Já dissemos que esses outros, para os quais o meu pensamento pela primeira vez torna um pensamento real (e deste modo também para mim mesmo), não são ouvintes passivos mas participantes ativos da comunicação discursiva.” (BAKHTIN, 2003, p.301).

Além disso, agora dentro dos princípios da seqüência didática, observamos que a reescrita possibilitou a melhoria do texto e também se configura como “[...] um objetivo essencial do ensino da escrita”, conforme assinalam Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004, p.112).

Após isso, podemos verificar como ficou a produção final do acadêmico 1.

2.3.1.4 Produção final

Na produção final (Anexo 09), o novo trabalho de reflexão realizado pelo autor, com vistas à publicação do seu artigo, resultou em modificações positivas em relação ao texto da reescrita e, conseqüentemente, da produção inicial. Esse texto, com o novo título ‘Impacto Ambiental’, transcrevem os na íntegra para que sejam melhor percebidas as alterações:

1 Atualmente, no Brasil, a conscientização por parte da
2 população em geral vem crescendo no sentido de preservar o que nos
3 resta.
4 Sabemos também que em décadas anteriores a natureza,
5 como um todo, sofreu uma grande perda de suas riquezas, causando
6 um grande desequilíbrio ecológico. As causas são variadas. Uma
7 delas foi a agricultura itinerante, que transformou as matas em
8 glebas agrícolas, plantações e pastos.
9 Diante de tal situação, nossos governantes, preocupados
10 com o futuro de nossas riquezas naturais, criaram políticas e órgãos
11 ambientais para fiscalizar e coibir a degradação de nosso
12 ecossistema.
13 Algumas possibilidades, tais como a fiscalização por
14 satélite, a fiscalização in loco, as aplicações de multas, exigindo a
15 recuperação da área degradada, são visíveis e atingem seu objetivo.
16 Mas, talvez, uma das mais importantes, a denúncia da própria
17 comunidade atingida, poderia ser intensificada. Só assim,
18 efetivamente, iremos nos educar para a preservação do ecossistema.
19 Portanto, o papel do Engenheiro Florestal, diante de tais
20 problemas, é amplo. Uma das funções mais importantes que
21 competem a esse profissional: empregar projetos ambientais que
22 venham incentivar a recuperação e a manutenção de nossa natureza.
23 Além disso, atuar fiscalizando, conscientizando e auxiliando a
24 comunidade, tanto da cidade como do interior.
25 Com projetos que vão desde o reflorestamento até o manejo
26 sustentável, é possível, senão recuperar, pelo menos manter o que
27 ainda nos resta. (ACADÊMICO 1: PRODUÇÃO FINAL)

Analisando as modificações, verificamos que o autor substituiu a expressão *as agriculturas itinerantes* (utilizada na reescrita) por *a agricultura itinerante* (segundo parágrafo, linha 7), considerando a objetividade do texto. Com isso, foi necessário adaptar o parágrafo seguinte, modificando *situações* por *situação* (linha 9).

O quarto parágrafo foi novamente modificado. Analisando esse parágrafo, percebemos que o autor procura exemplificar as possibilidades iniciando com um elemento coesivo (*tais* – linha 13) e divide o parágrafo em três partes: início – *as possibilidades* (linhas 13 a 15), desenvolvimento – *a importância de intensificar a denúncia por parte da comunidade* (linhas 16 e 17) e conclusão – *só com ações é que a educação para a preservação acontece* (linhas 17 e 18). O operador argumentativo *mas* (linha 16) utilizado aqui se constitui, segundo Rodrigues (2001 a), como uma reação-resposta à projeção de um enunciado pré-figurado do interlocutor, como se ele fosse contestar que as possibilidades sugeridas pelo autor não fossem o suficiente. No final desse parágrafo, o uso de *efetivamente* (linha 18), um indicador modal, também procura antecipar possíveis contestações do leitor (RODRIGUES, 2001 a), trabalhando a favor da argumentação, já que dá um caráter de certeza naquilo que se está afirmando.

No último parágrafo da produção final, o acadêmico 1 consegue mostrar qual o papel do Engenheiro Florestal (situação problematizadora de seu artigo), com novas modificações efetuadas no texto. O desdobramento do parágrafo final da reescrita também contribui para que isso ocorra (como podemos observar nas linhas 25 a 27).

Agora, com as alterações finais do autor, percebemos que o artigo consegue atingir seus objetivos: expor claramente as funções (papel) do Engenheiro Florestal e mostrar ao leitor/interlocutor que “é possível” salvar a natureza ou “o que ainda nos resta” dela, como podemos verificar no texto que materializa a produção final. Em vista disso, o acadêmico 1 escreveu um artigo de opinião conforme as características esperadas para esse gênero, relativas ao tema, forma composicional e estilo.

Na seqüência, vamos apresentar a análise da produção inicial do acadêmico 2, efetuada pelo professor/pesquisador.

2.3.2 Acadêmico 2

2.3.2.1 Produção inicial: avaliação do professor/pesquisador

O acadêmico 2 abordou a situação problematizadora sob o tema: a) Por que devemos nos preocupar em preservar as fontes ainda existentes de água potável? A produção inicial (Anexo 10) apresentou o título “Água potável e poluição”. Vejamos como ficou o texto:

1 O Brasil é um dos países com a maior quantidade de água
 2 doce do planeta. Mas assim como muitos países, a quantidade de
 3 água potável é muito pequena, pois, os rios estão sendo poluídos de
 4 diversas formas.
 5 Um exemplo disso esta no fato de nosso país não ter um
 6 sistema de esgoto completo, pois, muitas vezes os dejetos vão parar
 7 nos córregos e por consequência, nos rios.
 8 Outros fatos que envolvem a poluição das águas, também
 9 podem ser observados na agricultura, com a aplicação de defensivos
 10 agrícolas ou até mesmo na criação de animais (avicultura e
 11 suinocultura), muito presentes em nossa região.
 12 Adotando um sistema de saneamento básico eficiente e
 13 principalmente cuidando das fontes de água potável que ainda
 14 existem, poderemos iniciar um trabalho de limpeza dos cursos
 15 d'água.
 16 Se a preservação das fontes de água potável ser levada a
 17 sério, em pouco tempo a diferença poderá ser notada em diversos
 18 aspectos, onde um dos mais importantes é o aspecto da saúde.
 19 Atualmente as águas contaminadas causam muitas doenças
 20 as populações, principalmente à crianças. Mas não adianta apenas
 21 sua conscientização caro leitor, devemos estar cientes sim, mas além
 22 disso, devemos agir.
 23 Cuide dos mananciais de água potável ainda existentes, pois
 24 eles são poucos em relação as pessoas e se cada ser humano fizer sua
 25 parte na recuperação e preservação dos cursos d'água, teremos água
 26 potável por muito tempo. (ACADÊMICO 2: PRODUÇÃO
 INICIAL)

Verificamos que estão presentes, no texto do acadêmico 2, características do artigo de opinião, com destaque para descrição e análise de uma determinada situação (a água potável, tema de sua produção); tentativa de apontar solução para o problema apresentado: *sistema de saneamento básico* (linha 12); utilização da primeira pessoa gramatical do plural, procurando

interagir com o leitor: *nosso país...*, *nossa região...*, *poderemos iniciar...*, *devemos estar...*, *devemos agir...*, *teremos água...* (linhas 5, 11, 14, 21, 22 e 25); uso de uma linguagem direcionada ao interlocutor, principalmente com o verbo no imperativo: *Cuide...* (linha 23); e organização do texto em parágrafos (sete).

Talvez por ser um texto de maior extensão, aumenta a possibilidade de problemas relativos à sintaxe, notadamente na questão de falta de variedade na construção das frases (DOLZ, NOVERRAZ e SCHNEUWLY, 2004): os dois primeiros parágrafos repetem o elemento coesivo *pois* (linhas 3 e 6), sendo o segundo uso indevido. Em nossas anotações, sugerimos que, na reescrita, fosse alterado o uso do segundo *pois* para *assim*, já que o enunciado tem a característica de ser conclusivo, e não explicativo: “Um exemplo disso está no fato de nosso país não ter um sistema de esgoto completo, *assim* (*pois*), muitas vezes os dejetos vão parar nos córregos e, por consequência, nos rios.” Outro aspecto que destacamos foi a necessidade de junção do sexto com o quinto parágrafo, tendo em vista que aquele complementa as idéias deste. Além disso, propomos que o autor se incluísse no chamamento que fazia ao utilizar a expressão *caro leitor* (linha 21). Por fim, mostramos a necessidade de ampliar a conclusão, com possíveis soluções para o problema apresentado.

Como ressaltamos anteriormente, na análise da produção inicial do acadêmico 1, também não verificamos os problemas gramaticais neste texto inicial do acadêmico 2, considerando que nas etapas posteriores, de reescrita e de produção final, as dificuldades apresentadas nesse aspecto serão retomadas na tentativa de resolvê-las.

Vamos observar, na seqüência, como o colega-leitor avaliou o mesmo texto.

2.3.2.2 Produção inicial: avaliação de um colega-leitor

O colega-leitor, na lista de constatações (Anexo 11), apontou que era necessário, no terceiro parágrafo, “especificar, comentar de forma mais aprofundada o assunto ‘avicultura e suinocultura’ o que estes trazem de prejuízos para a água.” Ele também percebeu que o sexto parágrafo complementava as idéias do quinto, apesar de não sugerir a junção: “No quinto parágrafo – Começa a falar sobre doenças e passa para outro assunto sem concluir.”, mas observou que “Quando iniciar uma idéia fazer uma sequência, não deixando o leitor confuso.”, como se pode verificar no texto da sua lista de constatações. Para concluir sua análise, fez uma observação interessante e válida: “No ultimo parágrafo o uso de ‘cuide’ apresenta agressividade. [...] demonstra que somente o leitor deve cuidar, se isentando do problema.” Isso revela que o colega -leitor havia compreendido o que o interlocutor espera de um artigo de opinião, indo ao encontro do que diz Bakhtin (2003, p.283, grifo nosso): “Nós aprendemos a moldar o nosso discurso em formas de gênero e, quando ouvimos (**lemos**) o discurso alheio, já adivinhamos o seu gênero pelas primeiras palavras [...]”

Analisando nossas observações (do professor/pesquisador) e as do colega, verificamos que, mesmo sendo a produção inicial, o acadêmico 2 consegue fazer um movimento de estilo no artigo – como fazemos referência na seção *1.3 O GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO: ASPECTOS TEÓRICOS*, baseados em Vivaldi, ao assinalarmos que é possível, em certos momentos do artigo, conclamar o leitor; em outros, adverti-lo. Essas situações são percebidas nas passagens em que o texto do acadêmico 2 busca a interação e na passagem em que dá uma ordem, através do verbo no imperativo (*Cuide*).

A próxima análise está focada na reescrita do acadêmico 2.

2.3.2.3 Reescrita

A reescrita do acadêmico 2 (Anexo 12) apresenta um texto pouco ampliado. Mesmo assim, contém alterações significativas em relação ao texto original, a começar pelo título, modificado para “Vamos recuperar a água”, procurando integrar o leitor à sua idéia desde o início do texto. Além disso, diante das sugestões feitas pelo professor/pesquisador e pelo colega-leitor, e ainda com a mediação proporcionada pelos módulos (principalmente o do debate com a professora da área ambiental), ocorreram outras modificações. Para auxiliar nossa análise, transcrevemos o segundo, o terceiro, o quinto, o sexto e o sétimo parágrafos:

[...]

1 Um exemplo disso está no fato de nosso país não ter um
 2 sistema de esgoto completo, pois menos de 5% dos resíduos são
 3 tratados devidamente. Assim muitas vezes os dejetos vão parar nos
 4 córregos e por conseqüência nos rios.

5 Outros fatos que também envolvem a poluição das águas,
 6 podem ser observados na agricultura, com a aplicação de defensivos
 7 agrícolas (poluem a terra e os lençóis freáticos), ou até mesmo na
 8 criação de animais, muito presentes em nossa região.

9 [...]

10 Se a preservação das fontes de água potável ser levada a
 11 sério, em pouco tempo a diferença poderá ser notada em diversos
 12 aspectos, sendo um dos mais importantes, o da saúde. Atualmente
 13 águas contaminadas causam muitas doenças, principalmente às
 14 crianças.

15 Mas não adianta apenas nossa conscientização; devemos
 16 estar cientes, mas além disto devemos agir, fazendo multirões de
 17 limpeza nos mananciais, orientando a reciclagem do lixo,
 18 diminuindo a concentração de agrotóxicos no solo, assim como
 19 muitas outras formas de preservação, pequenas mas que causam
 20 grandes impactos positivos.

21 Ainda existem mananciais de água potável, porém em baixo
 22 numero. Assim, se cada ser humano fizer sua parte na recuperação e
 23 preservação, seguindo algumas das formas citadas acima, teremos
 24 água potável por muito tempo. (ACADÊMICO 2: REESCRITA)

Verificamos que o autor acrescenta dados estatísticos no segundo parágrafo (linhas 2 e 3), explica, no terceiro parágrafo, os danos causados pelos defensivos agrícolas (linha 7) e efetua mudanças envolvendo os outros parágrafos (o quinto parágrafo teve acrescida a parte

inicial do sexto – linhas 12 a 14 – e o sexto passou a ter uma nova redação – linhas 15 a 20 –, o mesmo acontecendo com o sétimo – linhas 21 a 24 –, em que retoma trechos trabalhados no sexto).

Contudo, o sexto parágrafo, da forma como foi modificado, acabou fragilizando a argumentação do texto. O excesso no uso do operador argumentativo *mas* (linhas 15, 16 e 19) acabou prejudicando a coerência do texto, apesar do avanço em termos de fortalecimento das idéias, em comparação com a produção inicial. Um aspecto que foi observado ao acadêmico e que precisava ser revisto por ocasião da sua produção final.

Reiteramos que os textos da reescrita não tiveram por objetivo uma avaliação em termos de “nota”, pois, conforme nos orienta a seqüência didática, apenas a produção final deve ser avaliada em termos de avaliação formal.

Vejam, a seguir, a análise da produção final do acadêmico 2.

2.3.2.4 Produção final

Seguindo um percurso semelhante ao da reescrita, a produção final do acadêmico 2 (Anexo 13) igualmente registrou poucas modificações. Destacamos, entre elas, o uso de ponto de exclamação no título, com o objetivo de enfatizá-lo: “Vamos recuperar a água!”. Além disso, esse sinal de pontuação, conforme Junkes (2002 b, p.131), “[...] traduz a necessidade de comunicar, por parte de quem escreve, seu sentimento, sua personalidade a seu leitor.”, ou seja, procura sensibilizar o interlocutor, mantendo em aberto o diálogo e o envolvimento entre autor e leitor.

Transcrevemos o texto na íntegra, para analisar as demais alterações:

1 O Brasil é um dos países com maior quantidade de água
2 doce do planeta. Mas, como muitos países, a quantidade de água
3 potável é pequena, pois os rios estão sendo poluídos de diversas
4 formas.

5 Um exemplo disso está no fato de nosso país não ter um
6 sistema de esgoto completo – menos de 5% dos resíduos totais são
7 tratados devidamente. Assim, muitas vezes os dejetos vão parar nos
8 córregos e, por conseqüência, nos rios.

9 Outros fatos que também envolvem a poluição das águas
10 podem ser observados na agricultura, com a aplicação de defensivos
11 agrícolas (poluem a terra e os lençóis freáticos), ou até mesmo na
12 criação de animais, prática muito presente em nossa região.

13 Adotando um sistema de saneamento básico eficiente e,
14 principalmente, cuidando das fontes de água potável que ainda
15 existem, poderemos iniciar um trabalho de revitalização dos cursos
16 d'água.

17 Se a preservação das fontes de água potável for levada a
18 sério, em pouco tempo a diferença poderá ser notada em diversos
19 aspectos, sendo um dos mais importantes o da saúde. Atualmente,
20 águas contaminadas causam muitas doenças, principalmente às
21 crianças.

22 Mas não adianta apenas nossa conscientização; devemos
23 estar cientes, mas, além disso, devemos agir, fazendo mutirões de
24 limpeza nos mananciais, orientando a reciclagem do lixo,
25 diminuindo a concentração de agrotóxicos no solo, assim como
26 muitas outras formas de preservação, pequenas, mas que causam
27 grandes impactos positivos.

28 Lembremo-nos que ainda existem mananciais de água
29 potável, porém em baixo número. Assim, se cada ser humano fizer
30 sua parte na recuperação e preservação, seguindo algumas das
31 sugestões acima, teremos água potável por muito tempo.
(ACADÊMICO 2: PRODUÇÃO FINAL)

Complementando sua idéia, o autor inclui, no terceiro parágrafo, o termo *prática* para explicar a criação de animais (linha 12).

O sexto parágrafo, que na reescrita já apresentava problemas de coerência, não foi retrabalhado pelo autor. Isso ocorreu talvez porque, como destacamos na subseção 2.2.6 *A produção final*, o acadêmico 2 foi um dos que não compreenderam a importância da retomada do texto – através de novas reflexões sobre o que foi escrito – e não quis alterar a redação do parágrafo com problema, apesar das observações orais feitas pelo professor/pesquisador.

O parágrafo de conclusão, porém, foi alterado e ficou mais consistente. Agora, esse parágrafo propõe a reflexão ao interlocutor, uma das características do artigo de opinião: *Lembremo-nos..., se cada ser humano fizer sua parte..., seguindo algumas das sugestões*

acima... (linhas 28, 29 e 30, 30 e 31).

Apesar do problema envolvendo o sexto parágrafo, mas considerando o todo do enunciado, podemos dizer que a produção final conseguiu atingir seu objetivo, ou seja, materializar um texto do gênero artigo de opinião. Como observam Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), uma seqüência didática alcança seus objetivos quando, ao seu final, o aluno domina melhor um determinado gênero, o que acontece pelo exercício da escrita desse gênero em diversas ocasiões. Nesse sentido, é a evolução do texto ao longo da seqüência, desde a produção inicial até a produção final, que vai garantir o aprendizado do gênero em estudo e, conseqüentemente, que o aluno consiga manifestar sua opinião, interagir com os outros na sociedade.

Abrindo um parêntese após a análise dos textos dos acadêmicos 1 e 2, podemos pensar que um texto bem trabalhado em sua produção inicial necessita de poucos ajustes nas versões posteriores – reescrita e produção final.

Os textos do acadêmico 3 (produção inicial, reescrita e produção final) serão analisados a seguir.

2.3.3 Acadêmico 3

2.3.3.1 Produção inicial: avaliação do professor/pesquisador

O acadêmico 3 desenvolveu sua produção inicial sob a situação problematizadora f) Em relação à flora, qual é sua importância para o equilíbrio ecológico do planeta? O texto (Anexo 14), com o título ‘Flora e sua Importância’, está transcrito abaixo:

1 Flora, é a marcação de um determinado local, enfocando as
 2 florestas, bosques em fim o que envolve a natureza, como exemplo
 3 temos a flora brasileira.
 4 Com isso a flora tem um papel muito importânte para que
 5 ocorra o equilíbrio ecológico, pois é ela que fornece várias
 6 atividades para que animais, humanos em fim os seres vivos tenham
 7 possibilidades de ter uma vida digna para sobreviver.
 8 Ela pocibilita a nos dar oxigênio, alimentos, moradia,
 9 harmonia laser em fim muitas outras coisas que ajudam para o nosso
 10 benefício.
 11 Como já sabemos a flora é muito importânte para que ocorra
 12 o equilíbrio ecológico, mas tem seres humanos que não percebem
 13 isso e acabam destruindo-a, só para ter lucros financeiros, assim,
 14 desmatando as terras para fazerem plantios agrícolas, para a criação
 15 de animais como ovinos, bovinos e outros ou na maioria das veses só
 16 para a extração de madeira.
 17 Essas pessoas que a destroem, deveriam ser punidas
 18 seriamente, mas aqui no Brasil, a poucas pessoas especializadas para
 19 fazer a vigilancia necessarias para que os punam.
 20 Por isso devemos nos concientisar e preservar a flora, pois
 21 sem ela não haverá uma vida refleta de paz e harmonia.
 22 Assim teríamos uma vida digna para viver. (ACADÊMICO
 3: PRODUÇÃO INICIAL)

Destacamos no texto as seguintes características do gênero: descrição e análise de uma determinada situação (a importância da flora – linhas 4 a 7), apesar de superficial; mesmo não conseguindo aprofundar os argumentos, apresenta, por um lado, o que a flora fornece para a sobrevivência humana (linhas 8 a 10) e, por outro, as causas para a destruição da flora (linhas 13 a 16); divide o texto em parágrafos; e utiliza, em sua maioria, os verbos no presente. Além disso, procura uma interação com o interlocutor, manifestada pelo emprego da 1ª. pessoa gramatical (*nós*): *como exemplo temos...*, *para o nosso benefício.*, *Como já sabemos...*, *Por isso devemos...*, *Assim teríamos...* (linhas 2 e 3, 9 e 10, 11, 20 e 22).

A produção inicial, porém, apresenta dificuldades, principalmente em termos de repetição e uso indevido de elementos coesivos. O conectivo *enfim*, por exemplo, aparece nos três primeiros parágrafos (linhas 2, 6 e 9). Diante disso, em nossa análise sugerimos que o autor revisse o segundo e o terceiro parágrafos, que poderiam ser transformados em um parágrafo só, reunindo as idéias neles desenvolvidas. Apontamos também que alguns termos (*marcação* – linha 1) poderiam não ser compreendidos pelos leitores, sugerindo que o autor os

explicasse. Questionamos a afirmação do autor de que a flora é importante, mas, mesmo assim, é destruída, propondo que ele explicasse melhor por que isso ocorre. Por fim, chamamos a atenção para a conclusão, que teve um fechamento muito brusco, sugerindo uma reflexão para o autor em termos de como deve ocorrer a consciência de preservação.

Observamos que entre os textos escolhidos (aleatoriamente) para serem analisados, o do acadêmico 3 é o que mais apresenta problemas de ordem gramatical na produção inicial. Esses problemas, na concepção do procedimento seqüência didática, como vimos na seção 1.6 *A SEQÜÊNCIA DIDÁTICA*, são tratados, preferencialmente, no final do percurso, ou seja, na produção final. Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) assinalam que assim evita-se sobrecarregar o aluno com a correção de palavras ou de partes dos textos que serão retiradas nas versões posteriores (reescrita e produção final), em virtude de alterações no texto. Reforçamos, com isso, que a análise do professor, na produção inicial, deve focar preponderantemente aspectos que dizem respeito à coerência textual, à construção do (s) sentido (s) do texto.

Prosseguindo, passamos à análise efetuada pelo colega-leitor, da produção inicial.

2.3.3.2 Produção inicial: avaliação de um colega-leitor

O colega-leitor, por seu turno, na lista de constatações (Anexo 15), apenas apontou problemas de ordem gramatical no texto (pontuação, concordância e ortografia). Sentimos que suas anotações seriam de pouca utilidade para o acadêmico 3, já que o colega-leitor não conseguiu trabalhar com aspectos discursivos do texto, conforme explicamos na subseção 2.2.3 *A análise lingüística dos textos*. Essa situação, porém, foi retomada na etapa seguinte da seqüência didática, na qual trabalhamos os aspectos discursivos por ocasião dos módulos. E, além disso, como já observamos em nossa avaliação da produção inicial do acadêmico 3, as

dificuldades gramaticais são solucionadas efetivamente na produção final.

Vejamos, na continuação, a análise da reescrita.

2.3.3.3 Reescrita

Na reescrita do acadêmico 3 (Anexo 16), percebemos melhorias em consequência das sugestões feitas pelo professor/pesquisador e das atividades desenvolvidas nos módulos. O principal avanço está no fato de que o texto, agora, apresenta-se mais coeso, manifestando unidade entre suas diversas partes, e, conseqüentemente, mais coerente. Destacamos como ficaram o segundo, o terceiro e o quarto parágrafos, modificados em relação à produção inicial:

[...]

1 Com isso, a flora tem um papel essencial para que ocorra o
 2 equilíbrio ecológico. Assim é ela que nos dá oxigênio, alimentos,
 3 moradia, harmonia, laser, entre outras coisas que ajudam para que
 4 tenhamos uma vida melhor.

5 Prossupoe-se que essas informações, são de conhecimentos
 6 comuns, mas há seres humanos que não percebem isso e acabam
 7 destruindo-a, só para ter lucros financeiros. Assim, desmatam as
 8 terras para fazerem plantios agrícolas, para a criação de animais, ou
 9 na maioria das veses, só para a extração de madeiras.

10 Devido a isso, o Brasil possui hoje uma área florestal de 3,4
 11 bilhoes de km², cerca de 40% da sua área total. Antigamente existia
 12 15% de mata Atlântica, e hoje só temos 7%. Isso ocorre devido a um
 13 grande desmatamento. (ACADÊMICO 3: REESCRITA)

No segundo parágrafo (linhas 1 a 4), o autor faz a junção do segundo e do terceiro parágrafos originais, conforme indicação na análise feita pelo professor/pesquisador. Isso deixa mais consistente a argumentação, em virtude de que se percebe uma continuidade de idéias, começando pela informação de que a flora é importante para o equilíbrio ecológico (linhas 1 e 2) e prosseguindo com os benefícios que ela proporciona (linhas 2 a 4).

Já no terceiro parágrafo (linhas 5 a 9), resultado da reescrita das idéias do terceiro e do quarto parágrafos da produção inicial, a argumentação ficou mais consistente. Para isso, o autor utiliza o operador *mas* (linha 6) que, nesse caso, constitui-se como uma reação-resposta à projeção de um enunciado pré-figurado do leitor, como destaca Rodrigues (2001 a), ou seja, é como se o leitor questionasse: se as informações de que a flora é essencial para a manutenção da vida – segundo parágrafo – são de conhecimento comum, não poderiam/deveriam existir agressões. Além disso, o acadêmico 3 complementa o parágrafo com a denúncia de quem é o agressor: *...há seres humanos que não percebem isso e acabam destruindo-a...* (linhas 6 e 7), ao mesmo tempo em que indica quais são os seus crimes: *...desmatam as terras para fazerem plantios agrícolas, para a criação de animais, ou na maioria das vezes, só para a extração de madeiras.* (linhas 7 a 9).

E no quarto parágrafo (linhas 10 a 13), a inclusão de informações obtidas no debate do segundo módulo serviram para fundamentar sua argumentação. Apesar do erro na quantia (o correto são “milhões”, e não “bilhões” – linha 11), percebe-se que o autor entendeu a importância de dados estatísticos no artigo de opinião, com a finalidade de avaliar e solidificar sua opinião.

Na seqüência, o autor também promove modificações no quinto parágrafo:

1 As pessoas que destroem a flora, deveriam ser punidas
2 seriamente; com multas altas, trabalhos voluntários para o
3 reflorestamento da área atingida, ou dependendo de casos mais
4 graves, sendo até preso, mas aqui no Brasil, a poucas pessoas
5 especializadas para fazer a vigilância necessárias para que os punam.
(ACADÊMICO 3: REESCRITA)

Nesse parágrafo, ele diz como deveriam ser punidos os que destroem a flora (linhas 2 a 4), argumentação que estava frágil na produção inicial.

Destoando dos parágrafos anteriores, a conclusão apresenta-se rápida e um tanto utópica, como se de repente tudo estivesse resolvido, como podemos observar no sétimo

parágrafo:

1 Fazendo tudo isso, teremos uma vida repleta de paz e
2 harmonia, tendo então uma vida digna para se viver. (ACADÊMICO
3: REESCRITA)

Verificamos que a conclusão ainda apresenta problemas, como a repetição da palavra *vida* (nas duas linhas), e carecendo de uma maior relação entre o que foi trabalhado no desenvolvimento, em razão do brusco fechamento do texto. Contudo, orientados pela seqüência didática, o texto passará por mais uma retomada, com a mediação do professor/pesquisador, o que permite novas modificações e aprofundamentos.

A seguir, vamos analisar a produção final do acadêmico 3.

2.3.3.4 Produção final

A produção final do acadêmico 3 (Anexo 17), em comparação com as dos outros acadêmicos analisados (acadêmicos 1 e 2), foi a que, em nossa avaliação, mais avançou. Percebemos, neste último texto, ao contrário do que se viu na produção inicial, um número maior de características do artigo de opinião, agora bem evidenciadas. Transcrevemos o texto na íntegra para mostrar o progresso:

1 Flora é a marcação, um conjunto de um determinado local,
2 enfocando as florestas e bosques. Ela tem um papel essencial para
3 que ocorra o equilíbrio ecológico, pois nos fornece oxigênio,
4 alimentos, moradia, harmonia, lazer, entre outras coisas que ajudam
5 para que tenhamos uma vida melhor.
6 Pressupõe-se que essas informações são de conhecimento
7 comum, entretanto há seres humanos que não percebem isso e
8 acabam destruindo a flora, só para ter lucros financeiros. Assim,
9 desmatam as terras para fazerem plantios agrícolas, para a criação de
10 animais ou, na maioria das vezes, só para a extração da madeira.
11 Devido a isso, o Brasil possui hoje, segundo dados do IBGE,
12 uma área florestal de 3,4 milhões de quilômetros quadrados, cerca de
13 40% da área total do país. Outra situação alarmante: à época do
14 descobrimento, a Mata Atlântica cobria cerca de 15% do território

15 nacional e atualmente existe só 7% do ecossistema original. Tudo
16 por causa do desmatamento desenfreado.

17 As pessoas que destroem a flora deveriam ser punidas
18 seriamente, com pesadas multas, obrigação de cumprir trabalhos
19 voluntários para o reflorestamento da área atingida ou até,
20 dependendo da gravidade dos casos, serem presas. Mas, aqui no
21 Brasil, há poucas pessoas especializadas para fazer a vigilância
22 necessária da natureza.

23 Por isso, devemos nos conscientizar e preservar a flora,
24 através de campanhas florestais, palestras e outras atitudes
25 importantes.

26 Fazendo tudo isso, certamente voltaremos a ter uma vida
27 repleta de paz e harmonia, com respeito à natureza. (ACADÊMICO
3: PRODUÇÃO FINAL)

Observamos que o autor procede a novas e significativas modificações. Inicialmente, ele transforma os dois parágrafos iniciais da reescrita em um parágrafo só (linhas 1 a 5), na produção final, promovendo os ajustes necessários. E também explica, agora, qual o significado da palavra *marcação* (linhas 1 e 2).

No terceiro parágrafo (linhas 11 a 16), acrescenta o discurso relatado indireto (*segundo dados do IBGE* – linha 11), o que aumenta a confiabilidade nos dados estatísticos informados, afinal não são elementos fictícios e, sim, resultados de pesquisas. Essa, inclusive, é uma característica muito presente nos artigos de opinião. Sobre o discurso relatado – direto e indireto –, Rodrigues (2001 a, p.197) observa que eles dialogizam o artigo e que “Alguns enunciados são introduzidos para serem desqualificados, outros são incorporados para a sustentação do ponto de vista do autor.” Essa segunda situação mostra-se no terceiro parágrafo.

O parágrafo seguinte, quarto parágrafo (linhas 17 a 22), apresenta pequenas modificações em sua redação, em relação à reescrita; porém, alterações necessárias para deixar bem clara a posição assumida pelo autor em relação aos agressores da flora. Assim, ele utiliza o operador argumentativo *mas* (linha 20) para estabelecer uma relação entre dois pontos de vista diferentes: de um lado, são necessárias as punições; de outro, há poucas pessoas para vigiar e, conseqüentemente, punir.

Finalmente, no sexto parágrafo (linhas 26 e 27), o acadêmico 3 faz uma redação mais objetiva, eliminando a repetição de palavras – um problema detectado no texto da reescrita – e concluindo com a idéia de *uma vida repleta de paz e harmonia, com respeito à natureza*, o que fecha com a situação problematizadora de seu artigo (importância da flora para o equilíbrio ecológico do planeta).

Em seu conjunto, podemos afirmar que os textos analisados, dos acadêmicos 1, 2 e 3, revelam que os autores conseguiram produzir artigos de opinião dentro, senão de todas, da maioria das características esperadas para esse gênero. Entretanto, como em toda a atividade envolvendo a produção textual escrita, precisamos ter consciência de que o resultado nunca será homogêneo: haverá sempre aqueles alunos que avançam mais no decorrer das diferentes versões textuais, e também aqueles que pouco melhoram seus textos. Nesse sentido, ressaltamos o que alertam Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004) sobre a necessidade de um trabalho mais profundo e intervenções diferenciadas no que diz respeito às dimensões mais problemáticas reveladas nos textos dos alunos – algo que o professor sempre deve ter presente em sua prática.

Finalizadas as análises dos textos, procedemos à conclusão.

CONCLUSÃO

O compromisso do professor, independente de nível de ensino, é, basicamente, fazer com que seus alunos aprendam. Para isso, ele pode utilizar as mais diversas metodologias no processo ensino-aprendizagem. Porém quando falamos do professor que, além de seu ofício, atua também como pesquisador, encontramos uma situação diferente: continua presente a preocupação com o aprendizado de seus alunos, mas também surge a necessidade de verificar se seus procedimentos metodológicos são adequados para ensinar. Afinal, seu compromisso deve estar embasado no princípio de que sua pesquisa deve refletir positivamente para novas experiências de ensino-aprendizagem – o professor/pesquisador imbuí-se de muitos desafios. E alguns desses desafios foram sentidos no decorrer desta pesquisa.

Ao finalizar esta dissertação, portanto, precisamos fazer algumas reflexões em torno de nossa pesquisa, planejada com o objetivo de desenvolver uma proposta para o ensino-aprendizagem da produção textual escrita do gênero artigo de opinião, utilizando o procedimento seqüência didática. Essas reflexões iniciam necessariamente pela retomada dos objetivos traçados para a seqüência didática. Assim, em nossa seqüência didática, definimos dois objetivos que se complementam: primeiro, investigar como ocorre o processo de escrita do gênero discursivo artigo de opinião; segundo, verificar a presença, nos textos produzidos em situação escolar pelos acadêmicos do curso de Engenharia Florestal, dos traços constitutivos deste gênero: tema, forma composicional e estilo.

Então, chega a hora de respondermos se os objetivos a que nos propusemos foram efetivamente alcançados. Para isso, vamos fazer um percurso que retoma a explicação de como chegamos à metodologia utilizada na pesquisa, que passa por três etapas da seqüência didática (produção inicial, reescrita e produção final) e finaliza com considerações em relação à pesquisa.

Para definirmos a metodologia utilizada na pesquisa, recorreremos, antes, à teoria bakhtiniana dos gêneros discursivos. Foi por essa teoria que chegamos à concepção de linguagem que norteou o nosso trabalho; compreendemos os aspectos vinculados ao enunciado e como se constitui o gênero, principalmente em termos de suas dimensões constitutivas: tema, forma composicional e estilo. Depois, com o terreno mais sólido, tratamos de estudar os aspectos teóricos do gênero objeto de estudo, o artigo de opinião. Isso porque era fundamental entender a articulação entre a perspectiva bakhtiniana de gênero do discurso (com ênfase em suas dimensões constitutivas: tema, forma composicional e estilo) e as características do gênero artigo de opinião, sob o enfoque de pesquisadores da área do jornalismo (Beltrão, Melo e Vivaldi) e da lingüística (Rodrigues). Articulação essa que deve se manifestar nos textos produzidos pelos acadêmicos durante as aulas objeto da pesquisa. Foi decisivo, também nesse momento, compreender o artigo de opinião como objeto de ensino e como o jornal impresso (suporte para os gêneros da esfera jornalística, entre eles o artigo de opinião) se faz presente em sala de aula.

O passo seguinte foi compreender a seqüência didática e defini-la, então, como nosso horizonte metodológico. Assim, baseados no procedimento sugerido por Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), entendemos que as seqüências didáticas devem funcionar como exemplos à disposição dos professores. Sendo assim – como também chamam a atenção –, não podemos pensar que uma seqüência possa ser planejada como um manual a ser seguido passo a passo. Cabe ao professor, diante disso, adaptar a seqüência, entre outros fatores, à sua turma de alunos, às dificuldades que apresentam e, principalmente, norteá-la sobre um determinado gênero. Foi sob esse viés que elaboramos nossa proposta, como mais uma alternativa para se trabalhar a produção de textos em sala de aula sob a concepção de gênero discursivo.

Em nossa proposta, a seqüência didática para o ensino-aprendizagem da produção textual escrita do gênero artigo de opinião teve uma estrutura de base alicerçada em cinco

etapas: apresentação da situação, produção inicial, módulos, reescrita e produção final. Entre o seu início e o final, trabalhamos com os acadêmicos durante nove encontros de cinco horas-aula cada, totalizando 45 horas-aula em um período de 23 dias (10 de novembro a 02 de dezembro de 2004).

Vamos retornar aqui, particularmente, as etapas de produção inicial, reescrita e produção final, momentos em que os acadêmicos produziram seus textos do gênero artigo de opinião e nos quais podemos avaliar se os objetivos da pesquisa foram alcançados.

A etapa de **produção inicial** envolveu a escrita de um primeiro texto do gênero artigo de opinião. A consideração na escrita de um texto de que devemos ter em mente a quem se dirige a produção, como ela circulará e, principalmente, as suas características genéricas (de gênero) – ou seja, tema, forma composicional e estilo –, que foram lembradas aos acadêmicos, favoreceu para que, a partir dessa primeira produção, eles estivessem escrevendo um texto que fosse o mais próximo possível do gênero artigo de opinião. Observamos que a escolha do tema por parte do professor/pesquisador, através da definição de situações problematizadoras específicas, não teve a intenção de direcionar o trabalho de produção. Reiteramos que essa escolha se deu em função da necessidade de manter uma unidade temática quando da publicação dos artigos de opinião produzidos pelos acadêmicos. A afirmação de Bakhtin (2003, p.299-300) de que “O objeto do discurso do falante, seja esse objeto qual for, não se torna pela primeira vez objeto do discurso em um dado enunciado, e um dado falante não é o primeiro a falar sobre ele.” corrobora a justificativa dessa definição prévia dos temas por parte do professor/pesquisador. Ou seja: estamos tratando de um tema que já foi avaliado de diferentes modos e sob diferentes pontos de vista; com nossos textos, portanto, pretendemos contribuir para aumentar os debates sobre a temática ambiental, haja vista duas ponderações: os acadêmicos fazem parte de um curso ligado à questão ambiental – em que se manifesta um compromisso ético e científico com o meio ambiente, como

preuncia seu PP – e os problemas ambientais estão muito fortes no Oeste de Santa Catarina, como já ressaltamos na subseção 2.1.3 *O planejamento da seqüência didática*.

Ampliando a análise dos textos da produção inicial, verificamos que, de um modo geral, atingiram seus objetivos. Nessa etapa, 40 acadêmicos participaram, cada um produzindo um texto. Por ser a primeira produção ocorreu, em alguns textos, a fuga do tema; em outros, a argumentação não foi convincente; em outros ainda, a situação problematizadora foi pouco trabalhada ou faltou unidade no texto. Essas constatações só foram possíveis em virtude de que efetuamos, em um trabalho interacional (professor/pesquisador e acadêmicos), uma análise lingüística dos textos da primeira produção.

Avaliamos ainda que a análise lingüística centrada nos aspectos discursivos do texto, ou seja, naquilo que o autor quis dizer, e não na forma como ele disse, trouxe resultados positivos: permitiu, preponderantemente, que o acadêmico refletisse sobre sua escrita, a partir das indicações/sugestões apontadas pelo professor/pesquisador e pelo colega-leitor, dando oportunidade para que ele efetuasse, por ocasião da reescrita, mudanças no texto.

Ao lado de apontamentos, entretanto, encontramos colegas-leitores que não conseguiram perceber/identificar os problemas que os textos continham; conseqüentemente, nesses casos, não conseguiram propor adequações/melhorias. Houve também, como observamos no texto analisado na subseção 2.3.3.2 *Produção inicial: avaliação de um colega-leitor* (referente ao acadêmico 3), casos em que a análise ficou limitada a problemas essencialmente gramaticais (ortografia, acentuação, concordância, pontuação, entre outros aspectos). Em vista dessas ocorrências é que as atividades desenvolvidas nos módulos (como vimos na subseção 2.2.4 *Os módulos*) – essencialmente concebidos para se trabalhar com as dificuldades apresentadas na produção inicial – constituíram-se como momentos de grande importância para permitir, na reescrita, a melhoria dos textos da primeira produção.

Quanto à **reescrita**, ponderamos que foi produtiva. Como os acadêmicos já tinham um

texto produzido (a produção inicial dos artigos de opinião), nesta etapa eles retomaram este texto e retrabalharam-no para chegar a uma nova produção. Sem dúvida que a reflexão proposta pelo professor/pesquisador sobre a importância da reescrita repercutiu positivamente no trabalho efetuado pelos acadêmicos. Percebemos, nesse ponto, que a orientação do professor, como mediador privilegiado da produção textual junto aos seus alunos (portanto, primeiro interlocutor), constitui-se salutar, na medida em que proporciona subsídios para a reflexão sobre o caminho já percorrido. Falamos aqui, é claro, de uma mediação positiva, realizada no sentido de valorizar o caminho que o acadêmico já trilhou, o que ele já conseguiu conquistar, e não no sentido de depreciar seu trabalho, apenas encontrando erros em seu texto ou criticando-o pelo que ele não conseguiu fazer.

Possivelmente, um dos pontos mais significativos desta etapa foi o clima de intensa interação ocorrida entre o professor/pesquisador e os acadêmicos, e também entre eles. Essa interação possibilitou avanços expressivos em vários textos. Percebemos ainda que essa interação resulta em uma convergência de autoria, reforçada pela observação de Bakhtin (2003) de que a experiência discursiva individual de toda pessoa se forma e se desenvolve em uma interação incessante e continuada com os enunciados dos outros.

Finalizada a reescrita, os acadêmicos haviam produzido (alguns sem se dar conta) até aquele momento quatro diferentes textos: uma produção inicial (1), uma lista de constatações (2), uma ficha de anotações do debate (3) e a reescrita (4). Podemos considerar que a seqüência didática estava proporcionando diversas possibilidades de leitura e produção textual do gênero artigo de opinião, situações talvez nunca vivenciadas pela maioria dos acadêmicos. As suas experiências anteriores de produção textual, conforme revelaram em alguns momentos, durante as aulas, estiveram restritas a um “ciclo tradicional”: o aluno escreve, entrega o texto ao professor e este o avalia, devolvendo o texto ao autor, com muitas “marcações” de erros – um ponto falho, o professor não discute com o aluno os problemas dos

textos; quando muito, outro ponto falho, pede que ele faça um novo texto, como “possibilidade” para recuperar a nota. Ao fazermos essas observações, não queremos dizer que a seqüência didática utilizada nesta pesquisa resolveu todas as dificuldades que envolvem a produção de um texto, mas sim que possibilitou uma diferenciação pedagógica, no sentido de criar um contexto de produção bem definido, com diversas atividades focadas na apropriação de noções e instrumentos necessários ao desenvolvimento das capacidades de expressão escrita (DOLZ, NOVERRAZ e SCHNEUWLY, 2004) de um determinado gênero – aqui, o artigo de opinião.

E a **produção final** foi mais uma oportunidade de retomada do texto, agora com a visão direcionada para sua posterior publicação. Consideramos que a divisão desta etapa em duas partes (retomada da reescrita e digitação dos textos) foi produtiva, na medida em que possibilitou aos acadêmicos escrever a produção final e preparar os textos para publicação.

Constatamos que o novo retorno ao texto, com a escrita da produção final, resultou em desdobramentos.

Um deles é que a nova reflexão sobre o texto, nos casos em que isso ocorreu, possibilitou melhorias. A compreensão da importância da retomada do texto, com novas reflexões e mudanças, trouxe, por consequência, um texto mais bem acabado, com mais sustentação nos argumentos. Em outros termos, um artigo de opinião no qual estão visivelmente definidos os traços constitutivos deste gênero, ou seja, tema, forma composicional e estilo.

Já a produção final daqueles acadêmicos que pouco ou quase nada alteraram seus textos, podemos perceber um resultado não tão satisfatório – nesses casos, também temos artigos de opinião, porém textos mais “frágeis”, já que não sofreram um processo de reflexão mais elaborado.

Sobre a publicação em si, passo seguinte à produção final, a avaliação foi totalmente

positiva, principalmente pelo envolvimento dos acadêmicos em todas as fases do processo, desde a produção dos textos, passando pela escolha do nome, os contatos com gráficas (orçamentos), a busca de patrocínios, a digitação e o projeto gráfico (diagramação dos textos), até a distribuição e divulgação do “Engenharia Florestal em Opinião”. O envolvimento direto dos acadêmicos fez com que eles se sentissem valorizados e assumissem plenamente a autoria do texto que escreveram, algo que normalmente não ocorre na escola, em nosso caso, na universidade. Nos anexos, pode ser visualizada a tabela dos artigos de opinião publicados no “Engenharia Florestal em Opinião” (Anexo 18).

Com isso, comprovamos que o estudante, ao visualizar a possibilidade de que o seu texto esteja circulando socialmente – em conseqüência abrangendo um número maior de leitores/interlocutores –, sente-se motivado para escrever. Enfim, a publicação confirmou a importância da “apresentação da situação”, etapa da seqüência didática trabalhada com os acadêmicos no primeiro encontro, quando abordamos o “projeto coletivo de produção de um gênero escrito”, destacando o gênero a ser trabalhado e a justificativa para sua escolha; a quem se dirige a produção; que forma ela assumirá; e quem participa da produção.

Portanto, com base no exposto, afirmamos que as atividades propostas e desenvolvidas durante a seqüência didática para o ensino-aprendizagem da produção textual escrita do gênero artigo de opinião atingiram, em seu conjunto, os objetivos traçados, ou seja, possibilitaram, por um lado, investigar como ocorre o processo de escrita do gênero discursivo artigo de opinião e, por outro, verificar a presença, nos textos produzidos em situação escolar pelos acadêmicos do curso de Engenharia Florestal, dos traços constitutivos do gênero: tema, forma composicional e estilo. Assim, verificamos que a seqüência didática, da forma como foi conduzida, favoreceu a articulação entre a perspectiva bakhtiniana de gênero do discurso e a perspectiva específica do gênero artigo de opinião, esta realizada sob o viés de pesquisadores da área do jornalismo e da lingüística.

Resta-nos, também, fazer algumas considerações em relação à pesquisa.

Nossa maior preocupação, ao longo de toda a seqüência didática, não foi a de “ensinar” conceitos teóricos abstratos, mas sim a de trabalhar com a prática pedagógica do artigo de opinião – embasada em uma fundamentação teórica consistente –, desenvolvida através da produção de textos do gênero.

Nesse sentido, na seqüência didática procuramos proporcionar inúmeras possibilidades para o acadêmico desenvolver a produção textual. Com isso, além dos textos específicos envolvendo o gênero objeto de estudo, os acadêmicos também produziram outros textos. Esses textos, elaborados à parte, ou seja, produzidos como material de apoio (as quatro listas de constatações e as duas fichas de anotações), com o acompanhamento do professor/pesquisador, serviram de base (fornecendo novas possibilidades e idéias) e trouxeram reflexos positivos, principalmente, na reescrita e na produção final.

Em termos de contribuições da nossa pesquisa para o ensino, do nosso ponto de vista, a principal é a de que, ao desenvolvê-la, mostramos que é possível trabalhar a seqüência didática em sala de aula, independente de nível de ensino. A pesquisa, portanto, aponta possibilidades para outras experiências envolvendo um projeto coletivo de produção de um gênero segundo a concepção da seqüência didática.

Nesse sentido, o professor, ao planejar seu trabalho sob a concepção da seqüência didática, deve levar em consideração algumas situações – por nós sentidas no encaminhamento do trabalho.

Inicialmente, o professor deve organizar a seqüência em torno de um gênero discursivo específico. Além disso, as atividades da seqüência precisam estar planejadas em etapas bem pontuais, como em nosso caso: produção inicial, reescrita e produção final – com isso, o professor proporcionará inúmeras oportunidades para que o aluno possa exercitar a escrita do gênero em estudo.

Permeando as atividades de produção textual escrita, devem-se fazer presentes a leitura e a análise lingüística – que possibilitam reflexões em torno do que foi produzido.

Por fim, o professor deve procurar tornar visíveis os textos escritos pelos seus alunos. Uma alternativa para isso é a publicação dos textos em um suporte que circule socialmente e que atinja um número maior de interlocutores reais. Esse suporte, porém, não precisa ser necessariamente sofisticado: os textos podem ser organizados em uma publicação simples, feita através de fotocópias e distribuídos, por exemplo, para os colegas da turma, para familiares dos alunos. Além disso, com os recursos proporcionados pela tecnologia, os textos podem também ser disponibilizados pela internet, através da criação de uma página.

Os depoimentos dos acadêmicos – feitos no último texto produzido por eles – refletem sobre a experiência de escrever o artigo de opinião e corroboram a importância de o professor desenvolver a seqüência didática em um trabalho que integre as atividades de leitura, produção textual escrita e análise lingüística. Transcrevemos, na íntegra, alguns desses depoimentos, cuja identificação será feita pela primeira letra do nome – como há dois acadêmicos com a mesma letra inicial do nome (D), identificamos, nesse caso, com a letra seguida de um número. Os depoimentos estão transcritos conforme o original:

O Artigo de opinião precisa de tempo para ser escrito, no momento que o autor escreve sua obra ele não percebe seus erros, ele precisa ler e ler novamente para que seu texto final sai perfeito. E também necessário leitura onde mais encontramos palavras novas, idéias novas. (A)

Um artigo de opinião para ser elaborado precisa de muita reflexão e leitura, um conhecimento sobre determinado assunto que vai abordar. (C)

Nas primeiras produções os textos eram pobres de assunto e de vocabulário, com o passar das aulas, com o bate papo proposto, o auxílio do professor e dos colegas, nos dando opiniões e críticas pode-se chegar a uma produção final, cujo resultado foi satisfatório, sendo possível a sua publicação em jornal criado pelo professor com o auxílio de colegas. (D1)

A experiência que se ganha ao produzir um Artigo de Opinião é bastante grande, você aguça sua argumentação e começa a perceber pequenos pontos que podem mudar o sentido de sua colocação. (D2)

Embora seja um texto demorado e cansativo de se fazer, pois necessita de várias leituras e reescrituras; considero esse um dos melhores textos para se ler e escrever, consegue-se saber o que os outros estão achando de determinado assunto e soluções para o caso, e também escrever o que você está pensando sobre o assunto, ou um outro tema de seu interesse, sempre com o intuito de convencer o interlocutor a aderir a idéia do autor. (G)

Também precisamos levar em consideração, ao planejar uma seqüência didática, que nem sempre, por mais bem planejado que esteja o projeto do professor, ele consegue atingir resultados tão positivos. Assim, conforme observam os autores do procedimento, é sempre importante que o professor esteja, de um lado, preparado para os insucessos e, de outro, que tenha estratégias para intervir nestes casos (DOLZ, NOVERRAZ e SCHNEUWLY, 2004).

Sobre essa consideração, observamos que, em nosso caso, no contexto de um período considerado como de maior profundidade para desenvolver a seqüência didática, pensamos que precisávamos de, pelo menos, mais uns três encontros com os acadêmicos, durante os quais poderíamos trabalhar outras dificuldades, através de novos módulos, e intensificar atividades de reescrita.

Reafirmando o que dissemos anteriormente, podemos concluir que a produção textual em sala de aula apresenta muitos desafios. São esses desafios, porém, que fazem o professor avançar em seu conhecimento. Sem dúvida alguma, tínhamos uma concepção bem mais restrita sobre produção textual antes de começar a pesquisa; agora, após seu término, podemos pensar e agir diferente em relação a ela. Descobrimos, então, que ao pautar nosso trabalho em uma concepção interacional de linguagem, na qual o gênero do discurso apresenta-se como objeto de ensino e o texto ocupa o lugar de unidade de ensino, podemos fazer um trabalho diferenciado, mais profundo e produtivo, que realmente valorize o aluno como autor de seu discurso – portanto, com um objetivo discursivo definido e preparado para interagir com seus interlocutores. Enfim, parafraseando Bakhtin, podemos afirmar que ao proporcionar aos alunos o domínio do gênero, através de sua produção textual escrita, estamos possibilitando que eles realizem de forma efetiva o seu “livre projeto de discurso”, ou seja, atuem como verdadeiros cidadãos, expressando sua opinião e, conseqüentemente, contribuindo para a formação de uma sociedade mais consciente. Foi essa nossa proposta inicial, que tecemos durante a trajetória desta pesquisa, e acreditamos tê-la realizado.

BIBLIOGRAFIA

BAKHTIN, Mikhail Mikhailóvitch. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 9. ed. (Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira). São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Estética da criação verbal**. 4. ed. (Trad. Paulo Bezerra). São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBOSA, Jacqueline Peixoto. Do professor suposto pelos PCNs ao professor real de língua portuguesa: são os PCNs praticáveis? In: ROJO, Roxane (Org.). **A prática de linguagem em sala de aula**: praticando os PCNs. São Paulo: EDUC; Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BIASI-RODRIGUES, Bernardete. A diversidade de gêneros textuais no ensino: um novo modismo? **Perspectiva**, Florianópolis, vol.20, p.49-64, jun. 2002.

BRAIT, Beth. PCNs, gêneros e ensino de língua: faces discursivas da textualidade. In: ROJO, Roxane (Org.). **A prática de linguagem em sala de aula**: praticando os PCNs. São Paulo: EDUC; Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000.

BRÄKLING, Kátia Lomba. Trabalhando com artigo de opinião: re-visitando o eu no exercício da (re) significação da palavra do outro. In: ROJO, Roxane (Org.). **A prática de linguagem em sala de aula**: praticando os PCNs. São Paulo: EDUC; Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000.

BRITTO, Luiz Percival Leme. Em terra de surdos-mudos (um estudo sobre as condições de produção de textos escolares). In: GERALDI, João Wanderley (Org.). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1997.

COMASSETTO, Leandro Ramires. **As razões do título e do lead**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – UFSC, Florianópolis, 2001.

COSTA, Sérgio Roberto. A construção de “títulos” em gêneros diversos: um processo discursivo polifônico e plurissêmico. In: ROJO, Roxane (Org.). **A prática de linguagem em sala de aula**: praticando os PCNs. São Paulo: EDUC; Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000.

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. Gêneros e progressão em expressão oral e escrita – elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (francófona). In: ROJO, Roxane; CORDEIRO, Gláís Sales (Orgs.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2004.

DOLZ, Joaquim; NOVERRAZ, Michèle; SCHNEUWLY, Bernard. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: ROJO, Roxane; CORDEIRO, Gláís Sales (Orgs.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2004.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1997.

EMBRAPA MEIO AMBIENTE. **Dejetos de suínos preocupa pesquisadores da Embrapa**. Jaguariúna, jul./ago./set. 2000. Disponível em: <<http://www.cnpma.embrapa.br/informativo>>. Acesso em 15 out. 2004.

FARACO, Carlos Alberto; MANDRYK, David. **Língua portuguesa: prática de redação para estudantes universitários**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

FARIA, Maria Alice. **O jornal na sala de aula**. Coleção Repensando a Língua Portuguesa. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio século XXI: o minidicionário da língua portuguesa**. 5. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FURLANETTO, Maria Marta. Produzindo textos: gêneros ou tipos? **Perspectiva**, Florianópolis, vol.20, p.77-103, jun. 2002.

GERALDI, João Wanderley. Unidades básicas do ensino de português. In: GERALDI, João Wanderley. (Org.). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1997 a.

_____. **Portos de passagem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997 b.

_____. **Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação**. 2. reimpr. Campinas, SP: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil, 1999.

JUNKES, Terezinha Kuhn. Produção escrita: um estudo de coesão e coerência textuais. In: CABRAL, Loni Grimm; GORSKY, Edair (Orgs.). **Lingüística e ensino**. Florianópolis: Insular, 1998.

_____. Novas tendências lingüísticas. In: COSTA, Maria José Damiani et al. (Orgs.). **Línguas: ensino e ações**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002 a.

_____. **Pontuação: uma abordagem para a prática**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002 b.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002 a.

_____. **O texto e a construção dos sentidos**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2002 b.

_____. **Desvendando os segredos do texto**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

LOPES-ROSSI, Maria Aparecida Garcia. O desenvolvimento de habilidades de leitura e de produção de textos a partir de gêneros discursivos. In: _____ (Org.). **Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos**. Taubaté/SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2002.

MACHADO, Anna Rachel. Uma experiência de assessoria docente e de elaboração de material didático para o ensino de produção de textos na universidade. **Delta**, vol. 16, n.º. 1, 2000. p.1-26.

MAGALHÃES-ALMEIDA, Cirlene. Os PCNs e a formação pré-serviço: uma experiência de transposição didática no ensino superior. In: ROJO, Roxane (Org.). **A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs**. São Paulo: EDUC; Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000.

MATENCIO, Maria de Lourdes Meirelles. **Leitura, produção de textos e a escola: reflexões sobre o processo de letramento**. 3. reimpr. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. 2. ed. rev. Petrópolis: Vozes, 1994.

MENEZES, Gilda; TOSHIMITSU, Thaís; MARCONDES, Beatriz. **Como usar outras linguagens na sala de aula**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MORAES, Vânia de. A propaganda social no ensino médio: da leitura crítica à produção de peças publicitárias. In: LOPES-ROSSI, Maria Aparecida Garcia (Org.). **Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos**. Taubaté/SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2002.

PESSOA, Marco Antonio Quirino. **Argumentação em sala de aula: leitura e produção textual a partir de textos jornalísticos**. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – UFSC, Florianópolis, 2002.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de comunicação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. O artigo jornalístico e o ensino da produção escrita. In: ROJO, Roxane (Org.). **A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs**. São Paulo: EDUC; Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000.

_____. **A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo:** cronotopo e dialogismo. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – PUC/SP, São Paulo, 2001 a.

_____. **A relação entre gênero, enunciado e texto:** uma leitura bakhtiniana. Boletim da ABRALIN, Fortaleza, n.26, p.613-615, 2001 b. Número especial.

ROSENBLAT, Ellen. Critérios para a construção de uma seqüência didática no ensino dos discursos argumentativos. In: ROJO, Roxane (Org.). **A prática de linguagem em sala de aula:** praticando os PCNs. São Paulo: EDUC; Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000.

RUIZ, Eliana. **Como se corrige redação na escola.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001.

SAUTCHUK, Inez. **A produção dialógica do texto escrito:** um diálogo entre escritor e leitor interno. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SCHMIDT, Siegfried J. **Linguística e teoria de texto:** os problemas de uma linguística voltada para a comunicação. São Paulo: Pioneira, 1978.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Os gêneros escolares – das práticas de linguagem aos objetos de ensino. In: ROJO, Roxane; CORDEIRO, Gláís Sales (Orgs.). **Gêneros orais e escritos na escola.** Campinas/SP: Mercado de Letras, 2004.

SEGANFREDO, Milton Antonio. **Dejetos animais:** a dupla face benefício e prejuízo. Disponível em: <<http://www.cnpsa.embrapa.br/cgi-bin/notiprn.pl?/home/httpd1/docs/artigos/2004>>. Acesso em: 15 out. 2004.

TEIXEIRA, Tattiana. A crônica e os gêneros opinativos: um estudo comparativo. **Comunicação e Espaço Público**, Brasília, n.º. 1 e 2, p.116-127, 2004.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** 13. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

UNOESC, curso de Engenharia Florestal. **Projeto pedagógico.** Xanxerê (SC): 2004. (doc. de uso interno)

UNOESC. **Plano de desenvolvimento do ensino de graduação.** Joaçaba: News Print, 2002.

VIVALDI, Gonçalo Martín. **Gêneros periodísticos.** Madri: Paraninfo, 1998.

ZANELATO, Vera Lúcia Tosetto. Um caminho na formação do leitor proficiente no gênero discursivo notícia da área de computação. In: LOPES-ROSSI, Maria Aparecida Garcia (Org.). **Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos.** Taubaté/SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2002.

Jornais para extração das páginas de opinião para estudo com os acadêmicos:

DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis: RBS, 2004. Edições: 04 de setembro (6717), 05 de setembro (6718), 06 de setembro (6719), 07 de setembro (6720), 08 de setembro (6721), 09 de setembro (6722), 10 de setembro (6723), 10 de novembro (6784).

FOLHA DO ALTO IRANI. Xanxerê: Folha do Alto Irani, 2004. Edições: 03 e 04 de setembro (983), 10 e 11 de setembro (984), 17 e 18 de setembro (985), 24 e 25 de setembro (986), 08 e 09 de outubro (988), 15 e 16 de outubro (989), 22 e 23 de outubro (990), 29 e 30 de outubro (991), 05 e 06 de novembro (992).

GAZETA REGIONAL. Xanxerê: News Print, 2004. Edições: 28 de agosto a 03 de setembro (194), 03 a 10 de setembro (195), 11 a 17 de setembro (196), 18 a 24 de setembro (197), 25 de setembro a 01 de outubro (198), 02 a 08 de outubro (199), 09 a 15 de outubro (200), 16 a 22 de outubro (201), 23 a 29 de outubro (202), 30 de outubro a 05 de novembro (203).

ANEXOS

ANEXO 01 – Plano de Trabalho para a Pesquisa (PTP)

PLANO DE TRABALHO PARA A PESQUISA

Objetivo principal da seqüência didática:

- Investigar como ocorre o processo de escrita do gênero discursivo artigo de opinião, verificando a presença, nos textos produzidos em situação escolar pelos acadêmicos do curso de Engenharia Florestal, de seus traços constitutivos: tema, forma composicional e estilo.

Primeiro encontro:

- Apresentação pessoal dos acadêmicos e do professor/pesquisador;
- Apresentação e discussão do Plano de Ensino da Disciplina;
- Exposição do Projeto Coletivo de produção de um gênero escrito, o artigo de opinião;
- Primeiro contato com o gênero, através da leitura de artigos de opinião de jornais impressos (DC, FAI e GR);
- Organização da publicação.

Segundo encontro:

- Discussão sobre as características do gênero;
- Estudo de como planejar um texto;
- Produção inicial dos artigos de opinião.

Terceiro encontro:

- Análise lingüística dos textos da produção inicial.

Quarto encontro:

- Módulo 1.

Quinto encontro:

- Módulos 2 e 3.

Sexto encontro:

- Reescrita do texto.

Sétimo encontro:

- Produção final (sala de aula);
- Preparação dos textos para publicação: digitação da produção final e diagramação da publicação (laboratório de informática).

Oitavo encontro:

- Avaliação final dos trabalhos: reflexões sobre a experiência de escrever o artigo de opinião.

Nono encontro:

- Lançamento da publicação: definição de esquema para a sua divulgação e distribuição;
- Devolução e comentários dos textos produzidos pelos acadêmicos sobre a experiência de escrever o artigo de opinião;
- Divulgação das notas (médias) dos acadêmicos na disciplina de Produção de Textos.

ANEXO 02 – Folha identificada para a produção inicial

Espaço reservado para anotações do professor:

ANEXO 03 – Folha identificada para a reescrita

Espaço reservado para anotações do professor:

ANEXO 04 – Folha identificada para a produção final

ANEXO 05 – Tabela dos artigos lidos

ARTIGOS LIDOS

TÍTULO	AUTOR	JORNAL	DADOS DE PUBLICAÇÃO (Edição, data, página)
16 Anos Depois	Rafael Hoerbe Soares	DC	6718, 05.09.2004, p.10
Adolescente, Vestibular e Trabalho	Janete e Walmor Scheibe	FAI	992, 05 e 06.11.2004, p.02
A Eleição Paroquial	Vilson Antonio Romero	DC	6720, 07.09.2004, p.09
A Gestão do Tempo	Narciso Feiten	FAI	984, 10 e 11.09.2004, p.02
Alguns Fatores de Proteção	Catarina Barbosa	GR	201, 16 a 22.10.2004, p.05
A Melhor Informação	Estelita Schames e Maria Aparecida da Silva	DC	6723, 10.09.2004, p.09
A Renovação do Pensamento Gerencial	Narciso Feiten	FAI	983, 03 e 04.09.2004, p.02
A Sinfonia Inacabada	Luiz Henrique da Silveira	GR	203, 30.10 a 05.11.2004, p.02
A Sociedade e as Drogas	Catarina Barbosa	FAI	984, 10 e 11.09.2004, p.13
As Oligarquias e os Ventos da Mudança	Luiz Henrique da Silveira	FAI	988, 08 e 09.10.2004, p.18
Assistencialismo	Silvio Luzardo	DC	6784, 10.11.2004, p.10
A Verdadeira Independência	Luiz Henrique da Silveira	FAI	984, 10 e 11.09.2004, p.02
Cada Povo tem o Governante que merece...	Romeu Scirea Filho	GR	203, 30.10 a 05.11.2004, p.02
Dia do Administrador	Arcênio Patrício	DC	6722, 09.09.2004, p.10
Disciplina – limites: ontem e hoje	Escola de Pais do Brasil – Secção de Xanxerê	FAI	986, 24 e 25.09.2004, p.02
Drogas e a Família: alguns fatores de proteção	Catarina Barbosa	GR	201, 16 a 22.10.2004, p.05
Ética na Política	Adriano Zanotto	DC	6718, 05.09.2004, p.10
História da Qualidade	Narciso Feiten	FAI	986, 24 e 25.09.2004, p.02
Idéias Vitaminadas	Sido Gessner Junior	DC	6784, 10.11.2004, p.10
Independência e Educação	Antônio Valmor de Campos	DC	6721, 08.09.2004, p.08
Jucesc Descentralizada	Luiz Henrique da Silveira	FAI	985, 17 e 18.09.2004, p.02
Leonel Brizola	Hilário Carlos Schernern	DC	6719, 06.09.2004, p.08
Mais uma Conquista	Narciso Feiten	FAI	989, 15 e 16.10.2004, p.02
Maturidade Democrática	Luiz Henrique da Silveira	FAI	991, 29 e 30.10.2004, p.02

O Embargo Russo da Carne	Luiz Henrique da Silveira	FAI	989, 15 e 16.10.2004, p.02
O Empregado e o Uso da Internet. A Demissão. Indagações.	Antonio Roberto Curcino	GR	199, 02 a 08.10.2004, p.12
Partilhando sua Riqueza Interior	Escola de Pais do Brasil – Secção de Xanxerê	FAI	990, 22 e 23.10.2004, p.02
Político é tudo igual	Luiz Henrique da Silveira	FAI	986, 24 e 25.09.2004, p.02
Prioridade Eleitoral	Odílio Guarezi	DC	6719, 06.09.2004, p.08
Professor: herói pela arte de ensinar	Liana Anita Perin Piccini	GR	200, 09 a 15.10.2004, p.12
Solução?	Marcelo Pons Meirelles	DC	6720, 07.09.2004, p.09
Temas para Pensar	Onete Ramos Santiago	DC	6717, 04.09.2004, p.08
Terror Internacional	Rogério Santos da Costa	DC	6717, 04.09.2004, p.08
Uso Ético	Jorge Werthein	DC	6721, 08.09.2004, p.08
Vacas Gordas e Vacas Magras	Narciso Feiten	FAI	992, 05 e 06.11.2004, p.02
Viagem de Estudos	Narciso Feiten	FAI	990, 22 e 23.10.2004, p.02
Vistoria Preventiva pode representar uma Economia de muitos reais	Keithy E. dos Santos	GR	199, 02 a 08.10.2004, p.12

ANEXO 06 – Produção inicial do acadêmico 1

PRODUÇÃO TEXTUAL**VERSÃO NR.: 01 (produção inicial)****ACADÊMICO: 1****TÍTULO:** Impacto Florestal.

Atualmente no Brasil, a conscientização por parte da população em geral, nem cresceu nos sentidos de preservar o que nos resta. Sabemos que em décadas anteriores a natureza, como um todo, sofreu uma grande perda de sua riqueza. O desmatamento desenfreado por parte de madeireiros e pecuaristas, causou um grande impacto florestal, sem contar com a poluição das águas por agrotóxicos.

Diante de tal situação, nossos governantes preocupados com o futuro de nossa riqueza ambiental, criaram políticas e órgãos ambientais que vissem a fiscalização e evitar a degradação de nosso ecossistema.

Portanto o papel do Engenheiro Florestal, diante de tais problemas, é de elaborar projetos ambientais que venham a incentivar a recuperação de nossa natureza. Com projetos que vão desde o reflorestamento até o manejo sustentável.

Espaço reservado para anotações do professor:

Seu texto ficou bom, porém merece uma reavaliação nos seguintes pontos:

- * Focar a argumentação no papel do Engenheiro Floresta
- * Argumentar sobre os problemas ambientais colocados
- * Ampliar o texto, procurando relacionar a questão - existência do profissional x necessidade / possibilidades de solução para os problemas ambientais

"Mãos à obra!"

Qual o papel do Engenheiro Floresta diante dos problemas ambientais?

ANEXO 07 – Lista de constatações do colega-leitor sobre a produção inicial do acadêmico 1

LISTA DE CONSTATAÇÕES

Acadêmico:

Data: 12/11/04

Título: Impacto Florestal. Autor:

1. Dificuldades encontradas na produção de texto do gênero Artigo de Opinião:

1º Parágrafo: # "Atualmente no Brasil, a conscientização por parte da população em geral..."
"... o que nos resta. Sabemos que em décadas anteriores..."

* "O desmatamento desenfreado por parte de madeireiros e pecuaristas, causou um grande impacto florestal, sem contar com a poluição das águas por agrotóxicos."

2º Parágrafo: "... futuro de nossas riquezas ambientais, criaram políticas e órgãos ambientais..."

3º Parágrafo: "Portanto o papel do Engenheiro Florestal, diante de tais problemas é de empregar projetos ambientais que venham a incentivar a recuperação da nossa natureza..."

2. Possibilidades de sanar as dificuldades:

1º Parágrafo: "Atualmente no Brasil a conscientização por parte da população em geral..."

* Onde começa "... Sabemos que em décadas anteriores...", deve-se abrir novo parágrafo pois esta frase inicia-se com nova ideia.

* Ainda neste parágrafo, troca-se pecuarista por agricultor e tira-se a vírgula depois de "pecuarista". "O desmatamento desenfreado por parte de madeireiros e AGRICULTORES causou um grande impacto florestal, sem contar com a poluição das águas por agrotóxicos". Desta forma a frase ficou mais coerente pois pecuarista não trabalha com agrotóxico e sim o agricultor trabalha com agrotóxico.

2º Parágrafo: Neste troca-se ambientais por naturais. "... futuro de nossas riquezas naturais, criaram políticas e órgãos ambientais..." Trocou-se estas palavras no sentido de obter mais harmonia na sonorização da frase, sem ~~trocar~~ mudar a ideia que a frase apresenta.

3º Parágrafo: "Portanto, o papel do Engenheiro Florestal, diante de tais problemas, é de empregar projetos ambientais que venham a incentivar a recuperação de nossa natureza, com projetos que vão desde o reflorestamento até ao manejo sustentável, bem como fiscalizar e cobrir a degradação de nosso ecossistema."

Neste, acrescentou-se uma vírgula depois de portanto com objetivo de obter uma breve pausa.

Tirou-se o ponto depois de natureza e pôs-se vírgula para dar mais sentido a frase.

Também acrescentou-se mais ideias para concluir sobre o papel do Engenheiro Florestal.

ANEXO 08 – Reescrita do acadêmico 1

PRODUÇÃO TEXTUAL

VERSÃO NR.: 02 (reescritura)

ACADÊMICO: 1

TÍTULO: Impacto Ambiental

Tema: 1) Qual o papel do Engenheiro Florestal diante dos problemas ambientais?

Atualmente no Brasil, a conscientização por parte da população em geral, vem crescendo no sentido de preservar o que nos resta.

Sabemos também que em décadas anteriores a natureza, como um todo, sofreu uma grande perda de suas riquezas, causando um grande desequilíbrio ecológico. As causas são variadas. Uma delas foram as atividades agrícolas, transformando os matos em glebas agrícolas, plantações e pastos.

Diante de tais situações, nossos governantes preocupados com o futuro de nossas riquezas naturais, criaram políticas e ações ambientais que visam a fiscalizar e evitar a degradação de nosso ecossistema.

Algumas possibilidades como fiscalização por satélite, fiscalização in loco, aplicação de multas, exigindo a recuperação da área degradada, e ^{uma das} mais importantes, a denúncia da própria comunidade atingida. Só assim iremos nos educar para a preservação de nosso ecossistema.

Portanto o papel do Engenheiro Florestal
~~é amplo~~, diante de tais problemas, é amplo.
Empregando projetos ambientais que venham
a incentivar a recuperação e a manutenção
de nossa natureza. Fiscalizando, conscientizando
e auxiliando a comunidade, tanto da cidade
como do interior. Com projetos que vão desde
o reflorestamento até o manejo sustentável.

Espaço reservado para anotações do professor:

ANEXO 09 – Produção final do acadêmico 1

PRODUÇÃO TEXTUAL

VERSÃO NR.: 03 (produção final)

ACADÊMICO: 1

TÍTULO: Impacto Ambiental

Atualmente, no Brasil, a conscientização por parte da população em geral vem crescendo nos sentidos de preservar o que nos resta.

Sabemos também que em décadas anteriores a natureza, como um todo, sofreu uma grande perda de suas riquezas, causando um grande desequilíbrio ecológico. As causas são variadas. Uma delas foi a agricultura itinerante, que transformou as matas em glebas agrícolas, plantações e pastos.

Diante de tal situação, nossos governantes, preocupados com o futuro de nossas riquezas naturais, criaram políticas e órgãos ambientais para fiscalizar e evitar a degradação de nosso ecossistema.

Algumas possibilidades, tais como a fiscalização por satélite, a fiscalização in loco, as aplicações de multas, exigindo a recuperação da área degradada, não atingem seu objetivo. Mas, talvez, uma das mais importantes, a denúncia da própria comunidade atingida, poderá ser intensificada. Se assim, efetivamente, viermos nos educar para a preservação do ecossistema.

Portanto, o papel do Engenheiro Florestal, diante

de tais problemas, é amplo. Uma das funções mais importantes que compete a esse profissional: empregar projetos ambientais que tenham incentivos a recuperação e a manutenção de áreas naturais. Além disso, atuar fiscalizando, conscientizando e auxiliando a comunidade, tanto da cidade como do interior.

Com projetos que vão desde o replantio até o manejo sustentável, é possível, senão recuperar, pelo menos manter o que ainda resta.

Espaço reservado para anotações do professor:

ANEXO 10 – Produção inicial do acadêmico 2

PRODUÇÃO TEXTUAL

VERSÃO NR.: 01 (produção inicial)

ACADÊMICO: 2

TÍTULO: Água potável e poluição

O Brasil é um dos países com a maior quantidade de água doce do planeta. Mas assim como muitos países, a quantidade de água potável é muito pequena, pois, os rios estão sendo poluídos de diversas formas.

Um exemplo disso está no fato de nosso país não ter um sistema de esgoto completo, pois, muitas vezes os dejetos não param nos rios e por consequência, nos rios.

Outros fatos que envolvem a poluição das águas, também podem ser observados na agricultura, com a aplicação de defensivos agrícolas e até mesmo na criação de animais (avicultura e suinocultura), muito presentes em nossa região.

Adotando um sistema de saneamento básico eficiente e principalmente cuidando das fontes de água potável que ainda existem, poderemos iniciar um trabalho de limpeza dos cursos d'água.

Se a preservação das fontes de água potável for levada a sério, em pouco tempo a diferença poderá ser notada em diversos aspectos, onde um dos mais importantes é o aspecto da saúde.

Atualmente as águas contaminadas causam muitas doenças as populações, principalmente à crianças. Mas não adianta apenas sua conscientização como leitor,

devemos estar cientes disso, mas além disso, devemos agir. Grande quantidade de mananciais de água potável ainda existentes, pois eles são poucos em relação ao planeta e se cada ser humano fizer sua parte na recuperação e preservação dos cursos d'água, teremos água potável por muito tempo.

Espaço reservado para anotações do professor:

Seu texto ficou muito bom! Pontos a rever/refletir:
 2º parágrafo: alterar o elemento coesivo "pois" para "assim"
 6º parágrafo: concluir a ideia do 5º → uni-los / rever o uso da expressão "caro leitor" (incluir-se nesse chamamento!)
 7º parágrafo: a conclusão pode ser ampliada, quem sabe apontando possíveis soluções
 Problemas gerais: pontuação, acentuação, crase, ortografia.

.) Por que devemos nos preocupar em preservar as fontes ainda existentes de água potável?

ANEXO 11 – Lista de constatações do colega-leitor sobre a produção inicial do acadêmico 2

LISTA DE CONSTATAÇÕES

Acadêmico: _____

Data: 12/11/04.

Texto analisado: Água potável e poluição

1. Dificuldades encontradas na produção de texto do gênero Artigo de Opinião:

- Uso de palavras desnecessárias. Mas assim como muitos países, (...) pois os rios estão sendo...
- No terceiro parágrafo é citado a contaminação dos rios por criação de animais (avicultura e suinocultura).
- No quarto parágrafo o uso de palavra o singular na sequência da frase que estava no plural.
- Pontuação torna o texto confuso.
- No quinto parágrafo começa a falar sobre densas e, passa para outro assunto sem concluir.
- No último parágrafo o uso de "cuide" apresenta agressividade.

2. Possibilidades de sanar as dificuldades:

- Ficaria melhor. Mas como muitos países, (...), devido os rios estarem sendo poluídos (...).
- Poderia no terceiro parágrafo especificar, comentar de forma mais aprofundada o assunto "avicultura e suinocultura" o que estes trazem de prejuízos para a água.
- Observar o uso de palavras no plural, manter a frase no plural.
- Pontuação adequada para que o texto não se torne confuso.
- Quando iniciar uma ideia fazer uma sequência, não deixando o leitor confuso.
- No último parágrafo o uso de "cuide" demonstre que somente o leitor deve cuidar, se sentindo de problema.

ANEXO 12 – Reescrita do acadêmico 2

PRODUÇÃO TEXTUAL**VERSÃO NR.: 02 (reescritura)****ACADÊMICO: 2****TÍTULO:** Vamos recuperar a água**Tema:** Para que devemos nos preocupar em preservar as fontes ainda existentes de água potável? (a)

O Brasil é um dos países com maior quantidade de água doce do planeta. Mas como muitos países, a quantidade de água potável é pequena, pois, os rios estão sendo poluídos de diversas formas.

Um exemplo disso está no fato de nosso país não ter um sistema de esgoto completo, pois menos de 5% dos resíduos são tratados adequadamente. Assim muitas vezes os dejetos não passam nos coletores e por consequência nos rios.

Outros fatos que também envolvem a poluição das águas, podem ser observados na agricultura, com a aplicação de defensivos agrícolas (poluem a terra e os lençóis freáticos), ou até mesmo na criação de animais, muito presentes em nossa região.

Adotando um sistema de saneamento básico eficiente e principalmente cuidando das fontes de água potável que ainda existem, poderemos iniciar um trabalho de revitalização dos cursos d'água.

Se a preservação das fontes de água potável não levada a sério, em pouco tempo a diferença poderá ser notada em diversos aspectos, sendo um dos mais importantes, o da saúde. Atualmente águas contaminadas causam muitos

ciências, principalmente as exatas.

Mas não adianta apenas essa conscientização; devemos estar cientes, mas além disso devemos agir, fazendo mutirões de limpeza nos mananciais, orientando a reciclagem do lixo, diminuindo a concentração de agrotóxicos no solo, assim como muitos outros formas de preservação, pequenas mas que causam grandes impactos positivos.

Ainda existem mananciais de água potável, porém em baixo número. Assim, se cada ser humano fizer sua parte na recuperação e preservação, seguindo algumas das formas citadas acima, teremos água potável por muito tempo.

Espaço reservado para anotações do professor:

ANEXO 13 – Produção final do acadêmico 2

PRODUÇÃO TEXTUAL**VERSÃO NR.: 03 (produção final)****ACADÊMICO:** 2**TÍTULO:** Vamos Recuperar a água!

O Brasil é um dos países com maior quantidade de água doce do planeta. Mas, como muitos países, a quantidade de água potável é pequena, pois os rios estão sendo poluídos de diversas formas.

Um exemplo disso está no fato de nosso país não ter um sistema de esgoto completo - menos de 5% dos resíduos líquidos são tratados devidamente. Assim, muitas vezes os dejetos não param nos coletores e, por consequência, nos rios.

Outros fatos que também envolvem a poluição das águas podem ser observados na agricultura, com as aplicações de defensivos agrícolas (podem a terra e os lençóis freáticos), ou até mesmo na criação de animais, prática muito presente em nossa região.

Adotando um sistema de saneamento básico eficiente e, principalmente, cuidando das fontes de água potável que ainda existem, podemos iniciar um trabalho de revitalização dos cursos d'água.

Se a preservação das fontes de água potável for levada a sério, em pouco tempo a diferença poderá ser notada em diversos aspectos, sendo um dos mais importantes o da saúde. Atualmente, águas contaminadas causam muitas doenças, principalment

às crianças

— Mas não adianta apenas nossa conscientização; devemos estar cientes, mas, além disso, devemos agir, fazendo mutirões de limpeza nos mananciais, orientando a reciclagem do lixo, diminuindo a concentração de agrotóxicos no solo, assim como muitas outras formas de preservação, pequenas, mas que causam grandes impactos positivos.

Lembremo-nos que ainda existem mananciais de água potável, porém em baixo número. Assim, se cada ser humano fizer sua parte na recuperação e preservação, seguindo algumas das sugestões acima, teremos água potável por muito tempo.

Espaço reservado para anotações do professor:

ANEXO 14 – Produção inicial do acadêmico 3

PRODUÇÃO TEXTUAL**VERSÃO NR.: 01 (produção inicial)****ACADÊMICO:** 3**TÍTULO:** Flora e Sua Importância

Flora, é a marcação de um determinado local, enfocando as florestas, bosques em fim o que envolve a natureza, como exemplo temos a flora brasileira.

Com isso a flora tem um papel muito importante para que ocorra o equilíbrio ecológico, pois é ela que fornece várias atividades para que animais, humanos em fim os seres vivos tenham possibilidade de ter uma vida digna para sobreviver.

Ela possibilita a nos dar oxigênio, alimentos, moradia, harmonia laser em fim muitas outras coisas que ajudam para o nosso benefício.

Como já sabemos a flora é muito importante para que ocorra o equilíbrio ecológico, mas tem seres humanos que não percebem isso e acabam destruindo-a, só para ter lucros financeiros, assim, desmatando as terras para fazerem plantio agrícola, para a criação de animais como ovinos, bovinos e outros ou na maioria das vezes só para a extração de madeira.

Essas pessoas que a destroem, deveriam ser punidas seriamente, mas aqui no Brasil, a poucos

— pessoas especializadas para fazer a vigilância necessária para que os punam.

— Por isso devemos nos concentrar e preservar a flora, pois sem ela não haverá uma vida refletida de paz e harmonia.

— Assim teríamos uma vida digna para viver.

Espaço reservado para anotações do professor:

— Seu texto ficou bom, porém necessita de ajustes / reflexões:

— 1º parágrafo: explicar melhor o termo "marcação"!

— 2º parágrafo: uni-lo com o 3º, reorganizando as ideias

— 4º parágrafo: se sabemos que a flora é importante, por que a destruímos?

— Últimos parágrafos: a conclusão ficou muito brusca! Como deve ocorrer a consciência de preservação?

— Problematicar gerir: pontuação, ortografia, repetição de palavras, acentuação, concordância nominal.

F) Em relação a Flora, qual é a sua importância para o equilíbrio ecológico do planeta?

ANEXO 15 – Lista de constatações do colega-leitor sobre a produção inicial do acadêmico 3

LISTA DE CONSTATAÇÕES

Acadêmico: _____

Data: 12/10/04

Título: Flores e seu Importância

1. Dificuldades encontradas na produção de texto do gênero Artigo de Opinião:

- Erro de pontuação: 1. Flores, é a menção de um determinado local, enfocando as flores, longas, em fim, e que envolve a natureza, como exemplo, Ter as flores brasileiras.
- 2. = pois é ele que fornece várias atividades para que os animais, hermas, em fim, os seres vivos tenham possibilidade de ...
- 3. = Ela possibilita o uso da origem, elixir, medicina, harmonia, logo, em fim, muitas outras coisas que ajuda para o bem-estar.
- Erro de concordância: 1. = desmatando as terras para fazer plantar árvores, para a criação de animais, como vacas, leitões e outros, ou para a extração de madeira.
- Erro de ortografia: possibilidade, harmonia, reflete

2. Possibilidades de sanar as dificuldades:

- 1. = Flores; é a menção de um determinado local, enfocando as flores, longas, em fim, e que envolve a natureza; como exemplo, Ter as flores brasileiras.
- 2. = pois é ele que fornece várias atividades para que os animais, hermas, em fim, os seres vivos tenham possibilidade de ...
- 3. = Ela possibilita o uso da origem, elixir, medicina, harmonia, logo, em fim, muitas outras coisas que ajuda ...
- Erro de concordância = 1. = desmatando as terras para fazer plantar árvores, criação de animais, vacas, leitões e outros, ou para a extração de madeira.
- Erro de ortografia = possibilidade, harmonia, reflete.

ANEXO 16 – Reescrita do acadêmico 3

PRODUÇÃO TEXTUAL**VERSÃO NR.: 02 (reescritura)****ACADÊMICO: 3****TÍTULO: Flora e Sua Importância****Tema: F) Em relação a Flora, qual é a sua importância para o equilíbrio ecológico do planeta?**

Flora é a marcação, um conjunto de um determinado local, enfocando as florestas, bosques, enfim, o que envolve a natureza; como exemplo temos a flora brasileira.

Com isso, a flora tem um papel essencial para que ocorra o equilíbrio ecológico. Assim é ela que nos dá oxigênio, alimentos, moradia, harmonia, lazer, entre outras coisas que ajudam para que tenhamos uma vida melhor.

Presupõe-se que essas informações, são de conhecimentos comuns, mas há seres humanos que não percebem isso e acabam destruindo-a, só para ter lucros financeiros. Assim, desmatam as terras para fazerem plantios agrícolas, para a criação de animais, ou na maioria das vezes, só para a extração de madeiras.

Devido a isso, o Brasil possui hoje uma área florestal de 3,4 bilhões de km^2 , cerca de 40% da sua área total. Antigamente existia 15% de mata Atlântica, e hoje só temos 7%. Isso ocorre devido a um grande desmatamento.

As pessoas que destroem a flora, deveriam ser punidas seriamente; com multas altas, trabalhos voluntários para o reflorestamento da área atingida, ou dependendo de casos mais graves, sendo até preso, mas aqui no Brasil, a pouca pessoas especializadas para fazer a vigilância necessários para que os punem.

Por isso, devemos nos conscientizar e a preservar a flora, através de campanhas florestais, palestras e outras coisas que ajudam para a preservação da flora.

Fazendo tudo isso, teremos uma vida repleta de paz e harmonia, tendo então uma vida digna para se viver.

Espaço reservado para anotações do professor:

ANEXO 17 – Produção final do acadêmico 3

PRODUÇÃO TEXTUAL

VERSÃO NR.: 03 (produção final)

ACADÊMICO: 3

TÍTULO: A Flora e a Sua Importância

Flora é a marcação, um conjunto de um determinado local, enfocando as florestas e bosques. Ela tem um papel essencial para que ocorra o equilíbrio ecológico, pois nos fornece oxigênio, alimentos, moradia, lazer, entre outras coisas que ajudam para que tenhamos uma vida melhor.

Pressupõe-se que essas informações são de conhecimento comum, entretanto há seres humanos que não percebem isso e acabam destruindo a flora, só para ter lucros financeiros. Assim, desmatam as terras para fazerem plantios agrícolas, para a criação de animais ou, na maioria das vezes, só para a extração de madeira.

Devido a isso, o Brasil possui hoje, segundo dados do IBGE, uma área florestal de 3,4 milhões de quilômetros quadrados, cerca de 40% da área total do país. Outra situação alarmante: à época do descobrimento, a Mata Atlântica cobria cerca de 55% do território nacional e atualmente existe só 7% do ecossistema original. Tudo por causa do desmatamento desenfreado.

As pessoas que destroem a flora deveriam ser

reunidos periodicamente, com paradas muitas, direção de comprar trabalhos voluntários para o reflorestamento da área atingida ou até, dependendo da gravidade dos casos, serem presas. Mas, aqui no Brasil, há poucas pessoas especializadas para fazer a vigilância necessária da natureza.

Por isso, devemos nos conscientizar e preservar a flora, através de campanhas florestais, palestras e outras atividades importantes.

Fazendo tudo isso, certamente voltaremos a ter uma vida repleta de paz e harmonia, com respeito à natureza.

Espaço reservado para anotações do professor:

ANEXO 18 – O ‘Engenharia Florestal em Opinião’

Engenharia Florestal

Publicação do Curso de Engenharia Florestal · Edição Especial · Dezembro de 2004

EM OPINIÃO

Distribuição Gratuita



1ª Turma de Engenharia Florestal da Unoesc Xanxerê



Visita à Floresta Nacional de Chapecó



Apresentação

Discutir a problemática ambiental é, mais do que nunca, uma necessidade urgente. As notícias que lemos diariamente nos jornais causam preocupação, pois a cada dia que passa o meio ambiente está sofrendo as consequências dos abusos que cometemos contra ele. Diante dessa situação, não podemos mais ficar omissos. Precisamos participar das discussões que envolvem essa questão.

Foi com esse pensamento que a turma do 2º Período da Engenharia Florestal da Unoesc Xanxerê resolveu se fazer presente nesse grande debate. Assim, decidi aceitar o desafio de tomar sua opinião pública, através da produção do gênero textual Artigo de Opinião.

A idéia de desenvolver os Artigos de Opinião surgiu a partir da necessidade de ailar os conhecimentos sobre produção de textos, adquiridos na disciplina específica, com a necessidade de discutir um tema que muito aflige os acadêmicos de Engenharia Florestal: a preservação ambiental.

Dessa forma, com nosso enfoque direcionado ao gênero, desenvolvemos uma seqüência didática composta por várias atividades. No início, os acadêmicos tiveram um primeiro contato com o gênero Artigo de Opinião, lendo artigos publicados nos jornais Folha do Alto Itani, Gazeta Regional e Diário Catarinense. Na seqüência, "arrégacaram as mangas" e realizaram a sua primeira produção, uma primeira versão do texto. Esse texto inicial foi analisado lingüisticamente pelo professor e pelos próprios alunos, visando a identificar a adequação de suas produções ao gênero, além de questões específicas envolvendo a textualidade (coesão e coerência textuais, principalmente). Também nesse meio tempo, a nossa convidite, a professora Gersa Panigalli participou de um "bate-papo" com os alunos, discutindo questões envolvendo problemas ambientais no Brasil. Então, novamente os alunos voltaram ao trabalho, reescrevendo seu texto, agora subsidiados por novas informações. Versão que foi novamente analisada e possibilitou chegar na produção final. Por fim, a produção final foi adaptada para publicação neste suporte, que constitui um "jornal diferente", pois não veicula notícias, mas sim os Artigos de Opinião dos estudantes.

Sem dúvida que o trabalho foi árduo, mas atingiu seus objetivos: os textos que aqui estão compõem uma reflexão sobre as principais problemáticas atuais que nos atingem. E a sua função, caro leitor, como interlocutor desses textos, é proporcionar uma "atitude responsiva ativa" – como postula Bakhtin –, também participando desse importante debate.

Queremos agradecer a todos os que colaboraram para que essa empreitada alcançasse seus objetivos: à coordenação do curso, aos patrocinadores e, principalmente, aos acadêmicos, que sentiram "na pele" a responsabilidade que a autoria coloca, mas que também se sentem gratificados por opinarem e sugerirem soluções possíveis para um tema preocupante.

Uma boa leitura para todos!

Professor Ulisses Junior Longhi
Mestrando em Lingüística – UFSC

Temas desta Edição

- **Água Potável/Poluição dos Rios**
Página 02
- **Florestas**
Página 03
- **Natureza/Flora**
Página 04
- **Queimadas**
Página 05
- **Meio Ambiente**
Página 06
- **Poluição Ambiental**
Página 07
- **Engenheiro Florestal**
Página 08

Água Potável/Poluição dos Rios

RIOS: A QUESTÃO É PRESERVAR!

acadêmico 4

O crescimento desordenado das cidades acarreta vários problemas ambientais, destacando-se a poluição dos rios que as margeiam. A maioria das cidades sofre com esse problema, pois ao longo dos anos não se preocupou em cuidar de seus rios.

Serve de exemplo, a nós e a nossos governantes, o estado em que se encontram os rios nas grandes cidades. A cada chuva de maior intensidade que ocorre, é um desastre geral, pois os rios transbordam, invadindo e destruindo ruas, residências e empresas. Tudo isso devido ao alto grau de poluição e o grande acúmulo de lixo, o que torna a recuperação dos rios uma tarefa quase impossível.

Até nas cidades consideradas de pequeno porte, o nível de poluição assusta, uma vez que não possuem um sistema de redes de esgotos com tratamento. Assim, todos os tipos de dejetos são despejados geralmente nos rios, sem controle algum.

Nós temos o direito e o dever de exigir ou propor soluções para esse problema. Ou será que teremos que conviver com rios totalmente poluídos, correndo ao lado de nossas casas? Isso sem falar na questão da água potável, das doenças e do mau cheiro.

Portanto, devemos nos conscientizar que a poluição dos rios é um problema sério, que pode ser resolvido com medidas tais como a implantação de tratamento de esgotos, plantio de árvores ao longo do leito dos rios, coleta de lixo e, sobretudo, através de palestras, campanhas e programas de educação ambiental.

A ÁGUA PEDE SOCORRO!

acadêmico 5

A qualidade da água que bebemos é um assunto que está frequentemente sendo comentado na mídia. Porém, a discussão e as ações parecem não conduzir a ações práticas para que obtenhamos êxito na resolução dos problemas que envolvem a água.

As doenças causadas pela contaminação de nossas fontes de água são rotineiramente vistas em nossos hospitais e centros de saúde. Falta de água nos reservatórios das usinas, causando os "apagões"; ciclones que começam a aparecer do nada; chuvas de granizo, são alguns dos sinais da natureza de que estamos ferindo gravemente sua parte vital.

Acreditamos que o começo para a solução deste problema, falando em especial da nossa região, é a conscientização dos habitantes das áreas rurais, prevenindo a contaminação das fontes de água por dejetos de suínos e agrotóxicos.

Porém não é só a eles que deve ser creditada a "culpa" pela situação atual da nossa água. A população dos centros urbanos deve cobrar, com mais intensidade, um saneamento básico mais eficiente, fazendo com que evitemos ao máximo a contaminação de nossos rios.

Não estamos sabendo ouvir e assimilar os sinais que estão sendo mostrados e, além de tudo, não estamos agindo para evitar novas catástrofes e para manter o nosso mais vital bem: a água.

VAMOS RECUPERAR A ÁGUA!

acadêmico 2

O Brasil é um dos países com maior quantidade de água doce do planeta. Mas, como muitos países, a quantidade de água potável é pequena, pois os rios estão sendo poluídos de diversas formas.

Um exemplo disso está no fato de nosso país não ter um sistema de esgoto completo – menos de 5% dos resíduos totais são tratados devidamente. Assim, muitas vezes os dejetos vão parar nos córregos e, por consequência, nos rios.

Outros fatos que também envolvem a poluição das águas podem ser observados na agricultura, com a aplicação de defensivos agrícolas (poluem a terra e os lençóis freáticos), ou até mesmo na criação de animais, prática muito presente em nossa região.

Adotando um sistema de saneamento básico eficiente e, principalmente, cuidando das fontes de água potável que ainda existem, poderemos iniciar um trabalho de revitalização dos cursos d'água.

Se a preservação das fontes de água potável for levada a sério, em pouco tempo a diferença poderá ser notada em diversos aspectos, sendo um dos mais importantes o da saúde. Atualmente, águas contaminadas causam muitas doenças, principalmente às crianças.

Mas não adianta apenas nossa conscientização; devemos estar cientes, mas, além disso, devemos agir, fazendo milhões de limpeza nos mananciais, orientando a reciclagem do lixo, diminuindo a concentração de agrotóxicos no solo, assim como muitas outras formas de preservação, pequenas, mas que causam grandes impactos positivos.

Lembre-mos que ainda existem mananciais de água potável, porém em baixo número. Assim, se cada ser humano fizer sua parte na recuperação e preservação, seguindo algumas das sugestões acima, teremos água potável por muito tempo.

Supermercado

maximo

Fone: 433-5433

SUA VIDA TAMBÉM DEPENDE DOS RIOS!

acadêmico 6

Os rios têm um valor importante para a natureza, mas o homem, que também faz parte da natureza, vem praticando ações que colocam em risco o principal papel dos rios: manter a vida no planeta.

Nas grandes cidades, onde a concentração de pessoas é maior, ocorre uma intensa degradação e poluição dos rios, devido a grande quantidade de lixo e produtos químicos que são lançados neles. Isso ocorre por inúmeros fatores, entre os quais a falta de lugares apropriados para depositar o lixo. Mas acontece também por falta de consciência do povo, que não reflete que um simples ato realizado hoje pode prejudicar milhares de pessoas futuramente.

As pequenas cidades também já estão sofrendo com a poluição dos rios. Um problema gerado pela falta de tratamento de esgoto e pelo uso desenfreado de agrotóxicos nas lavouras próximas às cidades, prejudicando, assim, o meio ambiente e poluindo os cursos de água.

Algumas atitudes podem estar sendo tomadas para erradicar esse problema ou, pelo menos, conter o avanço e diminuir o nível de poluição existente: o tratamento de esgoto, a coleta seletiva do lixo, o uso adequado de agrotóxicos e, ainda, o mais importante, a própria conscientização das pessoas. Tudo isso pode trazer grandes benefícios ao homem e à natureza.

Portanto, se todos se unirem e trabalharem em conjunto, as chances de se obter resultados benéficos é, com certeza, maior. Como diz o ditado: "duas cabeças pensam melhor que uma". E acrescentamos ainda que "duas cabeças agem melhor que uma". Só assim melhoraremos o meio em que vivemos e que futuramente nossos filhos e netos irão viver.

NO FUTURO, TEREMOS ÁGUA?

acadêmico 7

Hoje, no nosso dia-a-dia, temos uma grande disponibilidade de água, porém a maioria das fontes estão poluídas. A situação da água no Brasil é crítica, devido à toxicidade com dejetos industriais – menos de 5% dos resíduos são tratados devidamente.

Estudos científicos relatam que nos próximos anos a água potável vai acabar. A falta de conscientização de todos nós está prejudicando muito a qualidade e a vida das fontes de água. Precisamos pensar que a água retirada do solo serve de consumo meu, seu, enfim, de todos.

Devemos preservar o meio ambiente, deixando que a mata ciliar se desenvolva novamente nas encostas dos rios, lagos e nascentes, parar com os agrotóxicos nas lavouras, fiscalizar as indústrias que despejam produtos químicos na água, não jogar lixo no chão, preservar as bacias hidrográficas para que, no futuro, continuemos com uma água saudável e pura.

Lembremos: o problema da poluição influencia na vida de todos nós, podendo trazer doenças, intoxicação e até a morte!

Vamos recordar que a água é uma fonte enriquecida e que, a cada dia, precisa ser mais preservada.

POLUIÇÃO DOS RIOS: PROBLEMA DAS CIDADES OU DO INTERIOR?

acadêmico 8

A poluição dos rios é um problema que nos preocupa e até dá medo em falar. Mas, por que poluir um rio com lixo, quando podemos colocá-lo em lixeiros?

Esse não é só um problema das grandes ou pequenas cidades, pois é uma situação que também atinge o interior. É interessante analisarmos que, no caso do interior, os dejetos de animais e lixos domésticos quase sempre não têm um destino adequado.

Voltando à cidade, não é muito diferente: uma boa parte do lixo vai para os rios. Vejamos a dimensão do problema: uma pessoa produz, em média, 500 gramas de lixo por dia. Qual o destino final desse lixo? Já começa um episódio que já conhecemos: a poluição dos rios, que causa a contaminação dos peixes e da água.

Por que isso não aconteça, é preciso que o governo forneça incentivo e promova campanhas de preservação do meio ambiente, pois só assim estaremos motivados a não poluir.

A solução pede urgência: conscientizar-se de que estamos poluindo, e muito, os rios e o mar. Afinal, os maiores prejudicados seremos nós, sem água pura para beber e sem peixes para nos alimentar.

EXPEDIENTE:

Publicação do 2º Período de Engenharia Florestal da Unoesc Xanxerê

* Artigos de Opinião produzidos pelos acadêmicos do curso, durante a disciplina de Produção de Textos (2º semestre/2004), sob a orientação do professor Ulisses Junior Longhi

Criação e Diagramação: Jones Volpato
Revisão nos originais: professor Ulisses Junior Longhi e acadêmicos do curso de Engenharia Florestal
Impressão: News Print Gráfica e Editora Ltda.
Tiragem: 500 exemplares

03

PRESERVAR É A MELHOR SOLUÇÃO!

acadêmico 9

Um dos problemas que temos notado nas cidades onde existem rios, lagos e córregos é a poluição.

Temos que nos preocupar em solucionar esse problema! Para isso acontecer, é preciso que as pessoas tomem consciência de que não poluir é a melhor atitude, pois, assim, preserva-se a vida dos rios. Muitas vezes essa água que está poluída é usada para o nosso próprio consumo.

O problema da poluição influencia na vida de todos nós, podendo trazer doenças, intoxicação e até a morte.

O problema não afeta só as grandes cidades: aqui na nossa cidade, por exemplo, temos o rio Xanxerê, que está poluído com lixo, dejetos, esgotos. Para isso acabar, é necessário utilizarmos métodos de preservação.

Assim, precisamos buscar um sistema de organização do lixo, mais lixeiras nas ruas, para que o lixo não seja jogado no chão e acabe indo parar no rio. Nas nossas casas, um sistema de esgoto adequado, como existe na cidade de Faxinal dos Guedes, seria importante, para que possamos viver em uma cidade em que a qualidade de vida seja exemplar.

Outro ponto importante: a conservação da mata ciliar ajuda muito na preservação dos rios. Assim, vamos cuidar dela, não a retirando da beira dos rios, mas plantando cada vez mais e mantendo a vegetação já existente.

Precisamos lembrar que a poluição não traz benefícios a ninguém; por isso, evitá-la é a melhor solução. Campanhas de conscientização ajudam a manter a cidade limpa e é isso que devemos cobrar do governo: que ele promova campanhas na televisão, nas escolas, em instituições, com palestras, sensibilizando para que todos participem!

Sabemos que essas iniciativas devem começar por nós. Se em cada momento que pensamos em poluir, lembrarmos que se um poluiu, outro também poluirá e, assim, nunca vamos atingir o nosso maior objetivo: a preservação.

ÁGUA POTÁVEL: RIQUEZA QUE SE ESGOTA

acadêmico 10

Como é difícil achamos água potável nos dias atuais! Esse é um problema que todos os países sofrem, muitas vezes pela má preservação das nascentes de água e das matas.

A riqueza da água é um bem que está se esgotando. Poucos se preocupam na questão de preservá-la, pensando que ela nunca acabará.

Difícilmente achamos água potável na natureza, por não existir uma preocupação com as matas ciliares e nascentes. Hoje, para achamos água de boa qualidade, precisamos perfurar o solo para encontrá-la nos lençóis freáticos – uma prática que envolve custos altíssimos.

Não seria mais fácil, de repente, preservarmos as nascentes de água e matas ciliares para ter água potável à vontade, sem nos preocuparmos e ficar cada vez mais degradando o meio ambiente? Seria muito mais fácil e, além disso, teríamos uma água muito mais saudável, pois não existiria tanta degradação e, o melhor de tudo, não gastaríamos tanto para termos uma água de "melhor qualidade".

O Brasil é um país privilegiado. A maior quantidade de água potável no mundo encontra-se aqui. O país possui uma ampla bacia hidrográfica, tanto de água doce quanto de água salgada. Mas essa riqueza não tem sido bem cuidada.

Assim, para fugirmos dessa realidade assustadora, é necessário que todos se conscientizem, principalmente gastando menos água, preservando as nascentes e matas, não poluindo córregos, rios e lagos. Só que não adianta falarmos: temos que agir. Que tal começarmos agora?

Florestas

SUA VIDA TAMBÉM ESTÁ EM JOGO!

acadêmico 11

O desmatamento atinge, atualmente, 46% das matas originais do planeta e se origina, principalmente, pelo crescimento populacional desenfreado e pela ganância econômica – fatores que pressionam para a transformação e diminuição das regiões de floresta.

Ao longo dos anos, foram inúmeros os fatores que contribuíram para a devastação das florestas, como, por exemplo, a extração de madeira para comercialização, as queimadas para a prática agropecuária, a construção de estradas, a implantação de projetos hidroelétricos, entre outros.

Hoje, sofremos e vivenciamos as consequências desse desmatamento desenfreado e sem controle, como a má qualidade da água; a extinção de espécies animais e arbóreas, nas quais poderia estar o remédio para muitas de nossas doenças; solos impróprios para cultivo; as estações do ano já não se apresentam com características somente delas próprias, etc. Vale lembrar que a floresta não é o único fator que influencia nas questões citadas acima.

Percebe-se que há um despertar da população com relação aos impactos ambientais causados no decorrer dos anos, mas esta conscientização é ainda muito pequena e seria utópico pensar que um dia haverá uma conscientização plena da população em relação à preservação florestal.

Assim, diante de tantos problemas, o reflorestamento vem sendo uma prática bastante executada atualmente, contribuindo para a preservação das poucas áreas de mata nativa ainda existentes. Devemos refletir que a destruição das matas não constitui somente risco à biodiversidade, sendo inúmeros os prejuízos causados pelo desmatamento, que, conseqüentemente, afeta a qualidade de vida.

Somos privilegiados por viver neste século, tendo a oportunidade de conhecer a rica biodiversidade do planeta, mas sugiro que não olhemos apenas "para nossos umbigos" e pensemos nas gerações futuras, preocupando-nos com o desenvolvimento sustentável, visando o mínimo de agressão ao meio ambiente.

FLORESTAS: ONTEM, HOJE, AMANHÃ...

acadêmico 12

A devastação de nossas florestas vem ocorrendo com muita frequência, sem práticas de manejo e ou de sustentabilidade.

As florestas ainda existentes estão em condições desfavoráveis diante de questões sócio-ambientais de preservação. Assim, há os que defendem e há os que exploram.

A importância em preservar as florestas existentes está evidenciada e refletida nos dias atuais. Antigamente, a nossa região era repleta de florestas, com vastas espécies. Hoje, o pouco que resta é bastante cobrado pelo setor madeireiro.

Para contornar esse problema, devem ser implantados reflorestamentos que possam suprir a demanda de madeira. Essa é uma das maneiras para preservar as florestas. Além disso, o extrativismo sustentável dentro de uma floresta mantém o ambiente em equilíbrio permanente, o que é fundamental para manter a qualidade de vida.

Caso não tomarmos nenhuma atitude, amanhã não teremos mais florestas para explorar!

FLORESTAS EM EXTINÇÃO

acadêmico 13

Grande parte da madeira extraída no Brasil é legal. Isso acontece por falta de fiscalização nas florestas, rios e áreas indígenas, e, principalmente, por falta de punição para os danos de madeireiros, pois só os extrativistas – conhecidos como lenheiros – sofrem sanções mais severas.

Para combater as ações prejudiciais às florestas é preciso trabalhar com a conscientização, via campanhas de reflorestamento e distribuição de mudas. Além disso, é fundamental mostrar a todos os prejuízos que o desmatamento traz e os benefícios que as florestas nos oferecem.

Sem dúvida nenhuma que a aplicação de leis que proibam a extração de madeiras nativas e a composição de equipes maiores para vigiar matas e rios são possibilidades eficazes.

Em relação ao governo, ele deveria demonstrar mais interesse pelas florestas, financiando pesquisas de plantas medicinais, e não deixando outros países estudarem nossas plantas e se beneficiarem com isso. Outra maneira seria o governo proporcionar incentivo para que empresas patrocinem a manutenção de florestas.

A conservação e a recomposição de florestas fazem grandes benefícios diretos para o homem e para a manutenção da fauna e da flora. O conhecimento da importância ecológica das florestas, consideradas um dos recursos mais importantes para a vida, não pode acabar e é nossa tarefa defender essa riqueza.

FLORESTAS: PRESERVANDO SOB IMPOSIÇÃO!

acadêmico 14

O ser humano, no seu íntimo e constituição, sempre agiu e viveu em sociedade. Nesse ambiente, e submisso a uma estrutura que lhe dá segurança e dita as diretrizes que controlam as suas ações, vive até hoje. Inicialmente, essa controle limitava-se à esfera pública, mas, posteriormente, por necessidade, estendeu-se à esfera privada, para assim limitar a ação dos proprietários de terras no que tange ao manejo florestal consentido, na sua própria terra. Abusos observados, com incalculável impacto ambiental devido ao incorreto manejo de áreas florestais, passaram a ser reprimidos pela ação do poder público. Alguém finalmente defendeu a natureza. Último isso, não é?

As florestas, sendo consideradas um bem comum, pertencente a todos, recebem atenção aquém do necessário, o que não ocorre em se tratando de um bem privado, como, por exemplo, a nossa casa.

Tem se observado a crescente necessidade de que órgãos públicos direcionem cada vez mais as suas ações de fiscalização às áreas florestais, minimizando e podendo até evitar sérios danos ambientais. Há ainda ações no setor educacional, ressaltando a importância da preservação do verde sobre esta terra, que podem ajudar o jovem estudante de hoje a vir a se tornar o profissional de amanhã que mais respeite a floresta, pois foi orientado e esclarecido a tempo. Isso, efetivamente, é educação ambiental!

Sabemos que as florestas compõem o ecossistema e exercem importante função na purificação do ar atmosférico e da água doce. Procuremos imaginar a vida sem esses dois elementos... É impossível, não é? Somente isso já seria suficiente para caracterizar a importância da preservação florestal.

Diante dessa situação, nos perguntamos: o que falta para colocarmos as ações em prática? Todos são igualmente reféns das atitudes hoje tomadas e suas possíveis consequências. Então, vamos evitar os danos à natureza, para não nos arrependermos tarde demais...



SERPLANTA

Topografia - Georeferenciamento - Assessoria Agropecuária e Florestal

Rua Frei Caetano - 554 - 89683-000 - Ponte Serrada - SC
Fone/Fax 0xx49 435-0143 E-mail: corato@netps.com.br

Natureza/Flora

EQUILÍBRIO ECOLÓGICO: UM FATOR VITAL

acadêmico 15

A flora não existe por acaso. Ela é a principal responsável pela vida no planeta. Além de proporcionar a renovação e a purificação do ar que respiramos, é, também, o habitat e fonte alimentar de microorganismos e determinadas espécies animais e vegetais.

Não apenas os animais, mas também nós podemos retirar nosso alimento de alguns vegetais. Algumas espécies são capazes de nos fornecer uma alimentação com valor nutricional muito superior à maioria do que estamos habituados a consumir.

A degradação ambiental no Brasil originou-se a partir do "descobrimento". Desde então, iniciou-se uma agressiva extração dos recursos florestais aqui existentes. No primeiro século, por exemplo, cerca de 50 árvores eram derrubadas diariamente.

Em seguida, passaram a ser implantados os ciclos econômicos. Para a implantação de certas culturas, as florestas tropicais foram desmatadas, retirando os nutrientes minerais presentes no solo e afetando, assim, os ciclos biogeoquímicos existentes ali. A cada três ou quatro cultivos no mesmo local, o solo ficava empobrecido e era abandonado. Em consequência, outra área era desmatada e o processo de degradação reiniciava-se.

Cada vez mais, as pessoas estão desmatando sem consciência das consequências desse ato, que provoca a extinção em massa, a erosão de terras desmatadas, surto de doenças, o assoreamento dos rios, alterações climáticas, entre outras.

O descaso do governo e da população é a principal causa desse problema. É impossível parar a exploração vegetal, mas é importante que se invista em tecnologias menos poluentes e na exploração consciente. Assim, é preciso que as empresas invistam em profissionais qualificados para buscar soluções, tendo em vista o tão sonhado desenvolvimento sustentável, ou seja, produzir com o mínimo de impacto ambiental.

O certo é que enquanto ficarmos buscando apenas a obtenção de lucros sem nos damos conta do tamanho da nossa responsabilidade perante essa causa, permaneceremos caminhando, sem volta, para um abismo muito próximo.

VIOLENCIA CONTRA A NATUREZA

acadêmico 16

A cada dia que passa, o meio ambiente vem sofrendo mais com nossas agressões, já que pouco fazemos para ajudar, mas muito para nos aproveitar, de forma incorreta e criminoso, da natureza.

Assim, é necessário penalizar as pessoas que cometem crimes contra a natureza. Uma possibilidade para isso: que os lucros obtidos por derrubada e venda da madeira sejam totalmente repassados para instituições de caridade e obras sociais.

As áreas desmatadas não podem ficar descobertas e sem ser reconstituída uma nova floresta. Por isso, a maior multa a ser cobrada dos causadores do desmatamento, além do repasse total dos lucros, seria reconstituir uma nova área de vegetação, com espécies nativas do local desmatado e o acompanhamento do crescimento das árvores, para que assim possa ser solucionado o dano que foi causado à natureza.

A conscientização da população pode ser realizada através dos meios de comunicação, de palestras e de seminários nas comunidades, em que sejam tratados assuntos sobre o descaso com a fauna e a flora, por exemplo.

Se por meio da conscientização pudermos evitar em grande parte os crimes cometidos contra a natureza, com certeza irá mudar muito o atual quadro e não será mais preciso penalizar ninguém. Caso isso ocorra, a natureza só tem a agradecer!

ABUSOS CONTRA A NATUREZA

acadêmico 17

Desde 1500, quando os portugueses tomaram posse do Brasil, o meio ambiente começou a ser degradado de forma muito violenta. Desde então, a extração de recursos florestais, a caça predatória, o extrativismo mineral, a poluição em geral, entre outros problemas, estão, aos poucos, esgotando nossas riquezas naturais.

Apesar de todas as leis que visam à preservação da natureza, a degradação ambiental está longe de chegar a um fim. O descaso do governo e da sociedade frente aos crimes ambientais pode ser apontado como a principal causa do esgotamento dos recursos naturais. A constante degradação continua graças à carência da fiscalização e da aplicação das leis que possam punir adequadamente os responsáveis pelos danos, que, na maioria das vezes, saem ileso. Os prejuízos, porém, são irreversíveis.

Com isso, é preciso instituir códigos penais mais rígidos. São várias as punições possíveis; basta que haja fiscalização mais intensa, maior número de profissionais destinados a aplicar a lei, maior preocupação governamental e social em reverter essa situação.

Sabe-se que as punições não são capazes de reverter os danos, entretanto podem inibir os agressores. Ao saber que a prática da degradação implicará em multas, trabalhos comunitários, apreensão de materiais utilizados no crime e, em certos casos, na prisão dos autores, os agressores poderão ficar temerosos e pensar melhor antes de praticar um ato ilegal.

O importante é que tomemos partido da situação e do nosso dever para com o nosso meio, ao invés de vivermos em busca constante de lucros, sem pensar nas consequências de nossos atos. Está na hora de avaliarmos melhor qual é o habitat que queremos deixar para os nossos filhos!

*"Vamos preservar a natureza!
Todos somos responsáveis pelo Meio Ambiente!"*

MEIO AMBIENTE: NOSSO DEVER É PROTEGER!

acadêmico 18

O meio ambiente é um patrimônio de todos. Assim, temos de saber preservá-lo e obedecer aos seus limites. Afinal, ele traz, além de meios de sobrevivência, momentos de lazer.

Se não houvesse desmatamento, agressão à flora e à fauna, a natureza não teria do que se queixar. Isso significa que estamos destruindo não apenas o meio ambiente, mas sim a nós mesmos, que somos os responsáveis diretos pela constante degradação ambiental. Sazonalmente, a natureza não tem como se defender. As leis contra crimes ambientais existem, mas, de certo modo, raramente são cumpridas conforme estão escritas; na maioria das vezes, são ignoradas.

Então, temos que mudar essa forma de pensar e começamos a criar novas leis que sejam capazes realmente de penalizar aqueles que comprometem o meio ambiente, não apenas com o desmatamento, mas também com a poluição dos rios, a matança de animais e outros crimes.

As soluções não são tão difíceis assim, basta vontade de agir. Assim, precisamos urgentemente dar maior importância à conscientização ambiental, com o correto tratamento da água e esgotos, procurando reflorestar áreas que estão degradadas, utilizando melhor a terra – com o uso da policultura, por exemplo. Se algumas atitudes não forem tomadas rapidamente, as consequências para o planeta serão trágicas...

A IMPORTÂNCIA DA FLORA

acadêmico 19

Sabe-se que a flora é, basicamente, um conjunto que engloba uma grande variedade de espécies vegetais. Além disso, ela tem um papel fundamental para a manutenção da vida, pois fornece alimento, habitat para a fauna e uma enorme variedade de plantas para uso medicinal, além de proporcionar madeira para o desenvolvimento sustentável do homem, só para ficar em alguns benefícios.

Apesar disso, somente nos dias atuais a humanidade começou a se preocupar efetivamente com a preservação da natureza. Ou seja, no passado todos achavam que o que era explorado da flora, nunca acabaria. Porém, o que aconteceu, principalmente nos países mais ricos do mundo, é que a flora começou a desaparecer de forma acelerada.

É claro que não devemos ser radicais no pensamento de que não podemos mais explorar as matas brasileiras. Podemos explorar, sim, mas de forma mais racional.

Recordemos que a flora mantém o equilíbrio de toda vida no planeta e que sendo explorada para o nosso desenvolvimento sustentável, ou seja, de uma forma muito mais coerente, pode-se evitar a degradação ambiental.

O QUE DEVE PREDOMINAR É O EQUILÍBRIO

acadêmico 20

No início do século XXI vem sendo apresentada uma conscientização que pouco interessa aos devastadores do ecossistema. Passou o tempo em que tínhamos água potável e florestas que acalmavam nossas vidas. Agora, a situação é outra e a nossa atenção está sendo despertada para o equilíbrio da vida no planeta.

Acreditamos muito na relação homem-natureza e no que venha a possibilitar uma harmonia conjunta com a produção agrícola, pois a preservação ambiental deve ser feita, mas, não esqueçamos, no mundo ainda falta comida!

Devemos olhar a nossa volta e ter consciência de que a poluição é o que mais destrói o equilíbrio da vida. De todas as formas, a poluição só prejudica. Vejamos bem: poluímos a água, matéria-prima que não é reciclável; poluímos o ar, que é a fonte de nossa energia; e poluímos as florestas, que são indispensáveis ao ciclo da vida.

A importância do equilíbrio ambiental deve ser observada principalmente por todos aqueles que tiram da natureza sua fonte de renda e, acima de tudo, pelo governo, que pouco tem auxiliado, pois os problemas ambientais estão trazendo consequências irreversíveis para o planeta, como a falta de água e a radiação solar – cada vez mais constante. Assim, o que predomina é a irresponsabilidade.

Identificados os problemas ambientais, as soluções deveriam ser imediatas! Podemos, e devemos, agir em favor de nossa sobrevivência, antes que seja tarde demais...

Qual é a sua opinião sobre os assuntos abordados nesta Publicação?

Entre em contato conosco:

- ulisses@unoescxxe.edu.br
- volpato@netxan.com.br

Banda
San Riema

05

Engenharia Florestal
EM CIPRIANO**A FLORA E A SUA IMPORTÂNCIA**

acadêmico 3

Flora é a marcação, um conjunto de um determinado local, enfocando as florestas e bosques. Ela tem um papel essencial para que ocorra o equilíbrio ecológico, pois nos fornece oxigênio, alimentos, motricidade, harmonia, lazer, entre outras coisas que ajudam para que tenhamos uma vida melhor.

Pressupõe-se que essas informações são de conhecimento comum, entretanto há seres humanos que não percebem isso e acabam destruindo a flora, só para ter lucros financeiros. Assim, desmatam as terras para fazerem plantações agrícolas, para a criação de animais ou, na maioria das vezes, só para a extração da madeira.

Devido a isso, o Brasil possui hoje, segundo dados do IBGE, uma área florestal de 3,4 milhões de quilômetros quadrados, cerca de 40% da área total do país. Outra situação alarmante: à época do descobrimento, a Mata Atlântica cobria cerca de 15% do território nacional e atualmente existe só 7% do ecossistema original. Tudo por causa do desmatamento desenfreado.

As pessoas que destroem a flora deveriam ser punidas seriamente, com pesadas multas, obrigação de cumprir trabalhos voluntários para o reflorestamento da área atingida ou até, dependendo da gravidade dos casos, serem presos. Mas, aqui no Brasil, há poucas pessoas especializadas para fazer a vigilância necessária da natureza.

Por isso, devemos nos conscientizar e preservar a flora, através de campanhas florestais, palestras e outras atividades importantes.

Fazendo tudo isso, certamente voltaremos a ter uma vida repleta de paz e harmonia, com respeito à natureza.

DANOS À NATUREZA

acadêmico 21

A natureza, no seu contexto geral, sofre grandes danos: a retirada de florestas nativas, as queimadas desordenadas, a poluição de rios com agrotóxicos, os dejetos suínos, só para citar alguns.

Os proprietários de área rural que produzem cereais, os madeireiros que fazem a exploração florestal e os suinocultores na produção de alimentos devem, acima de tudo, respeitar a natureza.

Os órgãos dos governos federal, estadual e municipal devem criar alternativas, na forma de incentivos fiscais, para quem fizer uso da natureza dentro das normas técnicas, tais como: as margens de rios e sangas devem ser preservadas em, no mínimo, 30 metros nas suas duas margens; fazer derrubada sustentável de florestas, preservando espécies nativas em extinção.

As produções e fronteiras agrícolas aumentaram e, com isso, o uso de agrotóxicos é intenso. Uma medida viável seria partir para uma agricultura orgânica.

Na questão de aves, suínos e pecuária, as suas produções tiveram um grande avanço e, com isso, a poluição com dejetos suínos e esterco também cresceu. Nesse caso, a medida ideal é a construção de esterqueiras e distribuição posterior do esterco para a produção agrícola, na forma de adubo orgânico.

Sabe-se que não é fácil conscientizar a todos, mas quem cometer alguma infração ou dano à natureza precisa ser punido na forma da lei, sendo obrigado a recuperar áreas degradadas. Além disso, a aplicação de multas e, com o dinheiro arrecadado, ministrar palestras educativas, fornecer mudas nativas e espécies frutíferas gratuitas. Também fornecer aos agricultores recursos financeiros com incentivos para quem desenvolver em sua propriedade maneiras corretas de conservação e manutenção de nosso solo e da natureza. Afinal, a natureza é a nossa maior riqueza!

Queimadas**QUEIMADA: UM CRIME CONTRA A VIDA E O MEIO AMBIENTE**

acadêmico 22

Os prejuízos causados pelas queimadas não-controladas são imensuráveis!

Verificamos que está faltando uma conscientização humana para que percebamos o que estamos fazendo de errado. Uma situação para ilustrar a gravidade do problema: os agricultores, por descuido ou desinformação, aplicam fogo para a renovação das pastagens, pensando ser a única alternativa viável. Porém, quando a queimada foge do controle do agricultor, ela pode invadir propriedades vizinhas, até mesmo áreas de preservação ambiental.

Com base nisso, pensamos que o governo deve treinar e explicar, para os produtores rurais, os efeitos que a queimada causa e como pode ser feita uma adequada queimada. Nos Estados Unidos, por exemplo, existem equipes especializadas na aplicação da queimada para regeneração da floresta. Há, naquele país, as florestas de pinus que, ao cair no chão, suas folhas não permitem o crescimento de outras plantas, por possuírem uma substância tóxica.

Acreditamos que, baseado nessa ideia, o governo brasileiro tem condições de treinar equipes para fazer queimadas.

O que os seres humanos e os órgãos públicos e federais fignem não saber é que com a destruição da natureza, seja ela por queimada, desmatamento, poluição da água, estamos nos autodestruindo e, conseqüentemente, as futuras gerações. Um alerta: precisamos perceber, o quanto antes, nosso verdadeiro papel na sociedade e na preservação da natureza! Pois estamos matando, aos poucos, nossa "própria mãe"!

News Print

Gráfica e Editora Ltda.

PAÍS EM CHAMAS...

acadêmico 23

As queimadas no Brasil são muito frequentes nas regiões Centroeste, Sudeste e Nordeste. As principais causas são a vegetação seca, a umidade relativa do ar baixa e o sol muito intenso, que provoca fogo na vegetação. Quando os proprietários ou órgãos públicos (Ibama) se dão conta do acontecido, o fogo já se alastrou muito, até mesmo fugindo ao controle.

Mas também temos outro fator muito importante nessa questão: a ação incorreta dos criadores de gado, que colocam fogo despreocupadamente. Com isso, o fogo acaba ultrapassando os limites das pastagens e entrando na mata adentro, provocando, então, a destruição de toda a fauna e flora existentes naquele local. Na maioria das vezes, isso é proposital, pois, esses locais, os fazendeiros utilizam como uma nova área de pastagem para o gado.

Quando isso ocorre, as pessoas que realizam as queimadas não estão nem um pouco preocupadas com o prejuízo que estão causando ao meio ambiente. Afinal sua única preocupação é com os seus lucros.

O principal ponto para a mudança desse cenário é a conscientização de nossa espécie, deixando de sermos menos "selvagens" (capitalistas) e sendo muito mais humanos; pensando num todo; não vendo somente o problema individual, mas pensando na coletividade. Além disso, também pode ser imposta uma política muito mais forte e coerente, não penalizando somente através de multas, pois isso não vai trazer a fauna e a flora que foram degradadas.

PREJUÍZOS QUE PODEM SER EVITADOS

acadêmico 24

As queimadas são grandes causadoras de destruição. Em tempo de estiagem, por exemplo, podem ser muito perigosas, já que se alastram facilmente com o vento sobre as plantações secas.

Além disso, as queimadas emitem gases poluentes para a atmosfera, afetando o meio ambiente e, muitas vezes, alterando o seu funcionamento.

Em tempo de plantio, ocorrem muitas queimadas. Por serem um método prático e fácil de ser aplicado, muitos agricultores optam por essa prática para fazerem a limpeza de suas terras.

Mas o que muitos não se dão conta é dos prejuízos que estão causando a si mesmos, pois as queimadas deixam o solo exposto a erosões, que o tornam menos produtivo.

Deveria ser da consciência de todos que, ao fazerem queimadas, estão causando prejuízos que, sem dificuldade, poderiam ser evitados, já que há vários meios que substituem as queimadas, como, por exemplo, a aragem do solo, e que não prejudicam em nada o meio ambiente.

Outra causa das queimadas é o descuido por conta do homem: um simples foco de cigarro pode causar incêndios que, por conseqüência, causam grandes danos à natureza, principalmente nas épocas mais secas do ano, em que é mais difícil controlar o fogo.

Os resultados das queimadas são assustadores, pois muitas vezes destroem grande parte de nossas reservas florestais e, por conseqüência, causam grandes danos à natureza, principalmente nas épocas mais secas do ano, em que é mais difícil controlar o fogo.

Por esses e outros motivos é que devemos evitar as queimadas, pensando em como combatê-las. Pode-se citar, como alternativas de combate de incêndios, a rotação de culturas, divisões de matas para fácil acesso em caso de incêndios e plantio de arbustos na beirada das matas – que se mantenham verdes o ano todo – para evitar que "bitucas" de cigarros venham a incendiá-las.

Com certeza, as futuras gerações irão agradecer pela conservação do meio ambiente.

Encerro essa reflexão perguntando "que ambiente gostaríamos de deixar para nossos descendentes?"

O QUE A TECNOLOGIA PODE AJUDAR PARA EVITAR AS QUEIMADAS?

acadêmico 25

Estamos em uma era de tecnologias super avançadas, mas é uma pena que elas não estejam bem distribuídas e sendo usufruídas em todas as áreas do ecossistema. Se pensarmos na natureza, imediatamente vemos que este é um grande tema que está carente no uso de tecnologias, no sentido de cuidado e preocupação em preservar.

Quero trazer para debate a situação das queimadas, que vem se agravando a cada dia que se passa e, o que é mais grave, não tem merecido a devida atenção por parte do governo. São grandes áreas de mata contínua que viram cinzas em poucas horas ou poucos minutos, com prejuízos incalculáveis à natureza e que vem a nos atingir indiretamente.

São milhares de animais que perdem a vida e muitos outros que ficam sem seu habitat natural, onde nasceram, cresceram e viveram naturalmente. Assim, são obrigados a se habituar em lugares estranhos, muitas vezes sem proteção.

Temos vários exemplos de fatores de desequilíbrio que já estão ocorrendo: os furacões, os terremotos, os matamotos, os vendavais e uma grande poluição de nossos órgãos.

As queimadas, às vezes são causadas por pequenos detalhes ou por simples ignorância por parte de alguns – um cigarro jogado em qualquer local pode promover um grande problema, como um grande incêndio que, muitas vezes, não há como dominar.

Logo, o papel da tecnologia é trazer ou realmente fazer uso de máquinas aperfeiçoadas, tais como aparelhos de comunicação sofisticados para captar incêndios e veículos especiais que tenham a capacidade de controlar e extinguir rapidamente um incêndio.

Se o homem já conseguiu ir até a lua, por que não pode inventar uma tecnologia eficaz contra as queimadas? De repente, o caminho começa pela consciência de que precisamos urgentemente começar a preservar a nossa natureza!

"Seja um Defensor da Natureza!"

Meio Ambiente

PRIORIDADE E MAIOR PENALIDADE

acadêmico 26

Mais do que nunca é discutido, no Brasil e no mundo, a questão de preservação do meio ambiente. Porém, esse assunto tem se dirigido cada vez mais para a demagogia, pois não são mostradas alternativas para a real profundidade de solução do problema.

Quando falamos de meio ambiente, automaticamente tomamos como principal questão o descaso com o qual a sociedade conduz esse assunto, pois o meio urbano, onde a maior massa populacional se insere, prevê cada vez mais o aumento do capitalismo, que, conseqüentemente, reflete no meio ambiente.

Desde a colonização, observamos o domínio do homem sobre a natureza, com o extrativismo e a devastação (erva-mate, pau-brasil, minérios), corte legal e ilegal de madeira, tráfico e maus tratos a animais silvestres e domésticos, além do alto nível de poluição dos rios, mares, solo e atmosfera. Sem contar o desperdício de água potável, causado tanto pelas grandes empresas quanto por ações de cada um de nós, por falta de saneamento básico e um correto tratamento de água e esgoto.

Sabemos que o meio ambiente é um recurso natural fundamental para o desenvolvimento da ordem econômica e social. Por isso, é elemental preservá-lo para garantir a continuidade da vida no planeta. Assim, é nosso dever, como integrantes deste território, agir com ética e bom senso, na busca de mecanismos para que haja qualidade de vida.

Vamos lembrar que nosso país possui uma das maiores biodiversidades do planeta e deve ter, como prioridade, a preservação dessa riqueza: seus mananciais, a fauna e a flora, primordialmente. Mas isso só acontecerá com a formação de bons planos e projetos.

Entre esses projetos, poderíamos citar a criação de um código de conduta e ética para que sejam desenvolvidos a conscientização e um bom trabalho, começando pelas escolas, e tornando maior abrangência na questão de que realmente passem a ser cumpridas as leis já existentes. Além disso, fazendo a revisão e implantação de novas leis no código penal, que reflitam em uma maior severidade e punição a quem agredir, direta ou indiretamente, a fauna e a flora.

UMA QUESTÃO DE CONSCIENTIZAÇÃO

acadêmico 27

Hoje somos o país que possui a maior mata nativa do mundo que, infelizmente, está diminuindo. Será que estamos fazendo nossa parte para que isso não ocorra?

A degradação ambiental no Brasil, não é de hoje; começou em 1504, com a implantação dos ciclos econômicos. Assim, a cultura do pau-brasil, da cana-de-açúcar, do fumo, do café, entre outros, vem devastando nossas matas há muito tempo.

O povo brasileiro não se conscientizou ainda que, se não ajudarmos, nossos filhos e netos não verão mais, nem sequer, árvores e rios limpos em nossas regiões.

O brasileiro vive, hoje em dia, sobre códigos e leis. Então, por que não criar um código para ajudar o meio ambiente?

Poderia ser, mais especificamente, um código de conduta, de boas maneiras. Precisamos fazer um código através do qual as pessoas que destroem o meio ambiente sejam punidas severamente. Assim, todos os cidadãos poderiam denunciar, sem correr o risco de sua identidade ser reconhecida – algo que atualmente não acontece. Verifica-se que pessoas denunciando abusos contra a natureza e não são protegidas. Esse código serviria para que ninguém mais jogue sujeira em qualquer lugar. Quem sabe assim, um dia, as pessoas se conscientizem, plantem árvores e parem de poluir os rios.

Somos capazes e podemos fazer este código: basta cada um querer, como aconteceu em São Domingos – SC. Lá, o grupo Quebra-Queixo doou uma área para a formação de um parque, que hoje recebe o nome de Parque das Araucárias. Essa é apenas uma das várias ações que podemos fazer. Basta começarmos a agir! Não podemos mais esperar pelos outros, e sim, tomar frente e ajudar o meio ambiente.

NATUREZA: UMA QUESTÃO SOCIAL

acadêmico 28

A idéia de meio ambiente engloba vários fatores. Um deles é a consciência. Gritante é o fato de pessoas se preocuparem com o meio ambiente e esquecerem outras parcelas de problemas que atingem uma grande maioria.

É utópico pensar em resolver todos os problemas ambientais, sem ao menos tentar reduzir a problemática social. Assim, podemos efetivamente ajudar o meio onde vivemos? A resposta é simples, todavia devemos rever nossos conceitos e pensar de uma maneira que envolva todos.

Primeiramente, devemos oferecer melhores condições para as classes menos favorecidas, para que estas, por sua vez, contribuam para a preservação do meio onde vivem. Suponho que o leitor deve estar questionando: indivíduos com baixa renda não têm educação ambiental?

Refletamos: pessoas que vivem em favelas, com o mínimo de saneamento básico, que jogam seus dejetos nos rios por falta de esgoto canalizado, vão tornar-se pessoas conscientes? É muito difícil, mas não é impossível, mobilizar essas pessoas para o fato de que o ecossistema está precisando de ajuda.

A cada dia crescem os problemas ambientais, entre eles a escassez da água. Podemos imaginar como será nossa vida quando a água acabar de vez? Pode ser que hoje isso ainda não ocorra, mas quem sabe nossos filhos e netos vão presenciar esse acontecimento.

Provavelmente, esgotando a reserva natural de água, acontecerá uma extinção em massa, dizem os cientistas. Precisamos pensar que o homem e a natureza estão intimamente ligados, não podendo existir um sem o outro. Portanto, devemos ter consciência de que os problemas ambientais existem e que pequenas ações fazem a diferença.

CONSCIENTIZAÇÃO E AÇÃO

acadêmico 29

Todos nós sabemos da importância do meio ambiente para nossas vidas, pois é dele que tiramos os recursos essenciais para nossa sobrevivência, como a água e os alimentos.

Mas, muitas vezes, não damos importância a esse patrimônio e fazemos muitas coisas erradas, poluindo rios, derrubando árvores e queimando matas.

A culpa de tudo isso, provavelmente, é a falta de conscientização da população sobre a questão ambiental e a sua importância para nós.

A partir dessa situação, devemos agir de maneira diferente, resolvendo os problemas ambientais ao invés de agravá-los. Por isso, não devemos poluir os rios e as nascentes de água, precisamos colocar o lixo em lugares adequados e evitar a derrubada de árvores. A partir de pequenas atitudes, como essas, certamente vamos melhorar nossas condições de vida.

½ AMBIENTE

acadêmico 30

A questão do meio ambiente está ocupando, cada vez mais, um espaço importante em nossas vidas. Isso é inevitável e imprescindível, mas será que realmente compreendemos o que ele significa e abrangê-lo?

É provável que muitos de nós tenhamos a noção e a preocupação apenas de parte do meio ambiente. Precisamos extrapolar a visão ecológica. É necessário pensar de maneira mais ampla, perceber suas diversas interferências e implicações, em toda a sociedade.

A preservação do meio ambiente é fundamental não apenas para a manutenção da vida, sob o ponto de vista biológico, mas também nos aspectos econômicos e sociais.

Na natureza encontramos, através da sua diversidade, a solução para os problemas atuais e futuros nas questões de saúde, alimentação, energia, bem-estar e geração primária de riquezas.

Assim, ainda representa muito pouco a preservação dos ambientes naturais, a participação na coleta seletiva do lixo e demais atitudes pontuais. Temos que nos preocupar com a sustentação de toda a sociedade, tendo como eixo principal o desenvolvimento humano, abrangendo os aspectos psíquicos, econômicos e biológicos.

Nesta oportunidade, deixo em aberto o detalhamento desses aspectos, para permitir uma reflexão individual, sem tentar conduzir ou delimitar as possibilidades, porém desejando que repensem e ampliem a nossa percepção de cada atitude tomada, periodicamente.

Por isso, surge o importante papel de cada um em socializar suas reflexões com as pessoas a sua volta. Provocando, então, a mudança de compreensão do assunto e possibilitando a visualização do ambiente "inteiro", e não só do "meio" – o que, certamente, resultará em ações mais concretas e eficientes em favor da manutenção de vida em nosso planeta.

CÓDIGOS DE SOBREVIVÊNCIA

acadêmico 31

Todos os dias, o ser humano destrói vagarosamente o meio ambiente, com sua consciência de que evoluir é a ordem da vida. A evolução, para o ser humano, está baseada na tecnologia e no aumento acelerado das metrópoles. Mas, à medida que evoluiu, ele está gradualmente destruindo com sua própria raça. Será que estamos mesmo evoluindo?


O provável é que estamos regredindo e, conseqüentemente, acabando com a existência do planeta. É para isso que é necessário que seja elaborado um código de conduta, para que se preserve o meio ambiente.

Podemos dizer que códigos são normas a serem cumpridas; em geral, obrigatoriamente por uma determinada população, para que a convivência e a ordem sejam mantidas em perfeita harmonia. Já a conduta, é um procedimento moral, seja ele bom ou mal, para determinadas situações do cotidiano. Assim, para que haja uma boa conduta, é necessário criar códigos para mantê-la.

O código que propomos deve punir, com multas de alto valor e (dependendo de alguns casos) com o encarceramento os responsáveis pela devastação, queimadas, matanças e poluição do que lhes dá a vida, ou seja, o planeta Terra. As suas leis devem dar espaço às organizações não-governamentais, para que elas possam fazer um trabalho sério e favorável ao superávit da vida animal e vegetal.

O planeta em que vivemos é a moradia de muitas espécies e povos. Possui belezas naturais que nos possibilitam respirar o ar puro e encher nossos pulmões de vida. Assim, os alimentos verdadeiramente saudáveis e a água – fonte de nossa sobrevivência – devem ser preservados, pois sem eles não conseguiremos sobreviver.

O mundo necessita de nós, tanto quanto nós necessitamos dele. Devemos dar um basta à poluição e dizer "sim" para a preservação; ou então, em um futuro não muito distante, estaremos tentando sobreviver em um planeta triste e sem a vida que citamos.



**CENTRO DE ANESTESIA
DO ALTO IRANI LTDA.**

DR. THOMAS ALEXANDRE VOOS

Fone: 0xx49 433-3030 - Celular: 9989-8193
Avenida Brasil, 884 - Centro
CEP: 89820-000 - Xanxerê - Santa Catarina

CÓDIGO DE CONDUTA: PRESERVAÇÃO!

acadêmico 32

A degradação do meio ambiente é um problema antigo e do conhecimento de todos; no entanto, não resolvido. Desde o descobrimento de nosso país, a natureza sofre com seu íntimo contato com o homem, de caráter explorador.

É necessário esclarecer os leitores que se inserir nesse contexto a extração e comercialização intensa do Pau-Brasil – madeira de belo pigmento, capaz até de tingir os belos vestidos de seda das senhoras de Portugal e outros países da Europa. No início da colonização do Brasil, eram derrubadas cerca de 50 toneladas de Pau-Brasil por dia, fato que, sem dúvida, deu início à degradação da Mata Atlântica, ecossistema que teve, em grande parte, seu território diminuído. Não podemos esquecer também dos ciclos do ouro, do algodão, da cana-de-açúcar, dentre outros que muito contribuíram para o problema na área ambiental.

Assim, fica uma dúvida: se o problema é de fato tão antigo, será que nenhum ser racional se deleve a pesquisar ou criar um código de conduta para a preservação do meio ambiente? É provável que sim, mas o fato é que a ação de preservar deve ser maciça, o que não ocorre na grande maioria das vezes.

A cada dia novas parcelas se formam, mas por que a devastação da natureza continua? Será que elas não possuem poder para evitar a devastação do nosso ecossistema? A resposta está no capitalismo exacerbado, cuja meta é a obtenção de lucro, não importando se isso vai abalar ou não nosso meio ambiente, tornando-se uma tarefa difícil de ser transposta.

É extremamente necessário percebermos que a destruição do meio ambiente reflete diretamente em nossas vidas e que não estamos livres de pagar pelos nossos atos no futuro, afinal é dele que obtemos, de forma direta ou indireta, todas as coisas necessárias para a nossa existência.

O problema é sério, mas tem solução. Não devemos esperar que os outros comecem a se mobilizar, e sim começarmos por nós mesmos, dando o exemplo e fazendo a nossa parte. Sem dúvida, esse é o código de conduta que deve ser seguido: o código da preservação!

MEIO OU INTEIRO, O IMPORTANTE É PRESERVAR!

acadêmico 33

Assuntos referentes ao meio ambiente estão sendo questionados a todo o momento, devido às condições em que ele se encontra e, o mais lamentável, vem apontando para um futuro muito assustador. Assim, ao tentarmos resolver os problemas do meio ambiente, não podemos "fechar os olhos" para questões sociais e políticas envolvendo nossa população.

Acreditamos que os problemas da sociedade são muito mais amplos, não somente ligados ao assunto em questão, mas sim voltados às condições humanas em que nosso povo está sujeito a viver. Em muitos casos, famílias sem alimento necessitam "gairimpar" em restos, em busca de seu sustento, para se manterem vivos.

Aparentados os problemas, podemos perceber que eles não acabam por aí; bem pelo contrário, tendem a começar. Levando em conta um funcionamento em rede, podemos ter a seguinte certeza: as mesmas famílias que buscam seus mantimentos em restos, terão grandes possibilidades de sofrerem problemas voltados à saúde, pois, para elas, o alimento é bem vindo, não importando sua origem, mas sim que possa ser consumido, sem levar em conta sua qualidade.

A natureza nos fornece modelos de sociedade sem precisarmos pagar nada por isso. Por exemplo: as comunidades de abelhas são sistemas que funcionam com sucesso, e dos quais deveríamos extrair lições para a nossa sociedade. Com base nelas, o funcionamento da vida em harmonia e naturalidade, poderíamos atingir os resultados esperados, ou seja, a preservação de todo o nosso ambiente.

Creio que se começássemos a pensar num todo, não excluindo nada nem ninguém, poderíamos diminuir muitos dos problemas do meio em que vivemos, tornando-o mais saudável e com melhor expectativa de vida.

Não basta apenas discutirmos assuntos ligados ao meio ambiente, se não buscarmos alternativas que possam vir a responder, ou até mesmo solucionar, os problemas que nós próprios criamos e estamos tendo dificuldades para resolver.

Poluição Ambiental

DEJETOS DE SUÍNOS E O MEIO AMBIENTE

acadêmico 34

Um dos grandes problemas de poluição das águas no Oeste Catarinense é o dos dejetos de suínos que são lançados diretamente, sem qualquer tratamento, nos leitos dos rios, lagoas e vertentes. Esses dejetos causam grande contaminação na água, que fica imprópria para a utilização humana e não é reciclada pela natureza.

Se as pessoas tivessem plena consciência de que estão poluindo o meio ambiente e que isso lhes traria consequência futuras, com certeza não o fariam. Por sua própria iniciativa, mudariam esse fato e começariam a despoluir.

Os agricultores que dependem economicamente dos suínos podem evitar os despejos de dejetos diretamente nos rios. Podem utilizar os dejetos na lavoura, como adubo, o que pode trazer uma qualidade melhor para o solo e maior produtividade agrícola, sem poluir e com um investimento não muito elevado.

Algumas soluções possíveis para o problema são a construção de esterqueiras, o uso de biodigestores e as lagoas de tratamento. Com isso, reduziríamos em grande escala a poluição e a água voltaria para os rios com um teor reduzido de contaminantes.

Se cada ser humano não tiver consciência de que é necessário cuidarmos do meio ambiente, um dia poderemos ficar sem ele, chegando a um ponto de não termos água potável para beber – e o prejuízo será de todos nós!

A natureza se encarrega de fazer o papel dela, mas nós precisamos fazer o nosso!

ATÉ QUE PONTO A SUINOCULTURA É VIÁVEL...

acadêmico 35

Todos os seres vivos estão diariamente em contato direto ou indireto com problemas ambientais diversos. Nosso objetivo, neste artigo, é abordar a má utilização dos dejetos suínos.

Para que possamos atuar com maior eficiência, evitando ao máximo contaminações em nosso meio ambiente, em particular a poluição ambiental causada pelos dejetos suínos, devemos trabalhar com a conscientização.

Assim, após identificadas as causas do problema, podemos atuar sobre ele, através de treinamentos aos agricultores, distribuição de panfletos educativos, palestras nas escolas. Nesse aspecto, é fundamental iniciar a conscientização a partir das crianças, pois elas levam para dentro de suas casas a importância do meio ambiente. Além disso, outra boa iniciativa é a distribuição de mudas arbóreas.

Por fim, devemos efetuar o desenvolvimento da prática em nível de campo, no sentido de que os resíduos saiam de suas origens com controle de utilização e que recebam tratamento adequado.

Importante destacar que para um bom desenvolvimento da atividade suinícola e controle da situação, os agricultores que estão na atividade, e também os que estão iniciando, obrigatoriamente tem de seguir as leis impostas pelo estado – leis estas que regulamentam a atividade. Os licenciamentos ambientais são feitos por pessoas que possuem credenciamento ou pelos técnicos responsáveis do Ibama e da Fatma. Eles é que irão fazer um laudo de avaliação da propriedade, dizendo se é possível implantar a atividade, conforme as normas legais. Nos laudos feitos pelos técnicos e assinados por eles e pelos agricultores, todos se responsabilizam por todas as irregularidades possíveis de ocorrer nas propriedades e que eventualmente possam causar danos ao meio ambiente. Com isso, fica claro que qualquer ato ilegal que venha a ocorrer será da responsabilidade do agressor, devendo responder, perante a lei, pelos seus atos.

Nos dias atuais, já temos um controle da situação. Claro que ainda pode acontecer, pois há pessoas mal intencionadas em nosso meio, que não têm o mínimo de preocupação consigo mesmo, e muito menos com os outros.

Mesmo assim, quase todos os danos e impactos ambientais podem ser evitados. Precisamos ter consciência de que seremos afetados diretamente por atos ilegais que estamos praticando. Devemos, nesse momento, lembrar que contribuindo com o meio ambiente, estamos contribuindo conosco mesmos.

AMBIENTE X DEJETOS DE SUÍNOS

acadêmico 36

A sociedade se encontra em uma etapa em que se procura o prático, e não o saudável. O uso de descartáveis e enlatados está causando um grande aumento na produção de poluentes que, para o ambiente, aparecem em formas conhecidas: plásticos, papel, pilhas, etc.

Na região oeste de Santa Catarina, além dos poluentes vistos anteriormente, sente-se que os dejetos de suínos também causam, em grande porcentagem, a poluição ambiental. Aqui, observa-se a presença, em grande escala, da atividade suinícola, que recebe o merecido destaque no mercado interno e externo. É devido a esse destaque que a atividade tende a aumentar; conseqüentemente, aumentando a produção de dejetos de suínos.

A verdade é que a região merece, sim, destaque pela grande produção econômica, mas merece destaque maior pela grande produção dos dejetos. Os dejetos de suínos, juntamente com os agrotóxicos, são os principais poluidores, causando não somente mau cheiro, que é o mais perceptível, mas acarretando doenças que, diretamente ou indiretamente, trazem prejuízos para a nossa sociedade.

Sabe-se que é impossível eliminar a produção desse poluente – a não ser que se acabe com a criação de suínos –, mas é possível amenizá-lo. Uma das medidas que podem ser utilizadas é a cama sobreposta – um sistema que atende às expectativas modernas na criação de animais, respaldando o seu bem estar e o meio ambiente. Essa técnica consiste na criação sobre cama de material absorvente, reduzindo a poluição ambiental, pelos dejetos. Ao final do período, a cama se transforma em adubo orgânico, podendo ser utilizada como fertilizante.

Podemos diminuir a poluição ambiental causada pelos dejetos. Mas, para isso, se faz necessária que haja uma interação entre empresas e produtores. Deve ocorrer um investimento padronizado, de forma que os investimentos sejam em estruturas e locais adequados, em orientações para os produtores. Só assim, a continuação dessa atividade que nos traz reconhecimento, poderá ser realmente lucrativa, pois não afetará nossa saúde.



Fone: (49) 431-0025

Rua Almirante Tamandaré, 33 - Sala 02 - Centro

CEP 89820-000 - Xanxerê - Santa Catarina

continental@zipway.com.br

Engenheiro Florestal

ENGENHEIROS FLORESTAIS CUIDANDO DO MEIO AMBIENTE

acadêmico 37

Os problemas ambientais vieram com a chegada dos primeiros colonizadores, devido à degradação das florestas para fins comerciais, tais como: prática de outras culturas, extração de minérios e madeira. Desde então, esse problema vem se agravando e chamando a atenção de todos.

O Engenheiro Florestal tem vários papéis diante desses problemas, só depende do posto de vista avaliado. Pode-se dizer, por um lado, que deveria preservar o que ainda resta, defender todas as formas de recursos naturais existentes – o que parece utópico.

De forma mais concreta, por outro lado, deve-se desenvolver projetos de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, pois sabemos que na época do descobrimento, a Mata Atlântica ocupava 15% do território brasileiro, e hoje restam apenas 7% da mata original.

Quanto à água, pode-se desenvolver projetos e chamar a atenção dos governantes, pois a situação hídrica no país é crítica: a falta é iminente e o descaso é grande.

Segundo a CNBB, o Oeste Catarinense é uma das regiões com maior problema de poluição das águas do Brasil. Os níveis de poluição são tão altos que os custos de tratamento são inviáveis.

As alternativas para esses problemas são: desenvolvimento sustentável, reflorestamento, corredores biológicos e uso de fontes de energias renováveis e outras formas que venham a preservar, e não a degradar.

Um dos pontos que merecem muita atenção do Engenheiro Florestal é a conscientização, pois ela é a chave de todas as discussões. Como preservar, reflorestar ou proteger, se não conscientizamos as pessoas que fazem parte desse problema?

Assim, a conscientização deve começar na escola – quem nunca ouviu esta frase? É necessária a mudança de comportamento; só assim, teremos pessoas comprometidas com a preservação.

IMPACTO AMBIENTAL

acadêmico 1

Atualmente, no Brasil, a conscientização por parte da população em geral vem crescendo no sentido de preservar o que nos resta.

Sabemos também que em décadas anteriores a natureza, como um todo, sofreu uma grande perda de suas riquezas, causando um grande desequilíbrio ecológico. As causas são variadas. Uma delas foi a agricultura itinerante, que transformou as matas em glebas agrícolas, plantações e pastos.

Diante de tal situação, nossos governantes, preocupados com o futuro de nossas riquezas naturais, criaram políticas e órgãos ambientais para fiscalizar e coibir a degradação de nosso ecossistema.

Algumas possibilidades, tais como a fiscalização por satélite, a fiscalização in loco, as aplicações de multas, exigindo a recuperação da área degradada, são visíveis e atingem seu objetivo. Mas, talvez, uma das mais importantes, a denúncia da própria comunidade atingida, poderia ser intensificada. Só assim, efetivamente, iremos nos educar para a preservação do ecossistema.

Portanto, o papel do Engenheiro Florestal, diante de tais problemas, é amplo. Uma das funções mais importantes que competem a esse profissional: empregar projetos ambientais que venham a incentivar a recuperação e a manutenção de nossa natureza. Além disso, atuar fiscalizando, conscientizando e auxiliando a comunidade, tanto da cidade como do interior.

Com projetos que vão desde o reflorestamento até o manejo sustentável, é possível, senão recuperar, pelo menos manter o que ainda nos resta.

ENGENHEIROS FLORESTAIS: A BASE DA VIDA

acadêmico 38

Nos últimos anos, um dos cursos de graduação que tiveram representativo salto, tanto na sua importância, como na sua procura pelos vestibulandos, foi o curso de Engenharia Florestal. Mas por quê?

Uma das respostas pode ser por que passamos hoje por uma grave crise ambiental, que nada mais é do que um esgotamento de nossas reservas, causado principalmente pelas construções desenfreadas e sem um estudo prévio dos impactos causados. Os engenheiros florestais procuram atuar justamente nessa questão: tentar amenizar, ao máximo possível esses impactos; que vão desde a conscientização de suinocultores e indústrias, a não poluição de rios e córregos, até alternativas que envolvam pesquisas científicas na área de exploração florestal sustentável.

Além das alternativas citadas acima, existe uma outra opção. Trata-se do estudo de inventários florestais para um possível manejo, de forma que, em certa área, consigam ser produzidos um número máximo de árvores e um mínimo de perdas. Essas áreas que não são impactadas e que passaram por um manejo, podem e vão ajudar para que as nascentes existentes ali, ou até os rios que por ali passam, não sejam afetados pela ação da erosão, servindo, assim, de mata ciliar.

A água potável existente ali, porém, é muito cobijada. Ali entram novamente os profissionais que atuam em Engenharia Florestal, fazendo com que haja um uso racional desse bem e impedindo que seja utilizado de forma errônea, tanto na agricultura como nos centros urbanos.

O nosso estado hoje é considerado um dos maiores poluidores de água na região sul, devido ao pólo industrial e agropecuário existente aqui. Possivelmente, é esse também um motivo pela enorme procura do curso.

É de suma importância que as universidades invistam em programas deste e de outros cursos que atuam nas áreas de preservação ambiental. Sem esses cursos, estaríamos condenados a uma extermínio lento e gradual. Afinal, sem cuidar da floresta e da água que nela nasce, não conseguiremos viver.

CONSCIENTIZAÇÃO ALIADA AO CONHECIMENTO

acadêmico 39

Nos acontecimentos de nossos dias, observamos que estamos rodeados de problemas ambientais e, à medida que o tempo passa, os problemas só vão se agravando: acidentes ambientais envolvendo produtos altamente tóxicos; utilização de recursos naturais em benefício do capital; depredação das espécies, etc. Em paralelo a esses acontecimentos, observamos muitas pessoas mostrando-se interessadas em buscar soluções para os problemas ambientais e muito preocupadas com o futuro da humanidade.

A busca por conhecimentos específicos voltados às áreas ambientais parece crescer em larga escala, tornando possível identificar uma melhora na conscientização das pessoas que participam de movimentos sociais, enfatizando a importância do desenvolvimento sustentável para as cidades. O processo de mudanças sociais, porém, é lento. Assim, a participação de toda a sociedade é fundamental para a formação de conceitos e programas que melhorem a qualidade de vida da população. Nesse aspecto, a junção interdisciplinar, que corresponde ao envolvimento de todas as áreas das ciências, é ponto favorável na definição de políticas sociais justas, prevenindo o agravamento dos problemas ambientais e, ao mesmo tempo, buscando soluções para eles.

O homem criou todas as situações indesejadas em que vive. Agora busca, a todo custo, formas de solucionar esses problemas. Aqui se configura de vital importância a atuação dos profissionais das áreas ambientais, como os Engenheiros Florestais, que elaboram, através de estudos e dados coletados, programas e projetos que vêm a colaborar para a melhoria e solução da problemática ambiental, objetivando à busca da melhor condição humana.

O profissional da área ambiental detém conhecimentos técnicos. Mas os problemas só serão resolvidos através da ação comunitária conjunta, onde o envolvimento de cada um é fundamental. Toda e qualquer área de conhecimento ou força de trabalho deve ser utilizada para o nivelamento dos conceitos, tornando o engajamento das áreas do saber em um forte armamento rumo ao desenvolvimento sustentável.

